

# ENSAIO

# AMÉRICA DO SUL

## Desenvolvimento nacional e geoestratégia global

Eurípedes Falcão Vieira<sup>1</sup>

### Prefácio

Os países que passaram pelo infortúnio do colonialismo de extração tiveram marcadas as suas histórias profundamente. A escravidão, os excedentes subtraídos de seu acumular de riquezas, a formação de elites dirigentes, tanto subservientes como de ganhos sem trabalho, criaram a mentalidade de que o mundo estava dado (com forte apoio religioso) e de que a evolução é mais um acontecer espontâneo e linear, segundo a experiência dos mais providos, do que resultado de ambições manifestas. Mantidas as “ilhas” de prosperidade e de bem-estar das classes dirigentes e de seus entornos, ou seja, as “ilhas” de desigualdades brutais, tudo estava bem, à espera para os demais de melhoras que se fariam naturalmente com o andar dos tempos.

Os grandes acontecimentos do Brasil, como Independência, República, Abolição e Industrialização, não mudaram o quadro, em que pese o extraordinário processo de urbanização do último século e as feições de modernidade por toda parte. As distâncias sociais vergonhosas, a pobreza de milhões de pessoas, uma taxa de salário que não a resgata, a dependência de forças externas, o descompromisso com o forjar de uma nova nação mostram a inconsequência do conduzir nacional e a falta de perspectiva para outro quadro civilizatório. As melhoras nos índices econômicos e sociais das últimas décadas, às vezes até surpreendentes, não modificam sua posição em relação à vanguarda mundial, isto é, não alteram sua posição relativa, evidenciando que as deficiências e insuficiências de sua trajetória são fruto de parâmetros históricos limitadores de resultados mais amplos.

Submetido às mesmas leis do capitalismo, sofre os seus efeitos num plano de acumulação secundário, em que as benesses escoam para fora do País ou se concentram acintosamente em poucas mãos. As “ilhas” se ampliam e o fosso social ganha distância que põe em jogo a unidade nacional. A exclusão social já está tomando jeito de guerra civil, em sua primeira versão de delinquência aberta. Não há como disfarçar ser essa uma situação produto do desenvolvimento proposto, pondo-a em contraste com as melhoras reveladas pelos índices aludidos.

O Brasil é um país sem projeto, embora se veja com o futuro igual ao dos países do centro orgânico do capitalismo, dentro de um acontecer espontâneo e inevitável, desde que sejam observadas regras seguidas ou recomendadas por eles, como as do recente *Consenso de Washington*. Não importa que sua história seja outra nem que sua realidade em nada se identifique com as deles. Vê-se como que estando passando por uma etapa de um mesmo processo e que sua situação incômoda é de apenas uma questão de tempo. Ainda agora, no final do século XX, admitiu abrir sua economia ao livre intercâmbio internacional, acreditando beneficiar-se com a concorrência dos mais poderosos, após um período de reajustes em seu aparelho produtivo. O Brasil tem uma produtividade média de cinco ou seis vezes menor do que a dos países mais avançados. Se a produtividade crescesse a 2% ao ano, ficando os demais estancados, levaria de oitenta a noventa anos

---

<sup>1</sup>Membro efetivo do IHGRGS.



para igualá-los. Se, porém, aqueles países não ficassem parados e crescessem a 1% ao ano, o Brasil levaria cento e sessenta e três anos para encontrá-los em mesmo nível. Isso o Brasil crescendo com uma taxa equivalente ao dobro da deles, o que diz bem das distâncias que nos separam. As “ilhas” de progresso encham os olhos, porém escondem uma realidade sombria e de superação pouco provável.

O dano mínimo dessa alienação extravagante foi o fechamento de um grande número de indústrias instaladas e em pleno funcionamento no mercado brasileiro, pela concorrência desigual das empresas internacionais. A consequência mais desastrosa, contudo, foi uma forte elevação do componente externo nos investimentos nacionais, elevando a dependência da balança de pagamentos e tornando a poupança interna menos decisiva para os ritmos esperados. Esse componente, que variava em torno dos 30% dos investimentos subiu para mais de 60%, condicionamento apreciável que em grande medida traduz o grau de independência de um país. A perda de capacidade produtiva em plena vida útil, da renda por ela gerada e da base fiscal correspondente criou um desemprego desnecessário e não mais recuperado imposto por decisão política.

Além dessa decisão contrária aos interesses nacionais, tivemos outra, de mesmo naipe e na mesma época, atingindo ativos produtivos públicos, transferidos à órbita privada externa. Num momento de grande concentração de poder empresarial no mundo, que inclusive vem debilitando a soberania decisória dos países, qual o sentido de enfraquecer a nossa, especialmente considerando a necessidade de instrumental próprio para o exercício de políticas adequadas às nossas peculiaridades? Que interesses presidiram essas negociações, financiadas em boa parte com recursos nacionais que bem poderiam ter sido utilizados na atualização tecnológica, organizacional e de *marketing* das empresas transferidas? Políticas de nacionalização progressiva de insumos dos investimentos estrangeiros, conforme se havia praticado nos anos 50 com a indústria automobilística, ficaram de lado, numa franca disposição de aceitar uma divisão internacional do trabalho baseada em vantagens comparativas estáticas ou vantagens que não modificam a situação, por se manterem nas mesmas distâncias relativas.

Devido à concentração de renda do País, um mercado de vinte a trinta milhões de pessoas existe internamente, comparável a poucos mercados mundiais. O baixo coeficiente de exportação dos investimentos estrangeiros mostra a importância do mercado interno e o quanto ele poderia servir de barganha no acolhimento desses investimentos. Na Austrália, por exemplo, os investimentos estrangeiros têm um comprometimento com exportações, visando a duas finalidades fundamentais: a) contribuição com a balança de pagamentos; b) atualização tecnológica para continuar competindo. No Brasil, esses investimentos são recebidos com leilões regionais em suas alternativas de localização, desfalcando recursos para usos sociais e de infraestrutura de entes públicos combalidos. Chegam como favores frente aos “riscos” que correm, “riscos” que justificam suas taxas de retorno superiores às de suas matrizes.

A grande fragmentação das capacidades produtivas do mundo de hoje, bem como suas interdependências em rede, é impulsionada pelos baixos custos do trabalho ou por sua redução, conferindo à mesma grande mobilidade não só no sentido territorial como nos graus de utilização da capacidade instalada. Tanto sua motivação como sua mobilidade jogam contra as melhores condições de vida e contra quaisquer condições que, diminuindo sua competitividade, afetem a capacidade de importar do País. Essa capacidade de importar, por seu turno, é importante para manter os fluxos externos que sustentam os investimentos para o mercado interno. Como toda dinâmica dos países periféricos está condicionada ao mercado externo, é

fácil perceber as limitadas perspectivas que esse caminho oferece quando se pensa em outros cânones libertadores para ter outro país diferente. É tão estranho esse condicionamento externo, que para um produtor de sapatos do Brasil é mais fácil vender para os brasileiros se ele se localizar na China, o que põe em evidência o que significa a integração mundial do mercado do trabalho sem o deslocamento do fator.

Entenda-se bem essa limitação. A integração do mercado de trabalho mundial tende a limitar o nível salarial, o que significa constância no consumo interno, porque mesmo os que estão fora dos fluxos externos são limitados pelos que respondem pela dinâmica do conjunto. É preciso considerar também que a oferta de trabalho é bastante elástica pela tecnologia poupadora do mesmo. Por outro lado, com a rigidez do nível salarial, os ganhos de produtividade serão cada vez mais concentrados, moldando um mercado diferenciado e crescentemente sofisticado em relação ao mercado de massa. Não há como fugir de uma bipolarização social indesejável, até mesmo para segurança de todos. Como toda economia está sujeita a fragmentação produtiva e a mobilidade do custo-trabalho, o pólo beneficiado pela concentração de renda tenderá a ser cada vez mais concentrado, portanto cada vez menor e com uma dinâmica comprometida pelo tamanho dela própria. O pólo de massa tende a ser restringido pela limitação dos salários, e o pólo concentrado, por sua evasão numérica.

Os bens primários não escapam dessa lógica, embora menos intensa pela influência do recurso natural em seu custo. Contudo sua perspectiva, tanto nos mercados internos quanto nos externos, estará limitada pelo nível dos salários, que se a beneficiam por um lado (custo) a tolhem por outro, enquanto mercado. Além da baixa densidade econômica desses bens e de sua transação por canais oligopsônicos poderosos, que efeitos difusores pode se esperar dos mesmos nas condições atuais?

Essas políticas adotadas no Brasil encontram seu coroamento no Estado mínimo, no Estado menos regulamentador e menos intervencionista, tanto em áreas sociais como nas de infraestrutura e de iniciativa econômica. Em outras palavras, um Estado sem governo, pelo qual o interesse público possa dizer o que convém, ou não, à Nação. Um Estado em que os interesses do mercado normatizem a vida social na crença de que suas relações de equilíbrio são capazes de assegurar ao conjunto fluidez harmônica em todos os níveis. O País seguiu à risca todas as recomendações do Consenso de Washington, só desacreditadas pelos resultados nefastos decorrentes e mais recentemente pela quebra financeira do sistema, só neutralizada por políticas diametralmente opostas em vigor.

As taxas positivas do PIB de alguns anos não obscurecem a mediocridade do crescimento dos últimos trinta anos, que em nada mudam um quadro por todos os títulos inaceitável. A questão do emprego, a mais séria de todas, está num impasse, porque o País, que se encontra sem qualquer domínio sobre as variáveis autônomas, inovação e investimento, especialmente o público, e dependendo só do setor externo com comando que lhe foge do controle, pouco pode esperar por um crescimento vigoroso e continuado. Com uma tecnologia sem correspondência com a constelação de seus recursos, faltaram lucidez e determinação de que um país sem base científica e tecnológica própria não constrói caminho adequado, tendo que caminhar por caminhos dos outros, e estes são de desemprego em todo o mundo. Sem emprego ou com empregos de menos, como encarar a questão social? Com polícia? Outrossim, sem Estado, como conduzir políticas que, fugindo de determinantes imediatos, comecem a traçar trajetórias de longo prazo, que não sejam apenas enunciados eleitoreiros? Por outro lado, com os recursos dirigidos por centros ex-



ternos de interesses, hierarquizados globalmente, como conduzir políticas nacionais? É preciso não esquecer que o crescimento puro e simples apenas produziu um país que só tem “futuro”, porque o presente apenas reproduz um acontecer secular totalmente insatisfatório.

O grande desafio, no fundo, é o de produzir um desenvolvimento que tenha como objeto central o resgate da marginalidade social brasileira, de modo a se criar uma sociedade equilibrada, solidária e justa. É por isso que a obra do Professor Eurípedes Falcão Vieira é oportuna e recomendada pela reflexão que propõe sobre nosso futuro. Deixando para segundo plano as questões de varejo que povoam as agendas da mídia econômica e dos meios acadêmicos, traz a lume temas de fundo para o desenho de uma nova perspectiva de desenvolvimento. Num mundo globalizado, ou seja, com novos poderes empresariais centralizados sobre condições operacionais inter-relacionadas e distribuídas em espaços autonomamente institucionalizados, como ficam as nações no gerenciamento de seus espaços e nas suas ambições soberanas de desenvolvimento? Como consequência dessa indagação, adianta-se o autor em opinar sobre as condições essenciais a serem construídas para que a soberania não seja apenas uma ficção mantida por conveniências das classes dirigentes.

Nesse esforço de entendimento de uma nova realidade mundial, questões como espaço, poder, soberania, desenvolvimento, tecnologia e estratégia aparecem imbricadas, bem como o papel dos blocos econômicos. Para tanto, categorias analíticas, tais como “espaço global”, “espaço local”, “territorialidade”, “desterritorialidade”, “desterritorialização”, “tempo-rítmico” e “geoestratégia”, emergentes na literatura especializada, foram recorridas para dar conta das relações que a história traz a lume. Fica patente de seu esforço analítico o risco de perda de espaços nacionais por força de comandos externos com prioridades avaliadas em termos mundiais. Essa dependência dos mercados externos, acrescida de qualquer alternativa nacional para subjugar-la, vai desterritorializando e imprimindo perda de poder sobre espaços importantes e até mesmo estratégicos do País. Implícita nessa perda de poder está a inexistência de proposta de um desenvolvimento endógeno apoiado em “políticas públicas voltadas com vigor para a educação, ciência e tecnologia”.

A questão do mercado interno como alternativa dessa subalternidade secular em relação ao exterior, mostrada possível nos anos de quebra do sistema internacional (1930-60), deve constituir-se num marco paradigmático para políticas endógenas de autonomismo da economia brasileira. Porém, como assinala o autor, não é nada que feche o País ou que considere as relações externas como algo secundário, mas sim um “tempo de inovação”, em que são introduzidos novos modos de ser, de comportamento, de formação de pessoal e integração social, criando um novo presente, apoiado em avanços da ciência, tecnologia e novos padrões de produção e de consumo. É necessário mexer fundo no País, uma vez que não se trata de nada que possa brotar das práticas atuais. É relevante considerar os parceiros americanos para um propósito desse porte. As inúmeras tentativas de formação de blocos econômicos na América do Sul não têm logrado êxito, não obstante a reiteração dos esforços e as proclamações a seu favor. Contudo é necessário continuar insistindo, uma vez que os espaços globais de gestão compartilhada, dentro de uma estratégia comum de muitos, facilita um desenvolvimento mais harmônico com os demais espaços e atividades das nações partícipes. Além disso, como a economia é de mercado, quanto mais pujante for este, maiores oportunidades se abrirão para a coparticipação territorial, ensejando que as intervenções de fora encontrem maior atrativo para sua preferência. É preciso buscar um novo patamar socioeconômico e cultural e, como condição imprescindível para tanto, deve surgir um novo Estado, cujo instrumento gerencial seja o planejamento.

As experiências de planejamento exitosas do passado foram perdidas em benefício de políticas de conjuntura, incapazes de mudar rumos. Só que os requerimentos exigidos para uma mudança geral passam inicialmente por um Estado não disponível, pois mesmo para as funções mais tradicionais de seu desempenho, como educação, saúde, segurança, infraestrutura, etc., sua atuação deixa muito a desejar. Mudar radicalmente a educação, aumentar substancialmente os recursos para a ciência, a pesquisa e a tecnologia, criar centros de excelência para as inovações em todos os campos e sua extensão às unidades de produção e de serviços, dando suporte adequado até sua plena maturação, não são tarefas para um governo, mas para um Estado reconstituído e atualizado em sua constituição funcional, devidamente articulado em seus desdobramentos territoriais. Também é necessária uma estratégia para essa transformação, para que os interesses estabelecidos e beneficiários da situação atual não obstruam o processo. Somente com o planejamento em todos os níveis de governo, devidamente flexível, mas com linhas bem definidas e com objetivos, metas e meios assegurados, é possível levar adiante uma tarefa desse porte. A criação desse novo Estado talvez seja a tarefa primeira a ser concretizada pela sociedade brasileira. Resta sempre a pergunta derradeira: com que liderança?

O texto do Professor Eurípedes Falcão Vieira não é de receitas, mas talvez seja, para um Brasil tão desatento com seu porvir, um texto de alerta que o autor faz, consciente dos insumos estratégicos para o êxito do empreendimento. O pragmatismo com que se faz política tira da agenda o dia de amanhã, e a retumbância dos pequenos avanços desarma o espírito nacional para as possibilidades não exploradas e alentadoras para o outro futuro. É imperioso superar uma cultura colonial e conformista de que tudo vai bem, para dar lugar à insurgência de convicções sobre outro país, alimentada por nossas melhores mentes.

*Econ. Cláudio F. Accurso*

*Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.*

*Porto Alegre, Setembro/2010*

## Apresentação

O presente ensaio estuda o espaço econômico sul-americano no âmbito de um espaço maior e mais diversificado, o espaço global. Inicialmente, é feita uma análise do ordenamento global, destacando o papel do lugar como espaço fragmentado à razão global. Foram utilizados e ampliados estudos anteriores, em livros e artigos. As obras *Espaços Econômicos, geoestratégia, poder e gestão do território* (Editora Sagra-Luzzato, Porto Alegre, 2003), em coautoria com o Prof. Marcelo Milano Falcão Vieira, da Fundação Getúlio Vargas; *A dialética da pós-modernidade, a sociedade em transformação* (FGV/Editora, 2004), também com a coautoria já citada; *Geoestratégia global, economia, poder e gestão do território* (FGV/Editora, 2007), com a mesma coautoria, formaram as bases teóricas ao desenvolvimento do estudo particularizado da América do Sul.

A América do Sul foi dividida, para as finalidades desse ensaio, em três conformações físico-demográficas: América andina, América atlântica e América platina. Cada conformação é um fragmento importante do espaço mundial, caracterizando, inicialmente, um continente de conquista, dominação e exploração dentro da arquitetura colonial a partir do ciclo das gran-



des navegações e da expansão que se seguiu, tipificando uma economia mercantil de resultados para as metrópoles dominantes. Embora o vasto continente sul-americano tenha passado por longa experiência de colonialidades muito próximas, na condição histórico-estrutural, há, contudo, a destacar variáveis importantes, de caráter multidisciplinar, capazes de permitir novos focos analíticos ao tema do desenvolvimento da região.

Não se trata, neste ensaio, de focar aspectos de latinidade, como geralmente ocorre na historiografia sul-americana. De modo geral, abaixo do Rio Grande até a Patagônia os estudos se reportam a uma América Latina em cujos espaços não são adequadamente consideradas as diferenças, os ritmos de desenvolvimento, as racialidades, enfim, os contextos demográficos culturais. Também as configurações físicas tiveram mais importância do que geralmente lhes atribui, bem como outras variáveis, como propriedade da terra e as relações entre o senhorio e os trabalhadores em regimes feudais, de patronato ou de escravidão.

A imigração foi outro fator fundamental para destacar o compartimento platino, pois representou, acima de tudo, um novo modo de ocupação da terra, o modo do colono que se enraíza, cria nova estrutura cognitiva que conduz a ideais políticos e à formação de nacionalidade. O modelo de produção confronta-se com o modo colonialista arcaico de desenvolvimento de atividades econômicas, estabelecendo um novo tempo-rítmico de desenvolvimento para a região.

A conceituação de tempo-rítmico de desenvolvimento sobrepõe-se a de subdesenvolvimento, essa uma noção conceitual mal formulada, estigmatizando uma condição de subalternidade e de dependência para a América do Sul. Na teoria do desenvolvimento não há subdesenvolvimento, mas ritmos diferenciados para a atividade econômica, com base em pressupostos de mudança e inovação. A noção de centro-periferia que ganhou, em determinado momento, envergadura acadêmica é retórica, supérflua e fora de uma realidade onde as diferenças foram desconsideradas, o que, afinal, faz toda diferença.

A América do Sul, no ordenamento global, é um grande e vasto espaço de territorialidades mal construídas e de baixa energia ao exercício da capacitação de mudar e inovar. A realidade global não comporta sentimentos políticos e organização social do passado. Ela é uma realidade nova à qual os países sul-americanos devem se integrar por meio da instrumentação atual. Mudar a maneira de pensar, preparar-se para os tempos de futuros que chegam rapidamente, exigindo reformulações nas estruturas cognitivas, transitando do passado, ainda que recente, à realidade da competência global, é condição essencial ao posicionamento da América do Sul na presente modernidade.

Os avanços das tecnologias da informação e a velocidade dos conhecimentos impõem comportamentos políticos diferenciados em relação às antigas práticas de operacionalização institucional dos Estados. O fortalecimento de cada Estado-nação do continente sul-americano por meio de planos bem elaborados de desenvolvimento é o caminho mais virtuoso à participação estratégica e bem-sucedida na ordem global. A consolidação de um bloco econômico forte e as alianças estratégicas com outros blocos e associações de livre comércio são alternativas às ações isoladas, praticadas, quase sempre e, inconvenientemente, no pano de fundo das riquezas naturais, algumas ainda presumidas. A economia é um sistema de produção nos vários ramos da atividade humana, todos dependentes, na presente modernidade, dos paradigmas da informação e do conhecimento.

A volta ao populismo, ao continuísmo e à demagogia política é um retrocesso, um passo que conduz à corrupção, ao aprofundamento das desigualdades sociais e ao esboço de uma corrida armamentista de consequências imprevisíveis.



Este ensaio visa formular novas questões fundamentais à visão do desenvolvimento sul-americano. Foram importantes as contribuições do economista Dr. Cláudio F. Accurso, colega do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que revisou o texto e com o qual mantive diálogos esclarecedores. Também o Prof. Dr. Marcelo Milano Falcão Vieira contribuiu ao melhor entendimento de algumas abordagens do estudo. Meus agradecimentos a Senhora Niamara Pessoa Ribeiro, Pós-graduada em Linguística e Especialista em Teoria Literária pelas oportunas correções de texto. Espero que o ensaio possa contribuir para abertura de análises promissoras à questão do desenvolvimento nacional da América do Sul e sua participação mais qualificada na economia global.

Euripedes Falcão Vieira  
Porto Alegre, setembro de 2010

## Parte I

### Introdução

#### Diversidade do espaço econômico global

O presente ensaio visa a apresentar o paradigma tempo-espaço como um instrumento analítico apropriado aos estudos dos novos cenários geoeconômicos, tendo em vista as estratégias das grandes corporações globais. A queda das barreiras espaciais, os blocos econômicos e a interconexão dos mercados estabeleceram uma nova dialética de fragmentação do espaço e de compressão do tempo. O paradigma tempo-espaço visa a introduzir bases analíticas para o conceito de tempo-rítmico de desenvolvimento aplicado, neste estudo, à América do Sul.

O espaço econômico assume, globalmente, uma proeminência em relação aos demais: espaço social, espaço cultural, espaço político. A espacialidade-mundo, na nova economia, destaca o papel do lugar construído por singularidades próprias, delas sendo parte irrefutável, justificando a afirmação de Souza (1995) de que “todos os lugares são virtualmente mundiais”. Na nova configuração da espacialidade econômica global se estabelecem estratégias à ação produtiva em lugares regionais de amplo potencial ao consumo, como, por exemplo, na Ásia e América do Sul.

Em tempos de nova ordem econômica internacional, os lugares desempenham um importante papel na definição das estratégias globais. Os lugares são disputados pela posição estratégica, pelas vantagens oferecidas, pela logística instalada e pela infraestrutura que permitem realizar, com eficiência e custos reduzidos, as operações produtivas e de circulação no processo de globalização. Na categorização de lugar, distinguem-se o lugar local e o lugar global. Para o melhor entendimento das duas categorias, torna-se necessária, numa primeira abordagem, uma rápida análise conceitual.

O lugar local é o espaço da herança histórica. Dele se projeta a percepção de realidades construídas no passado, modernizadas de acordo com os ritmos econômicos e renovadas com os avanços culturais. O lugar local é base de sustentação do território organizado. Os processos demográficos, econômicos e culturais têm caráter histórico, funcional, e fazem parte do contexto da formação econômica e social da região de inserção. Na América do Sul são nítidas as funcio-

nalidades locais em suas três grandes conformações físico-culturais: América Andina, América Atlântica e América Rio-Platense.

O lugar global é a definição do espaço em função do processo de globalização da economia. Pode ser parte do lugar local onde a razão global desterritorializa o espaço produtivo, no sentido de separar o centro da ação da sede da ação, conforme Santos (1996). Assim, o lugar global é a sede da ação, onde se operacionalizam as práticas produtivas e de circulação; o centro da ação, contudo, pode estar muito distante, virtual em operações de comando. O lugar global é, portanto, o espaço para as estratégias mundiais das grandes corporações transnacionais, estabelecendo redefinições territoriais e mudanças nos procedimentos de gestão. A gestão do território, na nova dimensão dos lugares, depende das forças que sobre ele atuam. A intensidade das forças está na razão imediata do poder que emana dos interesses em jogo.

A economia global é formada por unidades estratégicas de produção instaladas em diversas partes do mundo, produzindo componentes que se deslocam ao longo de todas as coordenadas, até chegarem às unidades montadoras. Essa a prática global, um modo de produção fragmentado, formador de polos de alta tecnologia. A globalização, nesse sentido, não é um conceito econômico, mas uma prática de vários processos desenvolvidos em diversas partes do mundo e que tem, como característica fundamental, a natureza sistêmica baseada na tecnologia da informação.

O paradigma tempo-espaço projeta os cenários dinâmicos da nova economia que conduz à era informacional. A sociedade da informação que molda a presente ordem econômica mundial tem como pressupostos a geração e o processamento da informação. A informação e o conhecimento são fundamentos para a produção e o poder na dimensão global. Os cenários formados, do ponto de vista geoestratégico, são conjuntos histórico-estruturais de circunstâncias que se produziram no passado ou que se modelam no presente, ou que podem, ainda, produzir-se no futuro, em determinado âmbito, material ou abstrato, dentro do qual operam um ou mais atores e interesses onde as variáveis mudança e inovação fazem toda diferença.

Os cenários são dinâmicos, produzindo eventos que afetam, através dos componentes específicos, físicos ou psíquicos, os comportamentos individuais e coletivos. O componente físico é particularmente locacional, ou seja, de localização, constituindo uma categoria geográfica e econômica fundamental, pois as formas que caracterizam o território poderão garantir o suporte físico à construção do espaço social, definindo funções específicas. Nessa categoria inserem-se, por exemplo, os espaços socialmente construídos na América Andina, na América Atlântica e na América Rio-Platense. Esse cenário se projetou, no processo da formação econômica e social da América do Sul, como condição geoestratégica singular. Os componentes físicos das três conformações sul-americanas modelaram as especificidades locais - funcionalidade do espaço - e com elas as funcionalidades urbanas e rurais, projetando o componente psíquico de cada cenário.

Os determinantes sociais que atuam sobre o espaço físico seguem, de modo geral, e de início, as especificidades naturais. São definidas no processo histórico inicial as funcionalidades que poderão servir de base evolutiva à organização econômica e social. Essa dinâmica responde pelas redefinições, pelos reordenamentos e pelas estratégias dos espaços econômicos. Em ambiente de mudanças, o componente psíquico responde com ações e reações que constituem o núcleo principal do cenário. Formam-se posições dialéticas muitas vezes extremas, pontuando valores e falsos valores que atuam no âmbito de realidades contraditórias, representativas da antiga e da nova consciência social.



Das três conformações sul-americanas adotadas neste trabalho, a de maior dinamismo em mudanças no contexto social e cultural, confrontos entre o antigo e o novo, foi a Rio-Platense a partir, principalmente, do início do século XVIII. Uma nova consciência social começa a se formar com a imigração de culturas européias não só ibéricas, mas, particularmente, alemã, italiana e de outras etnias. Na região platina, promoveu-se uma mescla cultural – transculturação ou hibridação – conforme diversos autores, caracterizadora de mudanças na forma de produzir, pensar e moldar uma identidade própria.

A organização, ou redefinição, de um lugar global em espaço historicamente construído é um cenário de circunstâncias novas no presente, onde se movimentam os atores e interesses que transcendem à consciência local. A realidade local, tão tradicional e conservadora e lenta no desenvolvimento sociocultural, viu-se diante da nova realidade – a modernidade global – na mesma territorialidade e estabelecida a partir do componente geográfico e da especificidade funcional. As forças do novo cenário – lugar global –, cuja característica fundamental é a dinâmica da inovação, que anima a economia globalizada, impõem condições de gestão, geram percepções novas da realidade, condicionam personalidades e condutas. O confronto entre o conjunto de circunstâncias que marcam o cenário histórico e as realidades do novo cenário, representadas pelo lugar global, encartado nas territorialidades dos Estados-nação gera, inicialmente, o que se poderia chamar de desequilíbrio controlado. Nesse contexto, os lugares passam a ter importância fundamental nas novas estratégias econômicas globais, principalmente, em função dos novos condicionamentos geoestratégicos regionais.

O lugar, a ação e o poder são os novos componentes na organização, redefinição e gestão dos territórios no âmbito da economia global. A análise desses componentes constitui a temática que se insere nas considerações do pós-modernismo territorial. Na análise das categorias espaciais das novas estratégias econômicas globais se destacam o lugar, a região e as macrorregiões. A territorialização de espaços produtivos mundiais caracteriza os lugares globais que podem representar desterritorialização de espaços nacionais sob o ponto de vista da operacionalização das atividades de produção e circulação de produtos. É sobre essas áreas de interesse da produção das grandes corporações globais que se manifestam formas de poder diferenciado sobre a gestão do território. As transformações dos lugares, particularmente a definição dos lugares globais e macrorregiões, ocorrem com a apropriação dos espaços produtivos e produtivo-circulatórios, estabelecendo-se, consequentemente, novas conexões lógicas entre a ação de produção e a manifestação de poder.

A fragmentação do espaço (socioeconômico) define a nova realidade emergente do processo de globalização econômica: o lugar onde se realizam as práticas produtivas globais. São estabelecidas, desta maneira, no espaço construído ou em redefinição, novas conexões entre a ação de produção e a manifestação de poder na gestão do território. Entre o espaço local e o espaço global se estabelece uma dialética que une e fragmenta ao mesmo tempo. A categoria dos espaços globais une as instâncias da geografia dos espaços econômicos – o lugar, a região e a macrorregião – em nova realidade espacial, a de um só mundo, como assinalou Silva & Silva (1997). Os lugares locais, produto da herança histórica e institucional, com forte carga regional/nacional são na verdade, os objetos físicos que se fragmentam, se redefinem e se reordenam na passagem de uma para outra geoestratégia econômica. A partir desse momento se formam diversos círculos de poder: local, nacional, regional, transregional e global.

A natureza do lugar, sua representatividade econômica, sua inserção em estratégias globais, a conexão em redes mundiais e a internacionalização das atividades econômicas representam

uma nova dimensão espacial. O pós-modernismo territorial rompe as barreiras espaciais (nacionais), redefine e reordena o conceito de região, produzindo os lugares-mundo na economia global. As grandes corporações, consórcios e empresas globais, integradas em cadeias produtivas, incorporam o espaço e sobre ele passam a exercer poder. Os novos cenários do espaço econômico global estabelecem, portanto, conexões lógicas entre lugar, ação e poder. Um exemplo são as áreas portuárias atlânticas e do Pacífico, nas três conformações sul-americanas já definidas, que estão se transformando num desses cenários onde se articulam a importância do lugar, o local da ação econômica e a manifestação do poder. Ao se redefinirem, a partir de atributos logísticos, passam à categoria geoestratégica dos espaços econômicos globais, principalmente em função da integração econômica macrorregional do Cone Sul (MERCOSUL).

A integração econômica em blocos regionais e as ligações à economia global configuram um cenário de políticas nacionais macroeconômicas. A formação de blocos econômicos resgata à cena socioeconômica a regionalização, destacando o papel do lugar. O macromercado regional é uma categoria dos territórios organizados em escala nacional ou transnacional. A capacidade de consumo de bens, serviços e o uso de redes de transporte categorizam o mercado, muito mais que a extensão territorial. Os acordos regionais que resultam em mercado comum, como MERCOSUL, caracterizam uma região transnacional com grande potencial de desenvolvimento. O Cone Sul representa um macromercado com amplas possibilidades de desenvolvimento industrial, um sistema intermodal de transporte conectado a saídas bioceânicas e uma capacidade potencial de consumo à escala de mais de 200 milhões de consumidores. No processo de globalização econômica, a conformação de megamercados e a competência internacional, longe de diminuir a importância da dimensão territorial da economia, a destacam ainda mais: regiões e cidades específicas se revelam como protagonistas estratégicos da economia nacional e mundial, de acordo com Daher (1997).

De outra parte, novas formulações teóricas giram em torno de temas como espaço e tempo, território e meio ambiente nas novas relações internacionais produzidas no âmbito da economia global. A regionalização, do ponto de vista econômico, tem um sentido mais amplo que a clássica região geográfica. A integração econômica em blocos é identificada em região econômica, cujos limites, e interesses, vão além da região geográfica tradicional; caso do MERCOSUL. A integração, no exemplo, abrange o Cone Sul da América do Sul, mas, na verdade, produz uma interação espacial bem mais ampla, não só do Brasil, um conjunto multirregional, como de outros países que possam aderir ao pacto integracionista por imperativo de política econômica. O grupo andino foi, na concepção original, uma tentativa de integração a partir da tese de “que o objetivo principal era a industrialização mediante ampliação do mercado [...] uma política industrial conjunta, cujos instrumentos principais foram os chamados programas setoriais de desenvolvimento industrial” (Peñaherrera, 2007, p.16-17). NAFTA (antecipação da ALCA) expande o regionalismo econômico a novas escalas espaciais, com acordos bilaterais e multilaterais. Assim entendida, a regionalização econômica é, na verdade, um trânsito conceitual, pois seus limites são indefinidos e os interesses nela contidos podem variar no tempo. Boudeville (1961), no trabalho “Espaços Econômicos”, projetou uma atualidade ao afirmar que “o espaço geográfico constitui uma das dimensões de um espaço mais complexo: o espaço econômico”. O tempo-espaço passa, na atualidade, à categoria paradigmática que afeta e é afetado pelos eventos na economia global.

A região econômica, e nela o lugar, emerge como elemento importante do (re) ordenamento dos territórios no processo de globalização das práticas econômicas e na integração às redes mun-



diais. Perroux (1955) observa que “o crescimento não se manifesta em todas as partes de uma só vez, mas que se expressa em pontos ou polos de crescimento com intensidades variáveis e com efeitos terminais variáveis para o conjunto da economia”. Isso significa, na verdade, que os ritmos de desenvolvimento são desiguais em várias coordenadas, dependendo da variável cultural, do colonialismo de longa duração, de hibridações elitistas dominantes e outras como ocorreu na formação histórico-estrutural da América do Sul.

As estratégias mundiais das corporações globais promovem ações políticas e pressões econômicas que determinam redefinições territoriais, criando espacialidades específicas para a produção, a concentração e a movimentação de bens econômicos.

As novas estratégias mundiais estabelecem novas relações entre as empresas e os governos dos países onde se instalam. Para Porter (1997), “a relação da empresa com os governos anfitriões em mercados importantes torna-se uma consideração competitiva básica na concorrência global”. Os governos, segundo o autor, podem exercitar seu poder, bloqueando inteiramente a concorrência global ou podem criar grupos de estudo para alianças estratégicas. O autor considera que, para as companhias internacionais, o grau de resposta aos interesses do governo anfitrião constitui uma “variável estratégica básica”. A variável estratégica básica estabelecida pelo grau de resposta aos interesses dos governos nacionais é um paradoxo da globalização. Na prática, os governos se limitam a atender os interesses das empresas globais, concedendo-lhes benefícios que as tornam competitivas no mercado internacional.

Os processos de privatizações na América do Sul representaram decisões negativas aos patrimônios estratégicos nacionais. Um plano bem elaborado de alianças estratégicas globais, resguardando os comandos internos dos principais ativos nacionais, teria sido mais vantajoso do que a simples privatização de setores básicos da infraestrutura e sua consequente transterritorialização. A onda de privatizações, na década 1990, principalmente a partir da idéia dos territórios econômicos abertos, fragilizou as nações mais fortes do continente sul-americano. As reservas e os comandos patrimoniais estratégicos nacionais foram transferidos ao poder transterritorial, um poder nem sempre claramente identificável. De alguma forma, as soberanias nacionais foram afetadas e cresceu a dissociação entre o Estado e a sociedade.

Nos novos espaços econômicos globais, as privatizações, as renúncias fiscais, a mão de obra de baixo custo, os financiamentos alavancados, a desconcentração sindical foram os grandes atrativos aos investimentos de escala. Os condicionamentos territoriais foram superados e a “mobilidade se converteu no fator estratificador mais poderoso e importante: aquele a partir do qual se constrói e reconstrói, diariamente, novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais de alcance mundial” (Bauman, 1999).

A economia global consolidou-se e montou suas redes baseada no suporte tecnológico da era informacional; houve uma aceleração do tempo, da comunicação e da informação. Essa relação entre aceleração do tempo, comunicação e informação só seria possível na América do Sul com pressupostos de mudança e inovação, o que não ocorreu e quando ocorreu foi muito lentamente e em nível tecnológico já superado.

A informação, pressuposto chave na disputa dos mercados, é disponibilizada, instantaneamente, por meio de vias imateriais, para qualquer parte, independente das distâncias que as separam. A informação, desta forma, passa a circular por uma nova categoria do espaço: o espaço cibernético ou ciberespaço. A economia global, utilizando como suporte as tecnologias emergentes, é uma estratégia do processo de acumulação de capital, representando a fase atual da expansão

capitalista. A globalização passa a ser, portanto, o processo que leva as empresas a ampliarem sua participação no mercado mundial, considerando as conexões com diversos países via integração estratégica. Por meio da globalização, as economias nacionais são dominadas pelas grandes corporações globais e pelo capital financeiro, muitas vezes meramente especulativo. O paradigma global incorpora a compressão tempo-espço, configurando a economia de velocidade. A massa (variada) de produtos deve estar disponibilizada nos pontos internacionais de alta rotatividade do consumo a custos baixos e em fluxos contínuos, alimentando uma retaguarda de renovação tecnológica e planejamento estratégico.

Os países da América do Sul ficaram subordinados às agendas econômicas de organismos internacionais, descuidando-se da elaboração e aplicação de planos estratégicos nacionais de desenvolvimento. Essa subordinação aos organismos que foram criados para sustentar uma ordem econômica de outra modernidade, já vencida, não poderia ser aplicada na modernidade informacional. A constatação dessa realidade evidencia com maior nitidez as diferenças nos tempos-rítmicos do desenvolvimento sul-americano. Ora, os diferentes tempos-rítmicos de desenvolvimento em continentes diferentes e, neles, em regiões diferentes, contextualizam realidades diferentes em Estados-nação que reagem, também, de maneira diferente. Os agendamentos estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Consenso de Washington foram seguidos por longo tempo, embora confrontantes com a realidade de cada país. Criou-se um conformismo lógico (Durkheim), uma situação desfavorável em razão de duas frentes principais: ajuda econômica e imposição de metas. A ajuda econômica levou ao endividamento e as metas impostas resultaram em fracassos históricos. Por outro lado, imposições e recomendações de organismos externos, a partir de realidades histórico-estruturais diferentes, contrapõem-se à realidade atual, às relações transterritoriais baseadas no fortalecimento interno via planos nacionais de desenvolvimento. Inserir-se no espaço global com qualidade é uma questão de gestão estratégica. Nela, destacam-se, como fundamentais, políticas de renovação no processo educacional, na formação de centros avançados de pesquisa e desenvolvimentos de novas tecnologias. Ou seja, mudança e inovação.

O espaço para a estratégia global de produção passa a ser o espaço mundial, sem barreiras, sem fronteiras e muitas vezes com gestão compartilhada. Essa é uma importante questão a ser equacionada pelos Estados-nação da América do Sul. A gestão estratégica tem a responsabilidade de resguardar a identidade e a soberania no processo de inserção global. O mercado como ente econômico tem interesses globais, mas não pode sobrepor-se aos interesses nacionais. Compartilhar interesses é uma questão chave a ser equacionada no âmbito de alianças estratégicas ou de blocos econômicos. Na América do Sul, a formação de alianças estratégicas de produção e formação de blocos econômicos fortes foi dificultada por rivalidades históricas, falta de visão para o fortalecimento continental e as diversas formas de subordinações a centros de comando fora do continente que se estabeleceram ao longo da história: subordinação financeira, científica, tecnológica, comercial, industrial e cultural.

Na atualidade, a ordem econômica internacional, um poder transterritorial de decisão sobre a produção, a distribuição, os investimentos e a localização, marginaliza o poder nacional de agendar seu próprio desenvolvimento. Sem planos sistêmicos e integrados por acordos regionais e continentais estratégicos, os países sul-americanos se fragilizam para o enfrentamento com o poder econômico de antigas e novas forças internacionais. O poder de decisão à criação de unidades estratégicas de produção global nos Estados-nação representa uma desterritorialização, uma



perda dos comandos internos nacionais. Isso se deu, particularmente via privatizações apressadas e sem os resguardos necessários, sobre os fundamentos do desenvolvimento nacional.

A decisão de onde, como e quanto produzir passou para o poder transterritorial. O comando estratégico operacional distribui suas unidades em espaços de exclusão tributária e desconcentração sindical de um mesmo país ou em países diferentes. A lógica espacial das estratégias globais, conforme Bauman (1999), assegura que “a empresa pode trasladar-se para onde há melhores possibilidades de lucros e dividendos para os acionistas”. A empresa, segundo o autor citado, “tem a liberdade para trasladar-se; as consequências permanecem no lugar. Quem tem liberdade para deixar a localidade, a tem, igualmente, para fugir das consequências [...] Esse é o fato mais importante da vitoriosa guerra pelo espaço”. A aproximação com os blocos de consumo garante o domínio dos mercados pelos custos reduzidos em contextos de produção privilegiada. Há uma flexibilidade, uma maior mobilidade possível pelas atuais tecnologias de produção, mais leves, de menor enraizamento local e de maior interesse global nos resultados operacionais.

Dessa forma, a concepção global é o resultado lógico da expansão da atividade produtiva em nova modelagem tecnocognitiva. Como tal, é uma representação semântica e uma transgressão de modernidade. Como representação semântica, a concepção global é uma metáfora que explica processos econômicos e culturais da presente atualidade; como transgressão de modernidade, representa a passagem da sociedade industrial para a sociedade informacional. Nessa dominam, amplamente, os paradigmas do conhecimento e informação, ciência e tecnologia, mudança e inovação. No conjunto, esses paradigmas são responsáveis pelas novas modelagens tecnocognitivas, indutoras da transformação. Em dado momento da história sul-americana, o tempo-espaço de transformação deveria ter ocorrido nessa base paradigmática. Não ocorreu, o que repercutiu na dinâmica do tempo-rítmico do desenvolvimento.

Os paradigmas do conhecimento e da informação são, portanto, fundamentos importantes nos estudos sobre o desenvolvimento dos países sul-americanos. O espaço produtivo construído é o resultado dos eventos que se realizam na vida econômica, na vida social e na vida cultural. O espaço natural, em contextos nacionais, transformado pelas práticas econômicas e sociais, forma um sistema de ações e produtos (objetos). A apropriação, construção ou transformação do espaço pode caracterizar formas territoriais determinadas em função dos objetos e das ações que nele se desenvolvem. Nessa concepção, o espaço tem um sentido dialético que conduz ao entendimento do movimento, da dinâmica das ações e dos objetos. No contexto da economia dominada por geoestratégias transterritoriais, o espaço torna-se um produto global, interagindo com as ações globais. De certa forma, há uma desterritorialização do território nacional no que se refere ao movimento dos fluxos de produção, demanda e poder. O espaço global se fragmenta para a produção de componentes, insumos, alta tecnologia, desenvolvimento científico, formando os lugares globais.

A espacialidade logística, definida nos lugares centros da ação econômica, produz, portanto, a dialética dos espaços fragmentados. O espaço do cone sul-americano é caracterizado como um desses lugares fragmentados das estratégias econômicas mundiais, configurando um espaço geoestratégico em função do MERCOSUL. A dialética do espaço é, também, a dialética do tempo, pois todas as ações que conduzem à produção do espaço têm um sentido temporal. As acelerações do tempo nos processos econômicos conduzem ao aniquilamento do espaço, configurando a conceituação de compressão do tempo-espaço e, conseqüentemente, de redefinição do território. Assim, tempo e espaço passam a constituir uma categoria analítica importante nos estudos econômicos e geográficos.

A sociedade humana é um campo de forças dinâmico, com movimentos que afetam o sentido evolutivo da vida social, política e econômica. O espaço e o tempo das formações econômicas e sociais afetaram e foram afetados pelos eventos que ocorreram na interior das civilizações. A construção de espaços geoeconômicos novos ou a redefinição de antigos espaços produtivos coloca uma temporalidade nos eventos, cuja dinâmica, ou seja, o movimento, diferencia o grau de evolução de cada civilização (Vieira e Vieira, 2003, p.28).

Outra questão que emerge do paradigma é a do espaço como poder social. O domínio do espaço econômico, particularmente, gera um poder que pode se expressar sob forte influência na vida social e política, especialmente. Na modernidade industrial, as empresas multinacionais instalaram múltiplas edificações industriais nos países sul-americanos, geradoras de produção, emprego e poder local. Também atividades na mineração, no agronegócio e nos recursos florestais representavam a forte presença do capital estrangeiro e do poder por ele exercido na vida social e política dos Estados-nação. Os governos dos países da América do Sul, por razões históricas, se tornaram submissos à ingerência, quase sempre indevida, do poder econômico multinacional nas questões internas de cada país. Diferentemente do que hoje acontece, esse poder era exercido a partir de bases internas, bem identificadas e de representatividade transparente. As políticas públicas endógenas, predominantemente monetaristas, facilitavam essa forma de dominação, de colonialidade, como acentua Walsh (2005).

Essa questão do espaço como poder social é muito presente no contexto histórico-estrutural da América do Sul. O espaço andino, o espaço atlântico e o espaço rio-platense geraram poderes sociais diferenciados segundo a natureza do processo colonialista e colonizador. Em parte, inegavelmente, nos dois processos, houve permissividade das elites políticas então formadas na aceitação das regras impostas pelo poder econômico externo. Das elites econômicas nativas veio a cumplicidade, o jogo de interesses e o domínio ideológico.

As convergências de dinheiro (investimento), tempo (velocidade do giro de capital) e espaço (geoestratégia) consubstanciam o sentido e a percepção de realidades conjugadas para as práticas econômicas no âmbito da globalização. As estratégias globais desenvolvidas pelas grandes corporações transnacionais se operacionalizam no tempo-espaço de territorialidades nacionais sem barreiras.

Estratégias significam mudanças e inovações. Não tem sido essa uma característica da América do Sul ao longo de sua história. No decorrer de seu processo de desenvolvimento, os países-repúblicas fragmentados do colonialismo espanhol na América Andina e Platina, o Império Luso-Brasileiro e tardiamente a vasta república atlântica brasileira mantiveram-se imobilizados a atavismos inibidores de mudanças e de inovações. Essa circunstância histórico-estrutural retardou, e muito, o tempo-rítmico do desenvolvimento sul-americano.

A construção do espaço social começa com a apropriação, a transformação e o uso do território. Essa não é só uma percepção da realidade econômica e social da atualidade. Em diversos tempos históricos, das investidas dos fenícios na costa africana do Mediterrâneo ao Atlântico, dos impérios antigos, dos domínios mercantilistas, do colonialismo e do imperialismo capitalista, o uso dos territórios foi determinado por razões econômicas. As políticas expansionistas sustentadas pelas ações militares culminaram, quase sempre, em alguma forma de domínio econômico (Hobsbawm, 1995; Arrighi, 1996). A criação de um espaço colonialista de produção na América do Sul por cerca de 300 anos condicionou um modo de produção inerente e que se projetou na constituição dos Estados-nação, repúblicas andinas, rio-platenses e no império atlântico brasileiro.



A era da globalização utiliza outros instrumentos de ação. O uso dos territórios se processa pela apropriação do espaço, concedido por governos nacionais, sob a influência da dialética de abertura aos mercados mundiais. O uso do território continental sul-americano começa a se descaracterizar das práticas nacionais que constituíram os Estados Nacionais, para práticas de desterritorialização econômica. Essas práticas não induzem a novos processos de desenvolvimento. O espaço econômico torna-se transterritorializado, com comandos externos, e a inserção na ordem econômica global não se enquadra nas chamadas vantagens comparativas.

O espaço torna-se, dessa forma, uma categoria geográfica na convergência político/econômica. Os espaços geoestratégicos, com muito mais razão ainda. Os nexos que se estabelecem nas linhas de circulação de mercadorias colocam o tempo como elemento indissociável do espaço. A configuração tempo-espaço torna-se um determinante dos processos sociais, e com muito mais propriedade ainda como um produto global.

Há uma relação dialética entre as práticas sociais e o espaço construído que desencadeia a mudança social. É o espaço socioeconômico em movimento que produz a mudança social. Nesse sentido, é uma evolução bem caracterizada pela ideia de passado, presente e futuro. A dinâmica da totalidade do espaço é fonte de criação de formas sociais ou de adaptações que se produzem nos contextos de redefinição das espacialidades. Os lugares que, por força de elementos geoestratégicos, passam à condição de espaços em redefinição ficam sujeitos, com maior intensidade, aos determinantes de mudanças na totalidade social. Na verdade, os lugares são afetados pelas novas situações econômicas resultantes das estratégias globais, afetando, conseqüentemente, as relações sociais estabelecidas. Forma-se uma conjuntura de causa e efeito cuja escala de ocorrência depende da importância do lugar e da ação econômica nele desenvolvida.

As grandes estratégias globais têm se direcionado para o extremo oriente. Nas últimas décadas, se concentraram na Ásia, produzindo economias de escala em territorialidades nacionais distantes. As mudanças operadas tiveram repercussões em aspectos da totalidade social, tanto em termos de organização, de tecnologia e quanto de cultura. Presentemente, o movimento global na América do Sul não tem produzido espaços econômicos de vulto, inovadores, nem exercido influências positivas na totalidade social. É possível, mesmo, considerar-se nesse caso a ocorrência de desconcentração econômica nos antigos espaços multinacionais, produzindo transformações sociais, desta feita com repercussões negativas no emprego e na condição social como um todo. Em meio à crise global, crescem os movimentos sociais reivindicatórios e a instabilidade política, com retrocessos democráticos (populismos, assistencialismos, continuísmos).

A experiência sul-americana com os modelos anteriores de construção dos espaços colonialista e de imperialismo econômico não contribuiu para superar o atraso e o ritmo lento de desenvolvimento. Também os programas de ajuda externa não produziram resultados concretos à mudança e inovação. A nova experiência que começa a ser vivida em tempos de globalização cria uma expectativa contraditória. De um lado a possibilidade de participação mais ativa nos mercados mundiais e de outro aumenta o grau de desterritorialização dos espaços econômicos e a perda dos comandos de patrimônios estratégicos nacionais para o poder global.

O fortalecimento nacional via planos nacionais de desenvolvimento significa a presença de unidades de produção nacionais, incluindo conhecimento e informação. É a partir desse marco que a inserção na economia global passa a ser qualitativa. Para Porter (1993, p.756), “nalguma fase do processo de desenvolvimento, o enfoque deve passar para as companhias nacionais”. O fortalecimento dos espaços econômicos nacionais na América do Sul asseguraria o desenvolvimento

equilibrado, no qual os níveis de produção, emprego e salários formariam a base desejada dos processos sociais. Essa premissa de fortalecimento, no processo de desenvolvimento endógeno inclui, necessariamente políticas públicas prioritárias à educação, ciência e tecnologia.

O tempo-espço e a totalidade, nas dimensões nacionais, são transcendências frente ao campo aberto das disputas de mercado (Vieira, 1997). A queda das barreiras espaciais, ao caracterizar ampla e incondicional internacionalização da base industrial, desvirtua a identidade nacional, aprofundando a razão de subordinação.

A integração econômica em blocos regionais ou em escala mundial é o cenário de políticas macroeconômicas que envolvem conceitos clássicos e novos da (re) organização econômica e do (re) ordenamento do espaço. A formação de blocos econômicos resgata à cena socioeconômica a regionalização, destacando nela o papel do lugar. De outra parte, novas formulações teóricas giram em torno de temas como espaço e tempo, território e meio ambiente nas novas relações internacionais produzidas no âmbito da globalização da economia.

A regionalização do ponto de vista econômico tem sentido mais amplo que a região geográfica. A integração de blocos econômicos é identificada numa região geográfica como centro de ação a práticas econômicas, porém seus limites projetam-se muito além, descaracterizando os elementos geográficos da clássica região física, como é a perspectiva espacial do MERCOSUL. A integração no caso é colocada no âmbito do Cone Sul, mas na verdade produz uma interação espacial bem mais ampla, não só do Brasil, um conjunto multirregional, como de outros países que aderiram (ou venham a aderir) ao pacto integracionista por opções e imperativos de política econômica. Assim entendida, a regionalização (econômica) é na verdade um trânsito conceitual, pois seus limites são indefinidos e os interesses nela contidos podem variar no tempo.

As conceituações antigas e também as modernas sobre região e lugar foram afetadas pelas novas formas de integração, a partir da globalização da economia. A queda das barreiras espaciais imposta pelo fortalecido poder da ordem política e econômica das práticas globais, após o fim da bipolaridade ideológica, abriu caminho ao estabelecimento de estratégias mundiais por parte das grandes corporações transnacionais. As atividades dessas companhias, em vários países, permaneceram com forte identificação com as características do consumo local, formando uma categoria definida pela estratégia multilocal. Contudo as grandes corporações econômicas e financeiras deram um passo avante, integrando suas estratégias em nível mundial. Trata-se de prática de alto risco à contaminação sistêmica quando desequilíbrios motivam crises em escala global, como no caso da atual, com irradiação rápida em toda a rede global.

As estratégias mundiais das corporações transnacionais promoveram ações políticas e pressões econômicas que determinaram redefinições territoriais, criando espacialidades específicas para a produção, a concentração e a movimentação de bens econômicos. Dos territórios sedes aos centros de comando da economia mundial, as negociações para abertura de espaços privilegiados à prática de geoestratégias por grandes corporações globais são unilaterais. O contraditório está na inversão do interesse. Nos novos espaços econômicos da regionalização do Cone Sul, por exemplo, mercado superior a 200 milhões de consumidores, os benefícios fiscais e de infraestrutura são fortes polos de atração para os investimentos transnacionais de escala. A contrapartida é pequena não só em função dos benefícios oferecidos pelos governos, como pela razão de alheação, pois o comando da ação econômica está distante e dissociado da realidade social dos países sedes da atividade produtiva.



O cenário da economia dinamizada em estratégias mundiais estabelece novas relações entre as empresas e os governos dos países onde se instalam. Os governos se limitam a atender os interesses das empresas globais, concedendo-lhes benefícios que as tornam competitivas no mercado internacional. O poder que exercem para obter os benefícios desejados se transforma, posteriormente, em poder de gestão sobre os espaços logísticos criados, dissociando-se do poder local.

As estratégias mundiais para as áreas da América do Sul, por exemplo, condicionam a criação de novos espaços produtivos e a redefinição dos espaços já criados, parecendo se identificar com o dilema produzido pelo fato de que o “espaço só pode ser conquistado por meio da produção do espaço (Harvey, 1993, p.234)”. Os portos do Cone Sul estão se tornando *Hub Port*, ou seja, portos concentradores de cargas. Os principais terminais de cargas, contêineres, particularmente, com grande concentração e movimentação de unidades, passaram por meio de arrendamentos de longo prazo à iniciativa privada. No porto de Rio Grande (RS) um terminal privativo foi destinado a um gigante do setor automotivo que processará o trânsito de produtos do Cone Sul; um terminal de grãos, conjugado com ampla área de armazenamento no distrito industrial da área retroportuária, foi transferido a uma empresa transnacional do ramo de cereais. Essas mudanças ocorreram em função da geoestratégia regional do MERCOSUL. A instalação de novas unidades estratégicas de produção global acelera a transformação da área em lugar global no contexto de estratégias mundiais das grandes corporações transnacionais.

Os espaços econômicos, numa mesma territorialidade, apresentam pressupostos que definem sua funcionalidade. Historicamente, se instalaram, na América do Sul, espaços de produção de acordo com as condições naturais das localidades. Os espaços de mineração, os espaços agrícolas, os espaços para a pecuária, os espaços portuários. Em alguns desses espaços se desenvolveram importantes e longos ciclos econômicos, responsáveis pela categorização de economia primária na territorialização sul-americana. Perpassando o período colonial, a atividade primária continua produzindo a base econômica dos países sul-americanos. A industrialização foi um novo espaço criado, porém sem a força e a caracterização suficientes para inverter a matriz de produção, situando-a como a atividade principal a partir de mudanças e inovações internas. O espaço industrial instalou-se com base nas companhias multinacionais inicialmente e globais mais recentemente. A ordem econômica global transterritorializa as atividades econômicas, fragmentando o espaço mundial. À fragmentação espacial corresponde a fragmentação de componentes nas unidades estratégicas de produção.

A fragmentação do espaço tem sido ao longo da história, e destacadamente da história do colonialismo e do imperialismo econômico, uma sucessão de reordenamentos territoriais. Domínios políticos estratégicos, domínios sobre recursos naturais e domínios sobre mercados marcaram a dinâmica da fragmentação dos espaços mundiais. Na atualidade, ocorre, talvez, o maior processo de reordenamento do espaço, desde a repartição da África pelas potências européias (ocidentais) em Berlim (1875). O fim da bipolaridade ideológica e a revolução da microeletrônica liberaram as ondas de expansão do capitalismo em novas estruturas organizacionais e de estratégias mundiais. A queda das barreiras espaciais permitiu o reordenamento do espaço mundial sob novos interesses de multipolaridade produtiva, geoestratégias regionais e globalização dos mercados.

Nos reordenamentos territoriais as funcionalidades e os condicionamentos sociais iminentes colocam a questão de atualidade. Os acontecimentos de atualidade ocorreram em todas as principais fases do desenvolvimento da sociedade. Não importa o enquadramento em pré-

-modernidade, modernidade ou pós-modernidade. Há sempre uma atualidade, marcada por um signo que representa a causa do progresso. Os avanços da ciência, as novas tecnologias, os novos padrões de produção e de consumo introduzem o novo tempo, o tempo da renovação, no qual os modos de ser, de comportamento, formação pessoal e integração social evoluem naturalmente. É um tempo de mudanças que não pode ser detido, pois representa uma fase de celebração da inteligência, da extraordinária capacidade da mente humana de avançar rumo ao conhecimento ilimitado. Na segunda metade do século XX, liberta dos condicionamentos e dogmas que a impediam de inovar, a inteligência humana rompeu seguidamente as fronteiras do conhecimento, numa velocidade até então não ousada. Presentemente, não há barreiras para o novo, para a prática da ciência e para as novas tecnologias, inclusive as da vida.

A América do Sul ficou condicionada por longo tempo ao passado histórico-estrutural, com baixa intensidade de mudança e inovação. Não desenvolveu a ciência e não produziu tecnologias avançadas. O pouco que avançou nesse sentido foi durante os curtos períodos de aplicação de planos nacionais de desenvolvimento.

As fragmentações do espaço, os recortes temporais no mundo do conhecimento precipitam, rapidamente, mudanças comportamentais. A sensação que se recolhe tanto da redefinição espacial como em períodos de tempo, cada vez mais comprimidos, é de que tudo está em trânsito, tudo é efêmero e, nada, portanto, se fixa num espaço e num tempo mais duradouro. Trata-se, como acentuou Ianni (1998), do universo da fragmentação; “fragmentam-se o espaço e o tempo, o pensado e o pensamento, a realidade e a virtualidade, o todo e a parte”. O mundo global fragmentado une, por amplo sistema de redes, as novas formas espaciais e os fluxos que nelas se originam. O espaço funcional é um espaço fragmentado direcionado a especificidades dos mercados regionais e globais.

## Parte II

### América do Sul

#### Desenvolvimento nas conformações andina, atlântica e platina

A análise das origens do processo de desenvolvimento e o posicionamento geoestratégico da América do Sul no mundo global é o objetivo central deste ensaio. Houve uma mudança de época, a transposição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, com suporte no conhecimento, na informação e nas tecnologias de ponta. Pode-se estabelecer um marco de tempo para o início da mudança de época com ruptura de estruturas, de organização e de comportamento das sociedades. A década 1970 é um marco de consenso, mas trata-se apenas de considerar, analiticamente, o momento no qual o avanço do conhecimento gerou a inflexão nas práticas econômicas e de gestão. O acúmulo do conhecimento se processou nas estruturas nacionais mais avançadas, o que provocou a erupção de novas tecnologias e práticas organizacionais projetadas para o universo transnacional; a mudança encontrou a realidade das desigualdades do tempo-rítmico de desenvolvimento em várias nacionalidades sul-americanas.

Na América do Sul, particularmente, verificou-se o confronto de três tempos-rítmicos de civilização. O primeiro representado pelo confronto hispânico-nativo, que não eliminou a con-



formação civilizacional de origem, mesmo com a ocorrência de genocídios. É importante destacar que o confronto viria a produzir uma conformação demográfica, cultural e política própria na América andina, fragmentada, mais de dois séculos após, em nacionalidades republicanas. A organização nativa de produção não desapareceu totalmente, como não se impôs totalmente a transposição hispânica. Não houve totalidades, mas o desenvolvimento de uma economia colonial, produto da conquista, da resistência nativa e da miscigenação. Lado a lado, de início, conviveram duas estruturas agrícolas senhoriais, a espanhola (laica e eclesiástica) e a nativa fortemente enraizada no território, conforme Donghi (2005). A estrutura agrícola espanhola era formada pelas *haciendas*, grandes propriedades rurais cuja produção se destinava, principalmente, à economia externa. Um lento processo de imbricação das duas estruturas vai consolidando o modelo produtivo agrícola e de propriedade da terra na conformação demográfica e cultural da América andina. Em dois séculos e meio, a modelagem agrícola e de propriedade rural está definida e se institucionaliza nos Estados-nação após o desmembramento do império hispânico na América do Sul.

As relações entre as antigas estruturas nativas com as impostas pela conquista e, em sequência, pelos interesses da composição demográfica miscigenada desencadeia um ordenamento econômico colonial de grande complexidade, dominado pelo poder senhorial em territorialidades de agricultura, mineração e atividades mercantis. Um forte conservadorismo se instala, inibindo ações de mudança e inovação. Naturalmente, o tempo-rítmico de desenvolvimento colonial e pós-colonial torna-se lento e de baixa intensidade. Mesmo com o desenvolvimento da pecuária, com os ciclos do couro e carne salgada em rápida expansão, principalmente, nas províncias do sul, o quadro sociopolítico e cultural não se altera significativamente. A sociedade é rural, conflituosa e rude. Faltou, nesse longo período, o fundamento essencial, um processo educacional não condicionado e que abrisse as fronteiras do conhecimento a todas as classes sociais. Isso teria conduzido a momentos de mudança, transformação e inovação, essenciais ao desenvolvimento e evolução dos povos.

No segundo confronto, luso-nativo, diferenciado institucionalmente, o processo colonialista de ocupação dos vastos espaços sem a presença de uma civilização nativa organizada facilitou a implantação do sistema colonial de produção e apropriação territorial. A escravidão negra supriu a falta de mão de obra, já que os nativos eram dispersos, arredios e não adaptáveis aos trabalhos agrícolas. O impulso ao desenvolvimento foi, naturalmente, lento, senhorial e conservador, seguindo a tradição colonial de produção destinada à metrópole e à nascente formação de estruturas demográficas miscigenadas. O poder local foi se instalando sob o domínio dos proprietários de terras e do padroado. A forte influência e determinação do padroado, definido por Boxer (2007, p.98) como conjunto de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papa à Coroa portuguesa, e do patronato, em formação (Faoro, 2008), beneficiários dos privilégios, condicionou, de certa forma, o desenvolvimento da América atlântica por mais de 300 anos.

A apropriação do território começou, naturalmente, pela faixa litorânea, não só para evitar fragmentações na vasta extensão atlântica, do equador ao estuário do rio da Prata, no extremo sul, como para facilitar a colonização e o comércio externo. O processo de apropriação inicial foi de distribuição de terras sob a forma de capitânias hereditárias que, segundo Prado Jr. (1994), tinha características feudais, porém não se sustentou. A forma jurídica de distribuição da terra para fins de colonização foi a de sesmarias, “o caráter da propriedade fundiária da colônia” (Prado Jr., 1994, p. 15). A grande propriedade rural, o latifúndio, se tornou “a verdadeira unidade de produção”

(Buarque de Holanda, 2007, p. 48) com o ciclo açucareiro, ao lado do extrativismo e da mineração. Nesse cenário colonial juntam-se elementos do ordenamento colonial atlântico que manteria, por séculos, o ritmo lento do desenvolvimento nessa conformação físico-demográfica e política da América do Sul. A grande propriedade, economia rural primária, mão de obra escrava, elites rústicas e baixas referências culturais formavam o contexto do mercantilismo colonial dominante. Sobre ele, o ordenamento comercial e social, incluindo a institucionalização da prática escravista, vinha de um Estado patrimonialista, imperial, protegido pelo dogma religioso e apoiado pelo poder da sociedade ruralista.

No terceiro confronto, rio-platense, cone sul da América austral, o processo de desenvolvimento teve a decorrente das condições particulares do processo de imigração. Canclini (2005, p.77) assinala que no período 1848-1939 deixaram a Europa 52 milhões de pessoas, sendo 72 % para os Estados Unidos, 21 % para a América Latina e 1% para a Austrália. Para a América do Sul, os maiores contingentes foram para a Argentina, sul do Brasil e Uruguai, sendo 38 % de italianos e 28% de espanhóis. No sul do Brasil houve uma forte migração açoriana (1752-1799, origem, e 1800-1875, expansão), alemã (1824-1889, origem, e 1890-1924, expansão) e italiana (1875-1899, origem, e 1900-1914, expansão), Vieira e Rangel (1993, pp. 72, 76 e 80). Os autores destacam no fluxo açoriano a cultura endêmica, a mobilidade espacial, a escala espacial da produção agrícola em pequenas e médias propriedades e padrões sociais arcaicos. Já a colonização alemã trouxe novas práticas produtivas e de convívio social e uma matriz cultural nova à sociedade gaúcha. Os italianos, por sua vez, nos primeiros núcleos da colonização formaram áreas espacialmente concentradas, temporalmente muito próximas, de elevado grau de autossuficiência (p.71-77). Donghi (2005, p.158/59) assinala que a imigração foi um evento de importância desigual ao longo de várias regiões sul-americanas: “imigração em massa teve lugar apenas em algumas regiões da margem atlântica: Argentina, Uruguai, Brasil central e meridional”.

Na América do Sul, o processo histórico-estrutural foi, majoritariamente, ancorado na forma colonialista de gestão do território. À população nativa somaram-se os densos nichos africanos no Brasil, particularmente, que forneciam mão de obra de baixo custo necessária ao processo de exploração colonialista. Quanto ao nicho rio-platense no Uruguai, sul do Brasil e Argentina, se assentou sobre um território de malha étnica nativa sobrevivente e dispersa da conquista espanhola e portuguesa. A conformação demográfica cultural do território em torno da bacia rio-platense assumiu feições de colônias de povoamento a partir do século XIX. Nesse nicho, particularmente espanhóis, portugueses e açorianos integravam as correntes migratórias de colonização. Formou-se, com eles e os demais grupos étnicos europeus, alemães e italianos, principalmente, a identidade própria desta área do Cone Sul.

Na América do Norte, a conformação colonizadora e independente da ocupação dos espaços de assentamento e produção e os princípios da ética protestante imprimiram o tempo-rítmico acelerado ao progresso material e social, distinto, portanto, do que ocorreu na América do Sul. Conforme Karnal e outros (2007, p.14), “os olhos dos imigrantes queriam as terras fartas e as promessas de um sonho americano de ascensão social”. Foi com esse ímpeto que a configuração histórico-estrutural ganhou impulso e se autossustentou, impondo uma dinâmica de desenvolvimento (endógeno de alta energia) baseada nos pressupostos de valorização pessoal pelo esforço produtivo, pela criatividade e pela inovação. Os colonizadores da América do Norte “não eram mercenários, mas pioneiros; não vinham para conquistar,



mas para colonizar” - Galeano (1978, p. 145). Ao estabelecerem as 13 primeiras colônias a leste, iniciaram, na verdade, a construção do que viria a ser conhecido como “novo mundo”.

Na América do Sul ocorreu o inverso. A conformação colonialista de exploração dos recursos naturais, dominação política e econômica externa de longa duração e a ética religiosa de submissão produziu uma dinâmica (desenvolvimento de baixa energia) com atividades econômicas caracterizadas pela falta de inovação e de impulso para a mudança. Donghi (2005, p.12) lembra que, embora sob forte pressão dos rivais, “desde a Jamaica até a Colônia do Sacramento no rio da Prata, o domínio espanhol cedeu em mais de um lugar; mesmo assim, o império chegou quase intacto até 1810”. Um longo tempo recorrente ao modelo estrutural, político e institucional da sociedade colonial. Mesmo após as lutas pela independência, as nacionalidades republicanas formadas seguiram o curso do ordenamento colonial, sob a forma neocolonial, como ocorreu, também, no Brasil imperial.

A abordagem histórico-estrutural tem sua lógica consequente: formaram-se, nas Américas, dois processos de desenvolvimento. Um foi criado e desenvolvido por forças endógenas, o da América do Norte; o outro, na América do Sul, foi trasladado (forças exógenas), imposto pela força das armas e pela doutrinação religiosa. Nos dois processos de desenvolvimento há um fator fundamental: a ética religiosa. No norte (Estados Unidos), o protestantismo anglo-saxônico de valorização material da vida, do crescimento individual e coletivo foi uma inegável força interna ao impulso do desenvolvimento. As comunidades em formação tinham o incentivo da ética protestante no sentido de educar, lutar, avançar, qualificar, dignificar a existência e dinamizar atividades econômicas próprias aos interesses do novo mundo que estavam criando. Galeano (1978, p.145) assinala que “os colonos da Nova Inglaterra, núcleo original da civilização norte-americana, não atuaram nunca como agentes coloniais da acumulação capitalista européia; desde o princípio viveram ao serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua terra nova”. Ainda no plano religioso, a caridade não estava presente, assim como a submissão; a força que se irradiava era do estímulo ao trabalho produtivo, à educação, à criação de novas tecnologias de produção e aos meios de expansão das atividades econômicas. Essa é uma variável analítica relevante, pois estabeleceu, na América do Norte, nomeadamente, nos Estados Unidos, o ambiente social e tecnológico favorável à dinâmica de um tempo-rítmico acelerado.

Na América do Sul o cenário, de início, foi diferenciado. A expansão ibérica na América andina e atlântica, incluindo as províncias platinas, foi por meio da conquista colonialista, do domínio e exploração dos recursos naturais e da população nativa. Para o êxito de uma missão de grande envergadura espacial, extraterritorial, o suporte na ética católica se tornou indispensável. Para os reinados ibéricos, como para a própria estrutura da ordem católica, os interesses eram convergentes. A ética católica trouxe para a América do Sul, nas duas faces oceânicas, o preceito religioso da submissão, do conformismo, da pobreza material e da vinculação desses valores à transcendência da vida.

A ordem política implantada, os vice-reinados, e suas estruturas internas, “uma ordem social colonial dominada por características feudais, presentes indubitavelmente nas relações sociais e econômicas de vastíssimos setores primários” (Donghi, 2005, p.13), asseguraram as práticas econômicas trasladadas e adaptadas, internamente, sob forte poder de controle aos interesses das Coroas ibéricas. Não houve, por vários séculos, e esse tempo longo faz uma diferença essencial, a possibilidade de se criar um processo de desenvolvimento próprio, nascido e desencadeado pelas forças endógenas das diversas comunidades nacionais. Na América andina, o forte contex-

to étnico-nativo preservou grande parte de seu patrimônio cultural, tornando-se refratário, ao longo do tempo, à mudança e à inovação, mesmo após a fragmentação territorial em repúblicas independentes. Na América atlântica, pós-Andes, sem densidade étnica expressiva, a presença, expansão e o domínio colonial português foi facilitado. No extremo sul, na região rio-platense, a face atlântica, o colonialismo hispânico e a imigração européia criaram um diferencial físico-cultural significativo.

Muito mais tarde, e tarde demais, cerca de 400 anos, emergiria um pensamento crítico, a teoria cepalina para desenvolvimento, na verdade, o primeiro e mais importante pensamento crítico para a América do Sul. Primeiramente na formulação teórica, mas que seria aplicado, logo a seguir, com suporte nos importantes fundamentos elaborados, em planos estratégicos de desenvolvimento, como se verificou, com sucesso, no Brasil no período 1930-1980. Esse pensamento crítico viria a ter caráter seminal, pois projetaria alguns países, entre eles o Brasil e a Argentina, como potências industriais, competindo em nível global numa estratégia de produção de insumos e montagens, paradigmas da atual geoestratégia global. O enfraquecimento dos planos nacionais de desenvolvimento desfavoreceu o posicionamento da América do Sul no cenário geoestratégico mundial. A qualificação da produção, o fortalecimento do patrimônio estratégico e a formação de alianças globais em blocos e associações econômicas de grande poder transterritorial são pressupostos a uma inserção qualitativa na economia globalizada.

### Ritmo do desenvolvimento sul-americano

O desenvolvimento é um processo cuja velocidade de desencadeamento depende da energia agregada pelo impulso humano. Naturalmente, as bases iniciais do processo são fundamentais ao tempo-rítmico do desenvolvimento; elas podem caracterizar-se como a energia agregada ao vigor em estabelecer e criar atividades produtivas em territorialidades de colonização. Pode, também, representar um impulso de dominação e exploração territorial de configuração colonialista. A primeira refere-se à transferência populacional com a finalidade de colonização, estabelecer bases institucionais e firmar nacionalidade e, portanto, modelar nova dinâmica de relações. A segunda diz respeito à conquista, ao domínio e à exploração para simples transferência de riquezas. São, na verdade, dois processos históricos contrastantes que se verificaram no contexto americano.

No processo de colonização e desenvolvimento da América do Norte (Estados Unidos), a energia agregada caracterizou-se como determinação da vontade colonizadora de produzir uma nova nação, um novo modo de vida, uma nova forma institucional à organização da sociedade. O impacto sobre o território foi decisivo, eliminando-se os obstáculos que se opunham ao avanço da ocupação e posse. A nova ordem foi se estabelecendo, sem concessões às estruturas internas pré-existentes e às influências externas, de modo que cedo foi institucionalizada uma nação, na forma republicana e democrática. Como assinala Furtado (2000, p. 10), “o progresso não surge necessariamente da “lógica da história”, mas está inscrito no horizonte de possibilidades do homem, e o caminho para alcançá-lo é perceptível pelo senso comum. Tudo se resume em dotar a sociedade de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades”. Foi o que aconteceu. A América anglo-saxônica logo se tornou a América “americana”, ou seja, adquiriu identidade própria, com instituições basilares à nacionalidade em modelo diferenciado de sua origem. Algo novo foi criado, desenvolvido em tempo-rítmico acelerado, pouco comum na história das civilizações.



Trata-se, pois, de um processo no qual não houve marginalidade em relação à Europa Ocidental; ao contrário, uma nova ordem civilizadora, uma nova nacionalidade se impunha tanto no campo político, como econômico. É de se ressaltar, também, a importância institucional dos Estados Unidos, com seus símbolos de liberdade e democracia que deixavam para trás as estruturas políticas da Europa. A América tornava-se o símbolo do novo e das novas oportunidades, de geração de oportunidades de trabalho e criatividade nos diversos setores da economia. O processo de industrialização, por exemplo, foi de tal dinamismo que, pouco mais de um século após a independência, os Estados Unidos da América se tornariam a segunda potência mundial em produção industrial e logo adiante seriam a primeira.

Na verdade, a América do Norte, nomeadamente os Estados Unidos, não passaram pela fase retardatária do simples extrativismo. No processo de desenvolvimento, essa constatação é de fundamental importância, pois define, acima de tudo, o grau de independência adquirido no alvorecer da civilização que se implantava. Independência, soberania, identidade e carisma nacional foram valores consolidados que raramente são encontrados no somatório de nação que se forma e firma com um novo modelo de civilização. Isso não elimina da análise aspectos negativos de métodos de domínio e acréscimos territoriais. Contudo esses aspectos não são objetos deste texto. O que se analisa são as razões de um tempo-rítmico acelerado, independente, próprio e soberano de desenvolvimento, em contraste com outro de natureza exploratória e subordinante ocorrido na América do Sul.

Na América do Sul houve um processo de conquista imperial. Não foi propriamente uma ação migratória em busca de terras para colonizar, implantar uma nova civilização. Foi, na verdade, ocupação, domínio e traslado de métodos, estruturas e organização que garantissem uma vasta área continental como um território agregado, a ser explorado em seus recursos naturais e humanos. Essa condição chamou à atenção mais tarde de Sarlo (2006) como um contraste tributário em que o centro de iniciativa estava em outra parte, fato também assinalado por Donghi (2005, p. 12). A conquista ibérica não institucionalizou um novo modelo de governo, não criou possibilidades de liberdade, democracia, leis e costumes que caracterizassem primórdios para uma ou mais nações.

O modelo institucional ibérico foi literalmente trasladado para o continente sul-americano e imposto com práticas de barbarismo apoiadas pela crença dominante. Em muitos relatos, representantes do catolicismo imposto denunciavam a violência contra os nativos e a exploração deles sem, contudo, qualquer reação oficial religiosa ou política (Frei B. de Las Casas, 2001). O cenário foi montado para séculos de domínio e manutenção da pobreza, da incultura e da submissão. Tal cenário representa “a natureza histórica e circunstancial de sua condenação à pobreza”, segundo Ribeiro (1970, p.588). Portanto, o tempo-rítmico do desenvolvimento sul-americano não poderia incorporar uma alta energia qualitativa de desenvolvimento.

As instituições políticas ibéricas foram trasladadas sob a forma de “vice-reinado” e até reinado como num breve período no Brasil. Como todo o modelo político-institucional e econômico era externo, não se projetou nenhuma forma própria de desenvolvimento endógeno. O mundo americano do sul seguiu seu curso por séculos, com “dependência estrutural”, conforme Mészáros (2004, p.28), autoritarismo, populismo, pobreza, em tudo que representava a consolidação original da conquista. Não houve inflexão a novo modelo de impulso ao desenvolvimento. As estruturas agrárias e mineradoras mantiveram-se sólidas pela via política e pela supremacia econômica externa.

A condição das populações nativas foi outro fator fundamental. Não havia interesse em qualificar o *status* de vida das populações locais. O abismo de classe se aprofundou à medida

que progredia a aristocracia de origem rural. Uma forte cumplicidade se formou entre grupos oligárquicos, os “agentes coloniais” (Galeano, 1978, p.145), isolando cada vez mais os nativos e os miscigenados.

As lutas pela independência não mudaram as condições sociais, políticas e institucionais. Elas apenas estabeleceram novos limites geográficos para os países em definição num cenário geopolítico de desigualdades e pobreza que avançou no tempo.

Na territorialidade austral há um marco importante: a região platina. O Rio da Prata, considerado do ponto de vista geográfico, é, na verdade, uma área estuarina, formada pela junção terminal dos rios Rio Paraná e Rio Uruguai, cujas nascentes estão em território brasileiro. O terceiro membro da trindade platina, o rio Paraguai, também originário do Brasil, encontra o rio Paraná na região do Chaco argentino. Esses cursos fluviais descem para o sul, se conectam, formam a bacia platina e um amplo estuário a leste junto ao oceano Atlântico entre o Uruguai e a Argentina. A bacia platina, tomada em seu conjunto, drena uma área de cerca de 3,2 milhões de km<sup>2</sup> em terras do Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. A região rio-platense tem notável importância econômica no agronegócio, particularmente na produção de grãos, na energética pela geração hidrelétrica e na conformação socio-cultural pelo processo de colonização nela verificado. Neste ensaio procura-se destacar a configuração territorial platina do ponto de vista natural e, nela, a razão cultural que desenvolveu um potencial econômico diferenciado no processo evolutivo da América do Sul. A geoestratégia econômica global estabelece, para a região, condições de transterritorialidade, integração e gestão compartilhada do território que progressivamente vai se concretizando.

O Rio da Prata é uma menção recorrente desde os primórdios da expansão hispânica pela costa oeste da América do Sul. A partir do antigo Vice-Reinado do Peru, a expansão começa a se aproximar da costa atlântica por uma ampla região historicamente denominada de províncias do rio da Prata. A geografia da região é dominada pelos rios Paraguai e Paraná, vindos do Brasil, mas que davam uma conformação territorial específica às terras que definiriam, por ações políticas, os Estados nacionais da Argentina, Paraguai e Uruguai. Antes da definição das linhas políticas demarcatórias desses estados-nação, o Vice-Reinado do Rio da Prata se estendia por terras do noroeste brasileiro, região missioneira nas duas margens do rio Uruguai e também em terras paraguaias. Do lado argentino, incluía terras das províncias do Chaco, Tucumán, Córdoba, Santa Fé, Misiones, Corrientes e Entre Rios (Fig. 1).

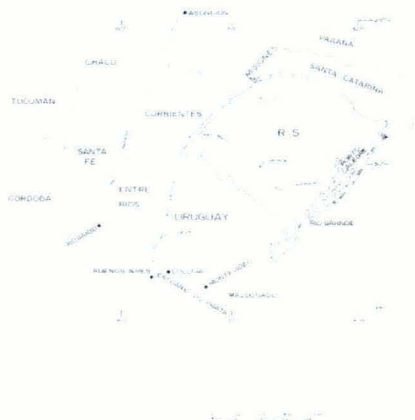


Fig. 1 Conformação territorial da bacia do rio da Prata.



Embora de domínio espanhol, a região do rio da Prata era de interesse português, quer no período de unificação de Coroas (1580-1640), o que, como assinala Canabrava (1984), facilitou a penetração do comércio vindo do Atlântico, quer por necessidade, após o rompimento da unificação, de defesa do extremo sul do Brasil, culminando com a fundação da Colônia do Sacramento em 1680. Tanto no período das convergências como nas divergências políticas entre as duas Coroas ibéricas em relação ao subcontinente sul-americano, nada impedia o desenvolvimento do comércio. Além da mineração, o comércio platino incluía trigo, açúcar, vinho, artesanato e, naturalmente, muito gado. Assunção era o mais antigo centro de povoamento da região platina (Canabrava, 1984, p. 27) e rota das primeiras incursões de comerciantes portugueses em direção ao alto Peru. Os rios Paraná e Paraguai facilitavam as comunicações nos dois sentidos, tanto para as possibilidades de negócios ao norte como a expansão populacional e trocas comerciais dos espanhóis para o sul. Buenos Aires vai se tornando um importante centro comercial, capital do Vice-Reinado do Rio da Prata (1776) e porto de entrada de escravos para “todo sul do império” (Dongui, 2005, p. 27). Com a expansão da população nas províncias de Tucumán, Santa Fé e Rosário, a região do rio da Prata vai se povoando, complementando os assentamentos no Paraguai, Chaco, Misiones, Corrientes e Entre-Rios. Espanhóis, nativos, negros e miscigenados avançam sobre terras pouco povoadas. Os jesuítas conseguem aglutinar em reduções grupos guaranis na vertente atlântica, incluindo terras do noroeste do Rio Grande do Sul até o estabelecimento do Tratado de Madri (1750).

Embora sempre presente, a colonização portuguesa não conseguiu evitar o avanço espanhol em busca de uma saída atlântica para os produtos do Alto Peru, principalmente a prata. O desenvolvimento das províncias do rio da Prata com a criação de gado, comercialização do couro, carnes, sebo, além de produtos agrícolas, garantia a expansão do porto de Buenos Aires, fortalecendo a dominação espanhola no estuário atlântico-platino. Em 1680, os portugueses tentam estancar o avanço espanhol para a província cisplatina (Uruguai) e Rio Grande do Sul, fundando a Colônia do Sacramento. Mesmo com os acordos de 1750, a situação de fronteiras só foi consolidada em 1777, tendo os portugueses abandonado definitivamente a Colônia do Sacramento, assegurando os limites fronteiriços do Rio Grande do Sul.

No final do século XVIII, segundo Donghi (2005, p.29), “o núcleo demográfico e econômico fundamental do vice-reinado do Rio da Prata ainda se situa no Alto Peru”. Mineração, atividade têxtil artesanal e agricultura ocupam grande parte da população, predominantemente indígena. Trata-se de um lento processo de desenvolvimento, pois o domínio dos espanhóis e das elites locais miscigenadas impossibilita a maioria da população nativa de desenvolver atividades que possam representar evolução produtiva. A situação se agravaria com a decadência da atividade mineradora, o que empobreceu mais ainda contingentes significativos das populações locais. A população branca era pequena, assim como a negra, essa mais ocupada nas vilas e pequenas cidades. De modo geral, esse bloco demográfico se estendia pela maioria das províncias do Rio da Prata, embora, em algumas, mais para o sul, dominasse a população mestiça. A entrada de brancos e negros pelo porto de Buenos Aires vai eliminando ou afastando para o interior os remanescentes indígenas. Em dado momento, em algumas áreas, passam a dominar os brancos, principalmente no Uruguai, em Buenos Aires e no Rio Grande do Sul.

A economia e a sociedade do Rio da Prata, segundo Donghi (2005, p.20-30), “apresenta complexidades derivadas, em parte, da circunstância de que seus territórios foram reunidos em data recente mediante uma decisão tomada em nível político, depois de terem seguido caminhos por

vezes divergentes e profundamente variados”. As províncias unidas do rio da Prata, incluindo parte do Rio Grande do Sul (Vieira e Rangel, 1993), tiveram no século XVII, em grande expansão, a atividade da courama (corambrera) praticada nas vacarias das Misiones, Cisplatina, Corrientes e Santa Fé, seguindo-se o forte ciclo das charqueadas (tasajo). Esses ciclos econômicos, baseados na abundância de gado nas províncias do rio da Prata fortaleceram o comércio, garantindo projeção à região platina nas trocas internacionais.

Somente no início do século XIX é que a matriz sociopolítica começa um processo de transformação, a partir das diversificadas correntes migratórias da Europa. Inicia-se uma nova fase que mudaria o contexto sociopolítico da região platina: traslado cultural e práticas produtivas novas.

### Traslado cultural, técnicas produtivas e políticas públicas

A ocupação do espaço demográfico-econômico da região do rio da Prata configurou, inicialmente, no sentido cultural, a formação de castas profundamente antagônicas. O rígido regime de discriminação entre nativos, mestiços, negros, espanhóis de origem, hispânico-nativos, brancos ou quase-brancos, dificultou a dinâmica do tempo-rítmico do desenvolvimento. Estamentos sociais impermeáveis entre si, distanciados pela cor da pele, pelo domínio da riqueza e pelo poder militar configuravam a realidade populacional da área. A diferença de castas tinha tanta significação que representava como afirma Donghi (2005, p. 31), um elemento de “estabilização”, ou seja, impossibilidade de qualquer forma de mobilidade social ascendente para os níveis sociais mais baixos. Essa é uma variável determinante de alguns pressupostos fundamentais do desenvolvimento: mudança, inovação, tecnologia de produção, ritmo do desenvolvimento, enfim, modernização.

O tempo-rítmico do desenvolvimento nas terras meridionais da América do Sul, região transandina em direção à margem atlântica, se processou a partir do Vice-Reinado do Peru. No século XVI foram designadas as Províncias do Rio da Prata, abrindo caminho pela via hidrográfica Paraguai-Paraná ao escoamento da produção mineral, principalmente até o estuário do rio da Prata e daí pelo oceano Atlântico em direção à metrópole espanhola, inicialmente, e, mais tarde, outros mercados internacionais. A via do Alto Peru em direção ao Atlântico se fortaleceu com a ocupação das terras por colonos nativo-hispânicos, diversificando o comércio que tinha a participação de portugueses que avançavam em sentido contrário. Três centros principais de atividades políticas, de poder e de comércio se estabeleceram: Assunção, Buenos Aires e Tucumán.

No início do século XVII tem grande incremento o comércio de couros – courama – em todas as Províncias rio-platenses, incluindo o centro-oeste do Rio Grande do Sul, dominado pelas reduções jesuíticas espanholas que haviam introduzido o gado, trazido da região de Misiones na margem direita do rio Uruguai. No Uruguai a courama ganhou grande expressão pela abundância de gado, principalmente nos campos de Maldonado. Os embarques de couros pelo porto de Buenos Aires e da Colônia do Sacramento alimentavam um intenso comércio com as metrópoles, além dos tributos arrecadados. A atividade pecuária se diversificou a partir da formação de fazendas, ganhando grande expressão o sebo e a carne salgada. Na agricultura se destacavam a produção de algodão e linho, artesanato de tecidos grosseiros e fabricação de carretas (Tucumán) que abasteciam o mercado do Alto Peru, conforme Canabrava (1984, p.33).



Os produtos agrícolas e os da pecuária eram obtidos de forma primária. A razão evolutiva, consequentemente lenta, seguia o modelo socioproductivo do colonialismo implantado na região.

O longo período colonial, de mais de três séculos, retardou, em muito, o processo evolutivo social, econômico e cultural da região. A relação entre as metrópoles dominantes com o *status quo* aplicado em suas colônias, conquanto algumas diferenças nas práticas colonialistas identificavam-se, contudo, em algumas convergências fundamentais: os grandes latifúndios, diferenças de castas, escravidão e a observância dos códigos trasladados. Naturalmente, o processo de desenvolvimento não poderia fugir ao contexto histórico resultante da realidade colonialista na América do Sul. Como afirma Novais (2006, p.9), “as relações entre os povos já nasceram, pois, corrompidas pela posição dos que chegaram para dominar”. As atividades produtivas, o comércio, a vida social e cultural se desenvolviam seguindo a pressupostos políticos de traslado. Essa situação sociopolítica se arrastaria até a formação das repúblicas sul-americanas no contexto hispânico; no caso brasileiro, demoraria, ainda, mais de um século, pois passaria por uma fase de reinado português e luso-brasileiro, com forte influência inglesa.

O rápido crescimento urbano na região platina e a inserção cada vez mais acentuada no comércio internacional, cujo centro passara a ser a Inglaterra, asseguravam prosperidade às atividades agroexportadoras. A construção da rede ferroviária na Argentina com capitais ingleses, a partir da segunda metade do século XIX, dinamizou o ritmo de desenvolvimento regional. Expandindo-se por várias províncias, as ferrovias garantiam em melhores condições a exportação de produtos primários como lã, carne, cereais, a tal ponto que Donghi e outros (2002, p.36) se referem a “sociedade ferroviária”. As estradas de ferro e a imigração deram impulso considerável às várias províncias platinas, particularmente à ocupação do pampa, tornando-o uma região de alta produção agroexportadora.

A expansão da economia na região do rio da Prata, mais fortemente na Argentina e em menor escala no Uruguai, aumentou a produção de bens próprios das zonas temperadas (Donghi e outros, 2002, p.57), principalmente carne e derivados, lã e cereais. O final do século XIX e início do século XX foi um período de grande prosperidade na região, baseado na produção primária agroexportadora. O comércio com a Europa e a entrada de imigrantes em ondas sucessivas tornou Montevideu e Buenos Aires cidades cosmopolitas e de grandes mudanças culturais. O período de 1820-1915, particularmente a imigração européia, italianos, espanhóis, alemães e de outras procedências eurocêtricas, atingiu contingentes expressivos, inclusive no Rio Grande do Sul. Na Argentina, no período 1871-1915, segundo Donghi e outros (2002, p.79), os imigrantes, cerca de 2,5 milhões, representavam uma parcela significativa da população, o que influiu não só na cultura como nas atividades econômicas. No mesmo período, o Brasil recebeu cerca de 3,5 milhões de imigrantes que se estabeleceram principalmente nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Os imigrantes eurocêtricos se dirigiram mais para a zona temperada do sul, em processo de colonização diferenciado, estabelecendo forte impulso não só às atividades rurais como ao desenvolvimento urbano.

A industrialização incipiente na região do rio da Prata tem início com os imigrantes europeus, tanto nas províncias platinas de origem hispânica como no Rio Grande do Sul, nos limites meridionais da América portuguesa. Na definição da configuração do espaço produtivo, a relação tempo-energia potencial produtora aplicada, nível tecnológico e práticas de produção resultantes da imigração fizeram uma substancial diferença em relação às práticas nativas de origem colonial. Para esse diferencial, Vieira e Rangel (1993, p.68) elaboraram a seguinte formulação: “quanto

maior a energia potencial antrópica aplicada, tanto menor o tempo necessário à evolução do sistema espacial produtivo". É o tempo-rítmico de desenvolvimento segundo os impulsos produtivos.

Na primeira metade do século XX, as inversões estrangeiras, inglesas, principalmente, impulsionaram a economia da região platina, porém representaram, igualmente, grandes transferências financeiras. Assim, a acumulação de capitais ficou mais nas companhias estrangeiras do que propriamente no poder capitalista regional. Abalos na área da mineração e nos preços internacionais dos produtos primários ocasionaram danos à economia da Argentina em diversos períodos, o que a levou a um progressivo endividamento externo. Mesmo com acentuado crescimento nas atividades rurais e comerciais, crescimento urbano e trocas internacionais, a região começa a se ressentir, ainda na primeira metade do século XX, de um processo de industrialização capaz de agregar valor às imensas riquezas do seu setor primário.

A região platina, de conformação territorial atlântica, clima temperado, frágil organização da sociedade nativa, passou por novo processo civilizador a partir das maciças imigrações já referidas. Com outra instrumentação cultural produtiva, renovado impulso empreendedor, nova ordem social e econômica, o processo imigratório que se instala sobrepõe-se aos pressupostos da herança colonial. As atividades econômicas se diversificam, iniciando-se um ciclo de produção que conduziria à caracterização de processo industrial. As unidades básicas de especificidade fabril foram se desenvolvendo a partir do processo histórico de formação dos sistemas tempo-espaco de imigração. No Rio Grande do Sul, contiguidade territorial platina, particularmente os artifices imigrantes instalaram e ampliaram oficinas de fundição, cutelaria, marcenaria e outras, cujo processo evolutivo formou pequenas empresas de feições industriais (Vieira e Rangel, 1993, p.82). No período 1874-1915, estruturas fabris de porte foram instaladas nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Caxias do Sul e São Sebastião do Caí. Nesse período, o Rio Grande do Sul já contava com mais de duas centenas de estabelecimentos industriais, destacando-se as têxteis pela abundância de matéria-prima. A ovinocultura em toda a região platina se desenvolvia em escala, principalmente pelas condições climáticas temperadas, pela tecnologia de teares próprios ao processamento do fio de lã e pelos mercados consumidores eurocentristas.

A região austral, embora não densamente povoada, passava por mudanças qualitativas no contexto socioeconômico, com crescimento de centros urbanos, destacando-se as metrópoles Buenos Aires, Montevidéu, Porto Alegre e Santiago, ampliando-se, assim, a noção da territorialidade do Cone Sul com a inclusão do Chile. A intensificação do comércio da região com o exterior, o fortalecimento da atividade rural e a sofisticação do comércio urbano com produtos importados qualificou, de certa forma, o modo de vida, refletindo-se nos costumes e na vida cultural. O tempo-rítmico de desenvolvimento se acentua em relação a outras partes da América andina; na América atlântica, também sob a forte influência do processo imigratório, São Paulo, Rio de Janeiro e os estados do extremo sul brasileiro ampliam suas atividades industriais, embora a matriz socioeconômica, e consequentemente política, ainda permaneça dominada pela atividade rural formadora natural das elites nacionais. Esse contexto social, econômico, político e cultural mudaria, no Brasil, com a revolução de 1930.

A industrialização na região platina, como em toda a América do Sul, não evoluiu em tempo-rítmico acelerado por razão de inércia tecnológica. Para Garretón (2007, p.44), "a inovação tecnológica não foi uma forte tendência na América Latina". As unidades fabris instaladas mantiveram-se em estágio primário, não acompanhando o nível de desenvolvimento de novas tecnologias para a transformação de seus produtos primários. Estacionou num tempo tecnológico que,



certamente, não resistiria às mudanças e inovações após a Segunda Guerra mundial. Após 1945, o conhecimento tecnológico, os novos métodos de gestão, organização, informação e conhecimentos gerados durante o conflito mundial se transferiram para o setor empresarial, mudando o perfil industrial e também o uso de matérias-primas. A base anterior não resistiu ao avanço do conhecimento e das exigências de mercado, o que motivou um ciclo industrial com a presença mais marcante das empresas multinacionais.

Fatos decisivos ao retardo no desenvolvimento industrial de base nacional foram os preços relativos dos fatores produtivos e o processo educacional, ancorado num sistema de colonialidade histórica. O sistema educacional consagrava o conhecimento já adquirido, retransmitido de forma contínua, sem que a ele se agregassem conteúdos e métodos que induzissem à formação de estruturas cognitivas avançadas nos contingentes jovens da população. A produção de conhecimento capaz de gerar avanços científicos e novas tecnologias deixava o setor industrial fragilizado por obsolescência ou dependente de importação. As empresas multinacionais que se instalaram na região, como de resto em toda a América do Sul, não repassaram o conhecimento sobre as tecnologias aplicadas. O objetivo central era transferir às matrizes os resultados financeiros. Mesmo assim, por circunstâncias de mercado, instalações fabris de grande porte, tecnologia pesada, fixa, elevado contingente de trabalhadores e pressão sindical levaram muitas empresas transnacionais ao declínio e encerramento de atividades.

A retomada do processo industrial e o incremento no tempo-rítmico de desenvolvimento viriam a partir de 1950, quando da formulação de políticas públicas voltadas à construção de infraestrutura necessária à aplicação de planos nacionais de desenvolvimento. No Brasil, particularmente o período 1950-1980 representou um marco de planejamento e gestão, com a elaboração e aplicação de planos nacionais de desenvolvimento. Esses planos deram ao Brasil uma infraestrutura em transportes, energética e comunicações capaz de sustentar um desenvolvimento industrial significativo. No período, o País cresceu a uma taxa média de 4,39%, tornando-se a oitava potência industrial do mundo.

No Rio Grande do Sul foram ativadas as iniciativas industriais e o agronegócio, ampliando-se consideravelmente a área de plantio de grãos, soja principalmente. Concomitantemente, a partir dos anos 1970 iniciam-se as obras de infraestrutura no setor de transportes, corredores de exportação e a construção do superporto no município do Rio Grande, no estuário da Laguna dos Patos, extremo sul do País, onde já existia uma estrutura portuária de características marítimas. Em toda a região da bacia platina o novo perfil industrial passa a seguir o avanço tecnológico e relações internacionais mais amplas e densas. Como acentua Castells (1999, p. 309), “a evolução tecnológica acrescenta um novo ponto de apoio à tendência de as relações internacionais serem caracterizadas pelo multilateralismo”. Há em todos os países do Cone Sul um grande esforço em produzir para o mercado interno e incrementar as exportações, visando a melhorar as condições sociais e diminuir a dependência externa. Essa estratégia conduziu aos planos de desenvolvimento centrados no planejamento voltado, principalmente, para a infraestrutura. Com isso formava-se uma base favorável aos investimentos nacionais e internacionais no setor industrial. Um fluxo de capitais multinacional aportou na região, diversificando a produção e o acesso aos mercados mundiais.

Os planos de desenvolvimento no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, cujo pressuposto maior era a substituição das importações, “diversificaram os padrões de consumo dos anos cinquenta e sessenta, forçando a adoção de tecnologias importadas, cada vez mais complexas; o desenvol-

vimento se manteve a taxas significativas de 5,3 %” (Donghi e outros, 2002, p. 323) até os anos 1980 do século XX. Foi o período (1950-1980) em que o Cone Sul teve seu tempo-rítmico de desenvolvimento mais dinâmico. Mesmo enfrentando a crise do petróleo no período 1973-1974, a economia da região manteve seu dinamismo, mas sofreria consequências negativas com nova crise do petróleo e financeira de 1979-1982, provocando queda acentuada no Produto Interno Bruto do Brasil, Argentina e Uruguai.

No final da década de 1980, em outro contexto político, os planos de desenvolvimento foram substituídos pelo crescimento financiado pelo mercado da dívida externa. A mudança na ordem econômica global, particularmente, após os anos 1990, além do grande endividamento externo, trouxe o isolamento da América do Sul como consequência de inadequação na política macroeconômica. Contribuiu, também, a falta de investimentos de monta em ciência e tecnologia, capazes de garantir mudança e inovação em práticas de produção e relações internacionais que se tornassem relevantes no sistema global que se iniciava. Voltaram a ter importância nas exportações os produtos primários. O agronegócio se ampliou, mas não acrescentou valor agregado aos produtos, o que resultou, naturalmente, em crescimento quantitativo. O valor, por bens primários, do setor mineral ou agropecuário se tornou dependente do jogo de mercado, da flutuação cambial e do aumento da demanda em países com taxas de crescimento maiores.

A descontinuidade nos planos nacionais de desenvolvimento e as políticas macroeconômicas excessivamente centradas no setor financeiro foram, naturalmente fatores decisivos para a perda de impulso na criação de condições a um novo patamar socioeconômico e cultural. Nenhum centro importante e específico para o desenvolvimento da ciência e da alta tecnologia foi criado em toda a América do Sul. O ensino não foi direcionado à “expansão da mente humana” (Castells, 1999, p. 57) capaz de criar uma estrutura cognitiva avançada, formada por um seleto grupo de criadores de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, como ocorreu em outras partes do mundo.

O mundo desenvolvido é principalmente o mundo do conhecimento e da informação. Essa carência da América do Sul a colocaria num tempo-rítmico de desenvolvimento mais lento em relação a centros de comando; essa condição a colocaria na mal conceituada categorização de subdesenvolvimento. Quando o pensamento crítico da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe, órgão da ONU) lançou as bases para os planos de desenvolvimento nacionais, baseados no planejamento e gestão, houve um grande avanço. Contudo, os países sul-americanos que formularam seus planos tiveram que recorrer a tecnologias importadas ou à instalação de companhias multinacionais, pois não dispunham de tecnologias próprias.

Carentes de uma relação mais profunda entre sociedade, ciência e tecnologia, os países andinos e atlânticos mantiveram os enlaces de sedes da ação econômica com os centros de comando, poder transterritorial da economia mundial, em situação de desigualdade, o que fragilizou, em parte, seus planos de desenvolvimento. Substituí-los, contudo, por projetos de crescimento com financiamentos externos foi um passo equivocado, pois, com a entrada em cena do sistema global, os países sul-americanos tiveram, quando realmente tiveram, uma inserção desvantajosa. Os Estados nacionais sul-americanos abriram mão de importantes ativos patrimoniais, perdendo poder de representatividade e negociação.

Nesse particular, a presença do Estado é fundamental, pois não há capitalismo forte sem Estado forte, condição evidenciada no desequilíbrio econômico global iniciado em fins de 2008. Nesta análise, entenda-se por capitalismo a capacidade das pessoas de promoverem e obterem re-



sultados com atividades econômicas. Essa capacidade precisa, permanentemente, ser aprimorada num contexto educacional de mudança e inovação, ou seja, ciência e tecnologia.

O Estado deve ser o patrocinador e o regulador da atividade criativa, principalmente nas questões que digam respeito aos pontos sensíveis do patrimônio estratégico nacional. No Estado-nação, “a nação não é a figura política da modernidade, ela é o ator principal da modernização” - Touraine (1999, p.146). Esse enfoque é sumamente importante na análise do desenvolvimento dos países sul-americanos, pois em poucos momentos históricos os estados nacionais tomaram a atitude de atores principais da modernização. Paradoxalmente, o instrumento mais decisivo estava ao alcance das políticas públicas internas: a educação. Não direcionada à mudança e inovação, a educação tornou-se a causa primeira do retardo no ritmo de expansão econômica, social e cultural. Como acentuam Vieira e Vieira (2004, p. 177), “cada país será o resultado de seus investimentos em educação”. Só um *quantum* populacional altamente qualificado poderá produzir desdobramentos no âmbito do conhecimento capazes de produzir efeitos no campo econômico, bem além das fronteiras da produção primária.

Todo sistema econômico e social tem de estar sob controle regulatório do Estado, pois o mercado, como entidade representativa da livre iniciativa econômica e financeira, não se autorregula e, como tal, sofre, periodicamente, desvios que geram graves crises sistêmicas. Para Harvey (1993, p. 170), “o controle macroeconômico, por meio da institucionalização de algum sistema de regulação, pode conter o problema da superacumulação, talvez por um considerável período de tempo”. A acumulação primária de capitais na região platina manteve-se numa estrutura cognitiva também primária, relegando à subalternização a ação pública, sempre que ensejada, em projetos de vulto num dos pontos sensíveis do patrimônio estratégico nacional: ciência e tecnologia.

Na década de 1980 e 1990, com baixos índices de crescimento (-0,6 para a Argentina e 1% para o Brasil), foram sugeridas, como em outras fases dos problemas estruturais da América andina e atlântica, recomendações de reformas tendendo diminuir a importância da presença do Estado, aumentando, conseqüentemente, a liberdade dos mercados. Brasil e Argentina, particularmente nos anos 1980 e 1990, seguiram tais recomendações, abrindo suas economias, privatizando setores estratégicos e adotando o câmbio flutuante como medida salvadora, enfim, eram velhas recomendações políticas que se refaziam sob nova categorização: Consenso de Washington. Não deu certo, como não daria no final da primeira década do século XXI nos próprios países de capitalismo até então exuberante.

Num ponto, ao menos, o chamado Consenso de Washington produziu uma afirmação verdadeira: “A América Latina atrasou-se no desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia, como é mostrado pela má posição da região na proporção das exportações de técnicas sofisticadas, como também pela sua baixa posição nos índices de Competitividade no Fórum Econômico Mundial” - Kuczynski e Williamson (2004, p.11). Mas por que razão atrasou-se? Já foi referida neste trabalho, mas merece ser enfatizada. A herança educacional colonialista, que jamais protagonizou o conhecimento como a mais importante forma de libertação e evolução cognitiva, é a razão principal. Das matrizes ibéricas, os países hispânicos e o subcontinente português receberam um ensino discursivo, de erudição falaciosa, distante, bem distante de um processo educacional de investigação científica e criação tecnológica. Um ensino de ampla base religiosa, cujos valores transcendentais ocupavam quase todos os espaços, pouco, ou nada, restando para o desenvolvimento das ciências exatas. Ora, num mundo que caminhava rapidamente para notáveis avanços em ciência e tecnologia a partir da segunda metade do século XX, a estrutura educacional sul-americana se

mantinha no passado, sem a revolução educacional necessária aos tempos de rápida aproximação com o mundo global. O grande destaque nas relações dessa região com outras de grande crescimento no mundo, na atualidade, é pela via dos produtos primários e não pela intelectualidade global, como seria necessário.

Países do oriente que conseguiram vencer cerceamentos históricos e religiosos tornaram-se, no mundo global, em poucas décadas, potências econômicas, científicas e tecnológicas. Na divisão internacional do trabalho receberam reconhecimento dessas superações. Isso significa que romperam com o atraso e as relações primárias com eles próprios e com os países do ocidente, o que lhes permitiu evoluir, rapidamente para a modernidade e pós-modernidade. E a América do Sul? Regride, politicamente (populismo, continuísmo, assistencialismo), o ensino está fora do tempo da atualidade, num imenso descompasso entre quantidade e qualidade, sem um ou mais lugares voltados para o desenvolvimento da ciência e tecnologia (unidades geográficas específicas), permanecendo, ainda, 500 anos após, como grande exportadora de produtos primários (grãos e minérios).

A situação de arcaísmo produtivo, antagonismo de castas e disputas militares prolongou-se até os eventos de independência dos países sul-americanos, início do século XIX; criou-se, assim, uma colcha de retalhos nacionais que seguiu predominâncias étnicas e acordos políticos entre os comandantes libertadores. A América hispânica se fragmentou ao longo da costa oeste à Cordilheira dos Andes em países precários econômica e socialmente. A matriz sociopolítica de muitos não representava uma infraestrutura suficiente para desencadear um processo de desenvolvimento com perspectivas futuras ao formato de Estados nacionais soberanos sólidos, alicerçados em instituições fortes e relações internacionais prósperas. As lutas internas, as diferenças étnicas, o caudilismo de elites hispânico-nativas, o endividamento externo e o atraso se impunham em relação a um necessário avanço político capaz de desencadear um ritmo de inovações transformadoras.

Do lado atlântico se viu outra realidade. A barreira dos Andes deixava, a leste, um subcontinente à disposição do colonialismo português. Não havia estruturas nativas representativas de sociedades organizadas capazes de oferecer resistência de porte ao avanço conquistador. Eram povos indígenas dispersos, em estágio tribal; foram facilmente dominados pela força das armas e da pregação religiosa colonial. Grande parte dos contingentes nativos atlânticos vivia internada nas matas e florestas, dominada por uma cultura primitiva. A conquista e expansão de domínios até as encostas dos Andes, num arco geográfico atlântico do norte, estendendo-se pelo oeste, até os limites com a região platina, aberto para o oceano, não encontrou barreiras impeditivas tanto de natureza física como demográfica.

No Rio Grande do Sul, orla rio-platense da margem esquerda do rio Uruguai, as ordenações para a fundação das reduções jesuíticas, já instaladas na margem direita, cobrem o período de 1623/1699 (Manuscritos da Coleção de Angelis, 1970). A região missioneira, em ambas as margens do rio Uruguai, fixa um contingente nativo para a prática do comércio a partir, principalmente, da atividade pecuária. Fundada em 1680, a Colônia do Sacramento representava o perigo do avanço português sobre o reino do rio da Prata (Manuscritos da Coleção De Angelis, 1954) e, particularmente, para o estabelecimento de uma sólida base para o “que era então a via natural de acesso ao Peru...” (Velhinho, 1970, p. 36). A efetiva ocupação portuguesa em terras meridionais do Brasil representou uma variável cultural em antigos domínios hispânicos. Portugueses, açorianos e mestiços, inicialmente, e, após, alemães e italianos, predominantemente, afastaram a cultura



missioneira hispânica das terras incorporadas à província do Rio Grande do Sul, iniciando-se um novo ciclo demográfico na região platina brasileira. Da mesma forma ocorreu nas províncias argentinas e no Uruguai, com os grandes fluxos de imigração (espanhóis e italianos) do final do século XIX e início do século XX, principalmente nas capitais Montevidéu e Buenos Aires.

O traslado cultural para a América do Sul hispânica, extensivo à região platina até a primeira metade do século XIX, foi o de uma cultura de origem externa. Costumes, valores, religião e códigos foram impostos pela matriz colonialista. Ao longo de séculos de domínio, no entanto, a cultura nativa e a cultura trasladada interagiram, formando a identidade cultural hispânico-nativa. Especificamente no reino do Rio da Prata (Lesser, 2003), antes de 1810, a liberdade de comércio e o intenso tráfego atlântico possibilitaram o início das “identidades compostas” assinaladas por Canclini (2005, p.115), não admitidas pelos argentinos “porque um compacto sistema econômico, político e militar formou uma nação onde os índios foram quase exterminados e milhões de espanhóis, italianos, russos, judeus, sírios e libaneses foram remodelados etnicamente mediante uma educação massiva”. Ainda Canclini (2008, p. 77) considera mais apropriado falar, na atualidade, num “espaço cultural muito heterogêneo” do que numa identidade comum. Outro autor, Rojas (2001, p. 30), destaca a permanente miscigenação cultural, social, econômica e política, o que se aplica à região platina, principalmente a partir da intensificação das diversas correntes migratórias de outros continentes.

O espaço cultural rio-platense, durante e após as correntes migratórias, de certa forma foi amenizando, de início, no que Bauman (2005, p.44) classifica como “identidades que estereotipam, humilham, desumanizam e estigmatizam...”. O sistema de estratificação social em castas tão dominantes na sociedade do Reino do Rio da Prata cedeu às novas culturas que chegaram à região. A partir de 1810, nas Repúblicas independentes e na província imperial portuguesa do Rio Grande do Sul, novos incrementos culturais impactaram a antiga sociedade rio-platense. No Rio Grande do Sul, alemães e italianos, a partir de 1824 e 1875, respectivamente, e a forte imigração na Argentina, incremento de 40% na população (diversificada migração européia a partir de 1846), Canclini (2005, p. 78), iniciaram um novo ambiente cultural que repercutiria na organização econômica e social da região.

A identificação das culturas de imigração é, também, um importante fator de estratificação social em escala diferenciadora (Bauman, 2005, p. 44). Contudo o espaço cultural heterogêneo de Canclini (2008) se consolida progressivamente, legitimando uma ordem social naturalmente formada na territorialidade demográfica rio-platense. Perdem terreno, progressivamente, “os tipos tradicionais de dominação simbólica” de Sarlo (2006, p.110) para inserção mais aberta e plural das trocas culturais. Foi, na verdade, o “diálogo intercultural” (Rojas, 2001, p. 121) que possibilitou a conformação cultural da região, tão mesclada pela imigração. Uma forte interação meio/homem se seguiu às dificuldades iniciais dos assentamentos de imigrantes, produzindo a identificação regional a partir dos atributos etnográficos dos povos que, em tempos diversos, ocuparam a região rio-platense.

Em Santa Fé, a exemplo de outras províncias argentinas, e no Rio Grande do Sul evoluíram centros de colonização agrícola formados pelos núcleos de imigrantes e seus descendentes. O novo formato de colonização repercutiu nas cidades, com um incremento maior de imigrantes, o que exigiu uma atividade econômica mais agressiva no campo, conforme destacam Dongui e outros (2002, p.43): “em meados da década de 1870, estimulada por uma demanda crescente, devido ao desenvolvimento urbano e a presença nas cidades de um número cada vez maior de

imigrantes, Argentina expandiu a produção de cereais a ponto de converter-se em auto-suficiente em grãos”. O tempo-rítmico do desenvolvimento em toda região platina ganhou impulso não só nos campos, como nas cidades onde as demandas no comércio, serviços e bens culturais se tornaram mais significativas.

A demografia cultural da bacia do rio da Prata delineada com a imigração européia viria a concretizar uma ação econômica iniciada a partir de 1808 (Donghi e outros, 2002), quando a região deixou de lado a intermediação da Espanha, negociando diretamente com os países europeus com os quais mantinha já comércio internacional. Por outro lado, o traslado do império português para o Brasil, sob forte influência comercial inglesa, repercutiria na região platina. Estimulada a vinda de colonos alemães e italianos para a província do Rio Grande do Sul em temporalidade próxima da intensificação da imigração de escala para o Uruguai e Argentina, configurou-se uma ampla área cultural diferenciada da original. A recíproca assimilação cultural, contudo, protagonizou um cenário de nova conformação social e econômica, elevando o nível das atividades produtivas e do enriquecimento regional.

Movimentos intelectuais em direção a novo pensamento crítico sul-americano (Mignolo e Walsh, 2005) introduzem o conceito de colonialidade e decolonialidade. A colonialidade se manteria na atualidade pelo poder, pelo saber e pelo ser, a partir da nova ordem global. Para a América andina, particularmente, a nova razão de colonialidade, (dependência) política, econômica e epistêmica, remissiva à experiência histórica e subjetiva, permite “articular um pensamento de ruptura, o pensamento crítico de-colonial” (Mignolo, 2005, p.9). Na mesma linha, Walsh (2005, p.17) põe a questão do desenho colonial e imperial na geopolítica de dominação pelo conhecimento e a subalternização epistemológica, ontológica e humana de imposição.

Para Walsh (2005, p.25), a interculturalidade, além de um viés ideológico, constitui um “imaginário-outro” de sociedade. Para a autora, o conceito de interculturalidade está centrado num pensamento “crítico-outro” a partir de três razões principais: “primeiro, porque está concebido e pensado desde a experiência vivida da colonialidade, ou seja, desde o movimento indígena; segundo, porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade; terceiro, porque tem origem no sul, dando assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem seu centro no norte global”. No entanto, ao intentar mapear, subjetivamente, a interculturalidade, reconhece sua complexidade na produção e pensamento próprio, principalmente pelos movimentos indígenas e afros no Equador, e também em outras partes das Américas nos últimos anos, com um uso estratégico e claramente político (o pensamento-outro). Ainda assim, destaca a autora: “como está assinalado no mapa, este pensamento-outro não se queda isolado dentro dos processos de interculturalidade”.

Na visão holística do etos sul-americano há que distinguir a cultura andina e a cultura atlântica. Há legados epistêmicos diferenciados tanto do ponto de vista linguístico como de influências eurocênicas mais acentuadas. Na América atlântica brasileira, a participação indígena na formação nacional foi pequena, pois não havia uma nação nativa organizada nos mesmos padrões encontrados na América andina. O percentual de população nativa entre as duas vertentes da cordilheira dos Andes era e é muito diferenciado. O predomínio nativo andino agregou às repúblicas formadas no desmembramento do império colonial espanhol sul-americano um *quantum* cultural não encontrado do outro lado da Cordilheira.

Nas províncias platinas, a partir do corredor de transporte entre o Vice-Reinado do Alto Peru e o estuário do rio da Prata, deu-se uma miscigenação diferenciada, com influências andinas



e atlânticas. Essas particularmente motivadas pelas maciças frentes colonizadoras eurocentristas. As culturas na área foram absorvidas, mas, em parte, formaram o espectro de tradições cultuadas. A vivência passou a ser do “próprio” moldado nas novas relações do homem com o meio, no simbolismo de novos tempos sequenciais até se inserirem na cultura global da atualidade.

O tempo-espaço de colonização no sul do Brasil, entretanto, introduziu práticas de produção trasladadas pelos imigrantes alemães e italianos, particularmente. Práticas que condicionaram a evolução do sistema espacial produtivo em pequenas propriedades e consequente distribuição de renda, o que representou um diferencial em relação ao restante do Brasil. Mesmo assim, no conjunto, o Brasil se manteve como um país de identidade atlântica agrária, retardatária, dominada pela oligarquia dos campos. A grande mudança, nessa situação, ocorreu somente em 1930, com a revolução da Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas. Inicia-se um processo longo, com abalos institucionais, mas com medidas que representariam avanços substanciais na ordem econômica brasileira e, por consequência, pela extensão geográfica, na conformação atlântica sul-americana.

Curiosamente, os condutores da revolução de 1930 eram, na maioria, homens do campo, do ambiente conservador rural, pouco permeável às mudanças e à renovação da sociedade. Passar do comando dos caudilhos e ruralistas para uma sociedade de livre representatividade e industrial era um fato político-histórico novo. Não só não havia bases de sustentação para eleições idôneas como não havia nenhuma infraestrutura para o processo de industrialização. No caso brasileiro, as principais lideranças da revolução de 1930 eram originárias do meio rural, porém tiveram formação intelectual no ambiente urbano.

Uma iniciativa importante com a ruptura política de 1930 foi criar, em 1934, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dando início à coleta de dados primários, transformando-os em informações e conhecimento da realidade brasileira. Na década de 1940 foi criada a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, que se tornariam o marco do processo de industrialização do País.

A partir de 1950, ainda com Getúlio Vargas, agora em mandato eletivo, foi criado o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Infraestrutura Econômica, com a criação de grandes organismos estatais de apoio ao desenvolvimento como Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, BNDE-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que se tornariam peças-chave na transformação do Brasil em contexto industrial. Baseados nos planos de desenvolvimento econômico cepalinos, os governos brasileiros no período de 1950-1980 deram ênfase ao planejamento e à implantação de infraestrutura que pudesse permitir ao país vencer o ciclo agrário primário e ingressar, ainda que tardiamente, na modernidade industrial. Tanto o plano de desenvolvimento da infraestrutura de Vargas como o Plano de Metas de Juscelino e os Planos Estratégicos de Desenvolvimento – PND I e II dos governos militares colocaram, em 30 anos, o Brasil como a 8ª potência industrial do mundo.

Mas um fato importante a ressaltar no tempo-rítmico de desenvolvimento para o conjunto da América do Sul é o de como se estabeleceu a matriz tributária para que pudesse dar sustentação ao poder político e às necessidades da população. Há uma distinção a ser feita em relação às matrizes tributárias, iniciais: a América anglo-saxônica, já com a identidade de Estados Unidos da América, nacionalidade, territorialidade e estrutura econômica consolidadas, criou sua própria matriz tributária. A América do Sul utilizava, por imposição, as matrizes ibéricas, espanhola e portuguesa. Nos Estados Unidos, a matriz tributária era alimentada pela sociedade que dela

demandava investimentos públicos e privados. Não era o foco, mas a intermediação financeira de sustentação do Estado e da nova nação. Na América do Sul, ao contrário, a matriz tributária era o foco, ou seja, arrecadar para manter e transferir resultados para as metrópoles dominantes.

Por essa razão, por paradoxal que pareça, a sustentação político-institucional sul-americana esteve, por longo tempo, focada na matriz tributária externa. Era a lógica do sistema colonial. Há pressupostos antecedentes e igualmente posteriores à matriz de tributação que se traduzem em equilíbrio ou desequilíbrio nos gastos públicos. A Figura 02 esquematiza o sistema interligado de fonte alimentadora, carga tributária e demandas de recursos:

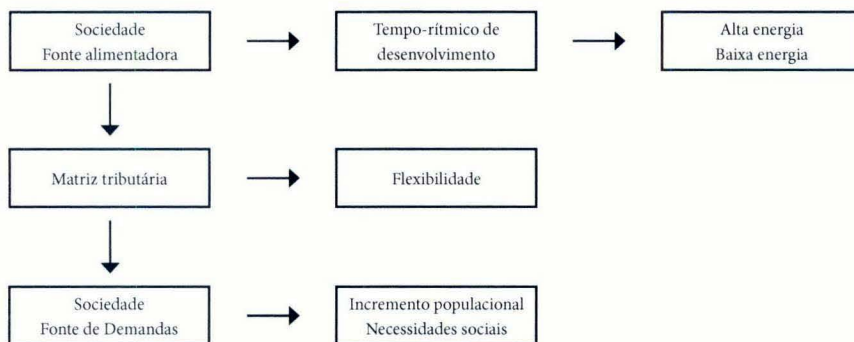


Figura 02: A condição da matriz tributária em relação à sociedade

O primeiro pressuposto a considerar é naturalmente a fonte alimentadora dos recursos públicos, ou seja, o desenho de uma matriz tributária capaz de atender às demandas sociais. A fonte alimentadora é a sociedade por meio da legislação tributária imposta. No desenho da matriz tributária forma-se uma complexa rede de tributos como participação da sociedade não só ao atendimento do funcionamento dos serviços públicos como na montagem da infraestrutura necessária ao processo de desenvolvimento. É linear pensar que um tempo-rítmico de desenvolvimento em sistema produtivo de alta energia irá, consequentemente, carrear à matriz tributária um volume maior de recursos, favorecendo o próprio processo de expansão da economia. A lógica contrária, baixa energia, aponta para um tempo-rítmico de desenvolvimento menor.

Há uma correlação de forças fundamentais atuando sobre a matriz tributária: de um lado, a fonte alimentadora; outro, as demandas sociais. Ora, numa economia de alto desempenho e inovação, a tendência é formar-se uma fonte alimentadora forte e de alta energia, com fortes aportes na matriz tributária. Desenvolve-se, a partir daí, uma razão positiva, pois quanto mais recursos na matriz, mais investimento, mais desenvolvimento e melhores condições sociais. A economia cresce, a sociedade em seus vários segmentos avança em cultura, ciência e tecnologia. Se há expansão das atividades econômicas, as novas fontes alimentadoras agregarão recursos suficientes à matriz para o atendimento das demandas sociais resultantes da expansão da população e das exigências em qualidade de vida. A gestão política, o legado histórico econômico, cultural, o impulso individual e os incentivos à melhoria material da vida são, naturalmente, fundamentos essenciais. Esses legados, no entanto, não representaram, em momentos históricos decisivos, os impulsos necessários à mudança condutora de uma nova ordem de desenvolvimento. As formas



de independência andina e a forma atlântica e rio-platense foram momentos históricos perdidos à mudança nos modelos de desenvolvimento herdados do colonialismo ibérico.

A expansão da população gera sempre maiores demandas sociais. Se o tempo-rítmico de desenvolvimento for de alta energia, essas exigências serão atendidas com o aumento de recursos carreados à matriz, independente de aumento de carga tributária. A carga tributária torna-se estável ou até pode regredir em casos específicos, pois há forte compensação na dinâmica econômica. Na América do Sul não houve uma conformação tributária nesse sentido. A matriz tributária estava fora, imposta pelas metrópoles dominantes, cuja finalidade principal era transferir recursos e manter os custosos modelos institucionais implantados em terras sul-americanas. Não se tratou de implantar um sistema tributário voltado às demandas da população. Obtinha-se, dessa forma, mais uma fonte de recursos para as instituições imperiais ibéricas, dentro e fora da territorialidade sul-americana, do que, propriamente, para atender, dentro de padrões evolutivos, as demandas da população cuja identidade ia se formando.

O processo de desenvolvimento de baixa energia, com suporte em tecnologias primárias de produção agrícola e ampla exploração e exportação de recursos minerais com preços aviltados, conduziram a um processo lento de desenvolvimento, gerando pobreza e estruturas burocráticas vultosas e assistencialistas. Como a matriz tributária não tinha a flexibilidade no sentido de lidar com as fontes de recursos com base no desenvolvimento de alta energia que compensasse o aumento das demandas sociais, o resultado conduziu à formação de cenários deficitários, de endividamento institucional e de pobreza para a grande maioria da população.

O retardo no tempo-rítmico de desenvolvimento está muito vinculado aos modelos locais repetitivos, sem a introdução de métodos inovadores e uso de novas tecnologias. A falta de políticas públicas de ampla formação técnica responde pelo grande descompasso social entre as diversas camadas da sociedade.

As políticas públicas na América do Sul têm se ocupado, nas últimas décadas, com projetos de reformas fiscais, políticas cambiais, abertura econômica, ajustes macroeconômicos (Silveira, 2005; Barquero, 2001; Kuczynski & Williamson, 2004; De Bem, 2003), seguindo as recomendações de “centros hegemônicos potenciais ou ativos, que sempre lhe impuseram uma boa parte de suas opções”, como afirma Rojas (2001, p. 26). As chamadas reformas institucionais recomendadas pelo Consenso de Washington não deram os resultados preconizados, ao contrário, trouxeram graves crises ao Brasil e à Argentina.

O abandono dos planos de desenvolvimento, com especificidades próprias em cada país sul-americano, deteriorou a base de infraestrutura física (rodovias, ferrovias, portos, energia) como igualmente minou as bases do emprego, da distribuição de renda e da qualidade existencial de grande parte da população. Perdeu-se, progressivamente, o que Barquero (2001, p.39) classifica como “uma estratégia de ação”, complementando que o desenvolvimento endógeno é um conjunto de fatores determinantes da acumulação de capital que se cria no entorno do qual se formam processos de transformação e de desenvolvimento das economias. Torna-se, portanto, a base de sustentação do desenvolvimento nacional.

O desenvolvimento em sólida base nacional permitiria, na atualidade, a inserção e a participação sul-americana no processo global com vantagens competitivas mais claramente definidas. Os resultados, positivos ou negativos, dependem, fundamentalmente, das políticas públicas desenvolvidas. O tempo-rítmico de desenvolvimento, portanto, ficou preso aos padrões seculares de práticas econômicas, acentuadamente primárias, a uma educação repetitiva e for-

mal, a uma condição social de desigualdade, sob conformismo lógico e relações entre os países do continente e fora dele, baseadas em alinhamentos políticos nem sempre favoráveis à caracterização de um comportamento e pensamento crítico sul-americano. Como assinala Rojas (2001, p. 25), é preciso “conectar nosso tempo presente aos distintos passados que o explicam e lhe atribuem sentido”. Essa perspectiva coloca a visão do desenvolvimento histórico-estrutural da América do Sul e a necessidade atual de integração transterritorial, regional e global na nova ordem econômica mundial.

O traslado cultural, as práticas produtivas e as políticas públicas formam uma ordem analítica que explica, em boa parte, o lento ritmo do desenvolvimento sul-americano.

### Integração regional no desenvolvimento sul-americano

A realidade atual mostra um cenário de desenvolvimento transterritorial. Isso significa que as nações precisam, além dos seus próprios projetos de desenvolvimento, se integrar na nova ordem econômica internacional. Projetos de desenvolvimento na atualidade têm o conhecimento como um referencial decisivo à integração positiva dos territórios nacionais aos processos econômicos e culturais em andamento sob a metáfora globalização. Como assinalou Boisier (2005, p.50), “o conhecimento, como se sabe, é, sem dúvida, o eixo central da globalização ou da fase tecnocognitiva do capitalismo e da progressiva conformação de uma sociedade do conhecimento”. A geoestratégia global das grandes unidades de produção tem suporte na alta tecnologia, criando, para tanto, os espaços globais em territorialidades nacionais. Essa prática pode ao mesmo tempo representar territorialização ou desterritorialização do conhecimento. Territorialização no sentido de criar um lugar global onde se instala e desenvolve o conhecimento avançado; desterritorialização porque a conexão não é nacional e sim global.

Países asiáticos, nas últimas décadas, encaminharam jovens para formação avançada em grandes centros do conhecimento global. Além disso, promoveram profundas mudanças no sistema de ensino. Somados, os dois fatores produziram conhecimento nacional como produto de exportação e promoveram a integração transterritorial.

Na América do Sul, a formação de blocos econômicos, como o MERCOSUL, sempre enfrentou grandes dificuldades políticas. Após mais de 10 anos, o Mercado Comum do Cone Sul não se consolidou e representa hoje apenas uma caricatura do que poderia ser um forte elo de integração regional transterritorial. Divergências políticas, infiltrações ideológicas e perda de atualidade condenaram o bloco a uma existência sem acordos importantes e sem poder. A Ásia tem dado exemplos de grandes associações comerciais, formação de blocos envolvendo populações acima de um bilhão e PIBs de muitos trilhões de dólares. A China e a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) assinaram em 2007 um acordo para criação da maior zona de livre comércio do mundo, com quase dois bilhões de pessoas. Alguns acordos são intercontinentais como APEC (Fórum Econômico da Ásia e Pacífico), do qual fazem parte membros do poderoso acordo NAFTA (Canadá, Estados Unidos e México) e mais os países andinos Chile e Peru, com um total de 2,5 bilhões de pessoas, o que cria um ambiente de negócios de grandes dimensões transterritoriais em vários continentes.

As economias sul-americanas, embora as várias tentativas, não consolidaram uma associação forte de livre comércio intrarregional e de estratégias para o comércio global. Sem convergên-



cias importantes nos interesses comuns e profundas discordâncias nas relações mais complexas, é natural considerar as dificuldades na formação da ALCA, um acordo para todas as Américas, conforme estava prevista para o ano 2005.

Uma associação americana, embora as grandes e profundas diferenças nos preços primários, a falta de valor agregado aos produtos básicos, a não geração de tecnologias inovadoras, enfim, um abismo de situações econômico-sociais e culturais, ainda assim, seria possível com negociadores competentes a estabelecer princípios de convergência de interesses e práticas justas de comércio continental. Isoladamente, o que os países da América do Sul podem conseguir nesse campo é uma condição subalterna, de pouca significação para o desenvolvimento interno de cada um deles.

Não é sem razão que atualmente a América do Sul não só se encontra deslocada dos grandes movimentos produtivos mundiais como mergulha em políticas populistas de confronto com os pressupostos da integração econômica global e rejeito a princípios democráticos que deveriam ser aperfeiçoados. Há uma nova ordem econômica mundial que se consolida e amplia sob a metáfora da globalização. Essa ordem “vem sendo modelada em diferentes formatos geográficos [...]”. Nesse sentido, há fortes articulações à definição de geoestratégias para os espaços econômicos globais (Vieira e Vieira, 2007). Há uma ordem global imperfeita, sujeita aos desequilíbrios e crises sistêmicas que, paradoxalmente, contribuirão para torná-la menos vulnerável à especulação e aos desvios de finalidade.

A dinâmica global está caracterizando uma ordem de sequências econômicas produzidas numa configuração transterritorial. As territorialidades são fragmentadas em lugares logísticos às estratégias das grandes unidades de produção. Formam-se os lugares globais para as unidades de produção, interligadas em redes, cujas ações se tornam quase sempre independentes dos países onde se situam. As redes virtuais garantem a movimentação dos fluxos de demanda e poder independentes dos limites territoriais. Nesse sentido, fica bem caracterizada a desterritorialização dos territórios nacionais em termos de operacionalização dos lugares globais. Quatro pressupostos são fundamentais no tempo-espaço econômico global: 1) queda das barreiras espaciais; 2) operacionalização dos lugares globais; 3) livre movimentação de capitais; e 4) fluxos cruzados de produção.

Numa economia regionalizada, particularmente, esses quatro pressupostos definem uma dialética para os lugares. Tem-se o reordenamento territorial, a produção global, o tráfego policêntrico e o mercado. Se havia uma sociedade simbólica nacional, agora passa a coexistir uma sociedade simbólica transterritorial, resguardadas as diferenças nacionais. No conjunto, e numa visão holística, pode-se afirmar que há uma sociedade global interativa em sistemas de produção, geração de riqueza e cultura.

Nesse painel de mudanças organizacionais, de concepções territoriais e transterritoriais inovadoras e comportamentos coletivos de países, impõe-se saber se a América do Sul está se integrando ou se isolando no mundo global. O que se torna fundamental na análise é saber até que ponto as estruturas econômicas, sociais e culturais estão mudando de modo favorável internamente. A integração será tanto mais forte quanto mais forte forem às bases do desenvolvimento endógeno.

Na América do Sul não houve nenhuma grande revolução nas bases que poderiam levar aos projetos de desenvolvimento interno associados aos de desenvolvimento global. Isso não ocorreu em fundamentos impostergáveis como educação, ciência, tecnologia, estruturas organizacionais e modos de produção.

Dominada por duas idéias que prosperaram em tempos diferentes, a América do Sul viu-se diante de uma realidade imposta pelas razões de origem já referenciadas, a da relação centro-periferia e a outra, mais tarde, conhecida como Consenso de Washington. A relação centro-periferia é uma realidade histórico-estrutural impositiva pela diferença dos ritmos de desenvolvimento e diferenças de produtividade. Injusta, mas inevitável, historicamente, pelas relações de subalternidade e dependência criadas pela razão referencial. A categorização centro-periferia possui alto potencial analítico, projetando a necessidade de os países então periféricos desenvolverem estratégias produtivas e inovadoras de desenvolvimento, capazes de permitir uma inserção adequada no processo de globalização. Vencida a categorização centro-periferia, os países passam a interagir globalmente por suas diferenças e pelo poder de seus processos de desenvolvimento e não mais pelo conceito de dependência.

O Consenso de Washington, ao substituir os últimos resquícios cepalinos dos projetos de desenvolvimento endógeno, representou, a partir de 1989, o novo ideário ao crescimento sul-americano, já na visão global da economia. Tem-se, a partir desse marco, uma importante substituição conceitual: o desenvolvimento deixou de ser um projeto nacional para o fortalecimento interno dos países da América do Sul. O conceito de desenvolvimento foi substituído pelo de crescimento, ancorado em marcas de desempenho, principalmente financeiro, com entrada, em grande escala, no mercado global de dívidas públicas.

Os projetos de desenvolvimento endógeno, particularmente no Brasil, tinham uma participação ativa do Estado, diretamente ou por meio de financiamento em agências oficiais. Os programas de crescimento representaram o retorno da “ortodoxia de mercado [...] a aplicação de fortes programas de estabilização, a abertura ao comércio internacional, o ingresso de recursos financeiros e investimentos privados estrangeiros e uma política generalizada de privatizações” (Iglesias, 2006, p.11). As estatais estratégicas e os principais ativos privados foram transferidos ao controle das corporações transnacionais, deslocando importantes comandos internos para o exterior. Em muitos casos, as privatizações contaram com apoio financeiro interno e oficial.

Essa forma de inserção global teve aspectos altamente negativos, pois privilegiou, demasiadamente, o setor financeiro e acelerou o endividamento público. A participação das nações sul-americanas na ordem global deveria ter ocorrido de forma natural pelo valor agregado aos seus produtos primários e pela geração de conhecimento científico e tecnológico.

Pode-se, portanto, dizer que a América do Sul ficou na orla da economia global, como, aliás, sempre esteve em suas relações de comércio internacional. Sem políticas de desenvolvimento permanentes baseadas no planejamento interno, a abertura econômica não poderia proporcionar uma inserção adequada à nova ordem econômica transterritorial. Sem a relevância necessária em suas políticas de desenvolvimento endógeno, a América do Sul é, formalmente, ignorada em termos de geoestratégia global. As economias nacionais enfraquecidas, interna e externamente, sofreriam, ao natural, as consequências imediatas do aumento das desigualdades sociais, do aprofundamento da violência, da dramaticidade das drogas e da ampliação das diversas categorias dos “sem alguma coisa” e da insustentabilidade do meio ambiente.

A geoestratégia global é uma configuração tempo-espaço onde se localizam os lugares econômicos, sedes das unidades globais de produção, interconectadas a centros da ação econômica. Para cada espaço econômico regional ou macrorregional são elaboradas estratégias de produção e compartilhamento de gestão dos territórios. São componentes da gestão compartilhada de ter-



ritórios: alianças estratégicas, formação de blocos econômicos, identidades nacionais, distribuição de poder e governança global. A conformação territorial da governança global pressupõe uma gestão integrada onde se mapeiam os problemas que afetam a totalidade global, como, por exemplo, a sustentabilidade dos ambientes naturais, as questões sociais, as identidades nacionais, o poder e a influência.

Estabelecer e participar de geoestratégias globais significa estar em sintonia com a realidade que se desenrola na atualidade. É, pois, importante formular políticas públicas modernas, permanentemente atualizadas, capazes de proporcionar o desenvolvimento interno e, a partir dele, participar ativamente das alianças estratégicas regionais e globais. Tanto sob a forma de inclusão em blocos econômicos, como pela participação em amplas associações de livre comércio, a ação política deve estar voltada para os interesses sociais internos, o fomento à cultura e à formação permanente de novas capacitações em capital humano.

Em havendo, como já foi mencionado neste trabalho, um Fórum Econômico da Ásia e do Pacífico (APEC), como uma aliança estratégica intercontinental, poder-se-ia pensar num Fórum Econômico dos Países Atlânticos (FEPA), visando ao compartilhamento e à regulação de interesses comuns. O cruzamento dessas alianças, em nível global, estenderia as geoestratégias e gestão de territórios a todos os países em condições de gradativa aproximação de interesses, o que, seguramente, beneficiaria os países da América andina, América atlântica e América rio-platense. O objetivo maior seria a equanimidade nas relações internacionais em espectro amplo. Aos poucos, seriam eliminadas as formações de grupos de países (G-8, G-20 e outros) que têm um marco discriminatório e corporativista dominante, por relações mais flexíveis, abertas e cooperativas na gestão dos problemas comuns. Progressivamente evoluiriam os princípios de uma governança global sem afetar as identidades nacionais.

Os espaços nacionais transterritorializados pelas unidades estratégicas de produção global passam a ter uma categorização especial, pois de um lado não devem representar perdas da exclusividade territorial e, de outro, a funcionalidade econômica deve ser compartilhada. Assim, ao mesmo tempo se mantém o domínio territorial e se garante as funções do território para práticas econômicas globais, delas participando, compartilhando resultados e gestão. A trans-territorialidade produtiva é presentemente um fenômeno geral e amplo na ordem econômica global. Produz-se e se cruzam componentes para montagem final em lugares globais, a serem dirigidos aos macromercados de consumo. Como dessa transitividade econômica o poder é imanente, a gestão integrada das territorialidades afetadas deve ser cuidadosamente negociada. Cada país, em suas estratégias globais, alianças, associações, blocos, deve estabelecer princípios de ordenamento jurídico para a distribuição do poder sem perda de soberania sobre a territorialidade nacional.

Compartilhar soberanias e integração da gestão de territórios supranacionais para aplicação de geoestratégias produtivas com significados para o processo de desenvolvimento nacional não é subordinação. Ao contrário, é participação na produção, e distribuição justa das riquezas produzidas com equilíbrio de poder institucional.

Ao contrário de algumas tendências na análise desses fenômenos típicos da globalização, não há processos formais de desnacionalização, perda da soberania ou, ainda, desaparecimento do Estado-Nação (Sassen, 1999; Ohmae, 1996). O que está em andamento, malgrado as distorções sistêmicas, é a gestão integrada da produção global. A União Européia oferece o exemplo de integração avançada, gestão compartilhada e, ao mesmo tempo, manutenção de identidades

nacionais. Como acentuam Vieira e Vieira (2003, p.109), “ainda que submetido a influências ou dependências externas, o Estado nacional deteve o poder sobre as atividades internas e, sobretudo, construção do processo de desenvolvimento”. Em tempos-rítmicos diferentes, várias nações, incluindo as supremacias econômicas de época, desencadearam processos produtivos em territorialidades exclusivas, de forte presença do Estado como gestor econômico e social. Os autores acentuam, de forma remissiva, que para o novo mundo, particularmente o sul-americano, após a conquista, ao se transferirem as estruturas dos Estados conquistadores, dificultou-se o estabelecimento de condições adequadas a um processo próprio e evolutivo de desenvolvimento e valorização social.

Em desigualdades estruturais historicamente construídas, estabeleceu-se, ao natural, o processamento da construção de Estados paternalistas na América do Sul. Grandes estruturas burocráticas de apoio às oligarquias nacionais e os generosos benefícios às empresas multinacionais conduziram à situação dúbia de desenvolvimento e pobreza. Por outro lado, o agigantamento do Estado e sua ação intervencionista generalizada ergueram uma plataforma de interesses pessoais e corporativos com poder e influência que desembocariam em graves enlances de corrupção. A democracia representativa, o Estado político e suas instituições se tornaram frágeis e sobre elas vários atentados foram perpetrados. Como afirma Touraine (1999, p.367), “não existe democracia onde reinam o dinheiro, o clientelismo, o espírito cortesia, as gangues ou a corrupção”. O mais trágico é ser essa ainda uma verdade muito presente.

Na América do Sul, por origem, organização política de dominação por tempo demasiado e estrutura de produção patrimonialista trasladada, o retardamento no tempo-rítmico de desenvolvimento foi uma fatalidade. Salvacionismos políticos, populismos, continuismos demagógicos e quase sempre tirânicos preservavam estruturas rurais que mais se aproximavam do feudalismo agrário do que de um novo evento político-nacional renovador e avançado. Variantes de estruturas agrárias atrasadas sob a forma de *haciendas*, de capitánias hereditárias, sesmarias e latifúndios marcaram a colônia andina, atlântica e rio-platense por séculos. Mudanças e rupturas nas estruturas institucionais, políticas públicas voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento interno, principalmente em infraestrutura física, educacional e cultural, não ocorreram na dimensão necessária.

Sem base sólida para o desenvolvimento interno capaz de sustentar uma forte participação na política econômica externa, os países sul-americanos, repúblicas originárias da fragmentação do império espanhol, o império brasileiro e, mais tarde, também república, tornaram-se presas fáceis do mercado das dívidas públicas.

Essa realidade vem, no presente, dificultando os entendimentos entre os países sul-americanos em relação ao estabelecimento de alianças estratégicas, à formação de um sólido bloco econômico, às associações de livre comércio e a geração de capital intelectual; esse, particularmente, de fundamental importância na ordem global. Somente com produtos primários, sem agregação de valor, predominantes no peso maior das exportações sul-americanas, sem a ampliação dos horizontes do conhecimento que possam gerar ciência e alta tecnologia, a integração regional e transregional ficam postergadas indefinidamente; é uma possibilidade inconsistente no quadro atual das redes globais de produção e desenvolvimento, ressaltando-se alguns nichos tecnológicos expressivos em desenvolvimento, particularmente no Brasil.



## Parte III

## Espaço Global e América do Sul

## Tempo rítmico do desenvolvimento

Pode-se conceituar tempo-rítmico<sup>2</sup> como o movimento das atividades econômicas, sociais e culturais que produzem o avanço das sociedades nacionais. O tempo-rítmico é, dessa forma, uma categoria taxionômica que, aplicada à análise de diferentes conformações nacionais ou regionais, permite estabelecer as diferenças no processo de desenvolvimento. As formas de organização, poder e gestão dos territórios estabelecem, assim, o tempo-rítmico de cada nação.

O desenvolvimento é o resultado da organização social, do processo produtivo, da evolução cultural, produtos de forças combinadas do meio externo e dos impulsos internos das pessoas. Essa perspectiva conduz à compreensão da natureza humana no sentido da necessidade de evoluir. À medida que a sociedade se organiza e tem uma boa base de sustentação interna, o progresso se torna uma consequência lógica. Se não for condicionado por fatores estruturais, o tempo-rítmico de desenvolvimento ganha força e aceleração. Tem-se, pois, a caracterização de um processo de desenvolvimento capaz de produzir estágios superiores de civilização para determinada época.

O desenvolvimento nacional é um processo histórico cujo ritmo está intimamente ligado às condições de formação e evolução das nacionalidades. Nesse sentido, têm-se um desenvolvimento acelerado ou retardatário de acordo com as práticas produtivas, as políticas internas e as condições tecnológicas e institucionais das populações de cada sociedade. Há, portanto, em cada país ou região, um processo de ação produtiva que caracteriza o tempo do desenvolvimento. Delineia-se, assim, o tempo-rítmico de desenvolvimento dos territórios e modos de produção e sobrevivência.

No caso sul-americano, particularmente, o desenvolvimento como processo evolutivo dos meios de produção e da qualificação social das populações nacionais esteve condicionado a variáveis históricas, políticas, institucionais e tecnológicas de origem no processo colonialista e, em sequência, marcado por confrontos políticos de formação de identidades políticas nativas e pela cultura e práticas coloniais.

A ausência de políticas de mudança e inovação na América do Sul não a habilitou ao longo dos anos de dominação e, pós-independências nacionais, devidamente, ao enquadramento adequado no cenário geoestratégico global, marcado pela formação de blocos econômicos e alianças estratégicas transterritoriais. Para alcançar níveis desejados de desenvolvimento, é necessário renovar estruturas em instituições básicas, principalmente educação, na cultura, nos programas de ciência e tecnologia, na infraestrutura física e na logística transnacional.

As geoestratégias econômicas globais desenhadas na configuração tempo-espaço transterritorial é a realidade da época atual. Geoestratégia é a configuração tempo-espaço de estratégias globais de produção, transporte e consumo capazes de mobilizar recursos de infraestrutura e capital produtivo em territórios organizados ou redefinidos. Nesses territórios geoestratégicos se

<sup>2</sup>A categoria tempo-rítmico pode ser definida em uma taxionomia composta de três tipos de dinâmicas para o desenvolvimento: a) retardatário, cujo processo é de baixo sentido evolutivo; b) lento, cujo processo é pouco dinâmico; e c) acelerado, cujo processo é ancorado em mudanças e inovações permanentes.

fazem presentes atores internacionais e locais. Nesse sentido, as regiões, territórios e lugares com funcionalidades econômicas específicas podem caracterizar um espaço geoestratégico. A geoestratégia dos espaços econômicos globais define uma ação espaço-temporal que transcende à idéia dos espaços compartimentados, locais e regionais nacionais. Portanto a geoestratégia dos espaços econômicos é, por definição, o conjunto de estratégias aplicadas às conformações transterritoriais, nelas se articulando a importância do lugar, o local da ação, a manifestação de poder e as formas de gestão (Vieira e Vieira, 2003).

Para a América do Sul, particularmente, o tempo-rítmico de desenvolvimento corresponde aos processos econômicos e à organização da vida social impostos por um contexto colonial. Estabelecida a base político-econômica de conquista e exploração dos recursos naturais, não se deu, por longo tempo, a passagem do antigo para alguma forma do novo, ou seja, não houve mudança e inovação no processo econômico instalado, mas continuidade, mesmo após as guerras de independência que, de um lado, fragmentaram o império colonial espanhol em várias repúblicas na região andina, na região platina e, de outra parte, na conformação atlântica, a instalação, na forma de declaração político-militar, de um império luso-brasileiro e de uma tardia república.

A instalação de um sistema colonial e o modo de produção imposto estabelece um tempo pré-determinado no processo de desenvolvimento. O nexos fundamental da atividade econômica está na ânsia de criar o “próprio”, um movimento de ação produtiva que ganhe uma identidade própria, nacional, capaz de inspirar mudança e inovação. A falta de identidade e a posição subalterna da América do Sul ao longo de cerca de três séculos moldou um comportamento político-econômico correspondente às duas primeiras caracterizações do tempo-rítmico do desenvolvimento: retardatário, de baixo sentido evolutivo, e lento, processo pouco dinâmico. Isso se explica pelo fato de não ter sido criado um espaço produtivo sul-americano próprio, motivador de mudanças e inovações.

A dominação, de longa duração, cria enraizamentos demográficos culturais que se consolidam nas identidades nacionais posteriores. O princípio da disciplina pela obediência, tão determinante à nossa formação cultural, assinalada por Buarque de Holanda (2007, p.39 e 40), teve na imposição político-religiosa ibérica seu pressuposto maior. Por outro lado, é relevante assinalar que um processo colonizador eminentemente rural, agrícola e minerador, submetido aos códigos de um poder dominante externo, não poderia, racionalmente, produzir uma dinâmica nova de desenvolvimento. O ritmo, necessariamente, seria lento e, como tal, se tornara retardatário comparado à força de transformação que caracterizaria as atividades econômicas e a dinâmica social em contextualizações antropológicas diferenciadas, como ocorreu na América do Norte. Buarque de Holanda (2007, p.59) destaca, para várias frentes do processo de desenvolvimento nacional, a falta de uma “capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país”. A superação dessa barreira à aceleração do ritmo de desenvolvimento era praticamente impossível, face ao caráter colonialista do processo civilizador, não só no Brasil como em toda a América do Sul.

A capacidade empreendedora não foi livre na América do Sul colônia, pois a atividade econômica seguia o ritual de exploração e transferência de recursos naturais para as metrópoles dominantes. Essa condição colonialista, impositiva na atividade econômica, inibia, substancialmente, iniciativas novas de produção, mudança e inovação. Sem reconhecimento do “mérito” e das “responsabilidades individuais”, se definiu uma “mentalidade” que se tornaria um grande “óbice ao espírito de organização espontânea” Buarque de Holanda (2007, p. 37). Essa condição existen-



cial moldou, ao longo dos anos de dominação, uma forma de comportamento social carente de ânimo suficiente ao encaminhamento de processos transformadores na sociedade sul-americana. Faoro (2008, p.154) assinala que “a característica jurídica do primitivo sistema colonial brasileiro decorre, portanto, de sua própria natureza de instituição anacrônica, imperfeita e artificialmente implantada em terra do novo mundo”. A estrutura cognitiva estabelecida nas duas frentes coloniais não favorecia, portanto, a aceleração no ritmo do desenvolvimento nas três grandes conformações espaciais sul-americanas.

O que chegou ao vasto continente sul-americano a partir do século XVI foi, na conformação andina, a prática de exploração de recursos naturais e mão de obra ancorada em culturas nativas de uma agricultura rudimentar, mas organizada. A conformação atlântica e do Rio da Prata eram grandes vazios econômicos, de populações nativas dispersas, culturalmente retardatárias, sobrevivendo da simples retirada nos ambientes naturais, do necessário à sobrevivência tribal. Nesse cenário, o colonialismo hispânico teve enfrentamentos com a realidade nativa, de demografia numerosa e por vezes insubmissa. O português, ao contrário, começou do zero, explorando riquezas minerais e assumindo o domínio da terra, dividida em amplas propriedades, sem definições precisas, configuradas em capitânias hereditárias, inicialmente, e, mais tarde, em sesmarias. A modelagem de propriedade da terra sob a forma de latifúndio, “regime dominialista da instituição das sesmarias, que perde, desde então, o seu caráter de restrição administrativa do domínio privado e do das entidades públicas, para assumir definitivamente a feição de concessão, segundo os preceitos ordinários, de latifúndio, talhados no domínio régio”, Faoro (2008, p. 150), tanto ocorre na América atlântica como na andina, nessa sob a forma de *hacienda*. De alguma maneira, em algum tempo, feudalismo e patronato, formas políticas de domínio das terras, de populações escravas e emergência de elitismos políticos, dominaram a vida colonial, projetando uma realidade de fraco dinamismo por longo tempo.

Na conformação andina, as práticas hispânicas de trato social com a mão-de-obra nativa desenvolvidas pelos proprietários de terras, de alguma forma, se aproximavam com o que ocorria com os latifúndios lusos na conformação atlântica. A mita ou “lenda negra”, obrigatoriedade de serviço, nos setores de atividade praticados na territorialidade da sul-américa hispânica como um todo e que persistiriam após os eventos de independência e fragmentação dos espaços, era, na verdade, uma forma de escravidão a ser institucionalizada mais tarde.

A formação econômica colonial, portanto, mantida além das guerras de independência nos Andes, costa do Pacífico, no extremo sul atlântico e na formação do império luso-brasileiro a leste da cordilheira andina, situava-se, na verdade, a um grande distanciamento em relação às culturas produtivas mais avançadas do exterior. Persistindo por mais de três séculos, em tais condições de origem, na produção e no desenvolvimento social, o tempo-rítmico de desenvolvimento teria, inexoravelmente, um processo retardatário e lento até, pelo menos, o início do século XX.

A entrada em cena da ordem global a partir, principalmente, da última década do século XX começa a modificar algumas estruturas ainda arcaicas. Espaços flexíveis de produção convivem com outros de práticas conservadoras, mas, na verdade, os novos espaços de maior mobilidade e aplicação de tecnologias de ponta acabaram por se sobrepor e, principalmente, criar um contingente substancial de população supérflua. Essa condição resultou não só na introdução de tecnologias avançadas, como, em determinado momento, na disponibilização de mão de obra sem qualificação às práticas tecnologicamente produtivas. Tempos de mudança foram perdidos em alguns momentos do desenvolvimento histórico, político e econômico da América do Sul.

A inflexão não ocorreu. O momento de as políticas públicas revolucionarem os sistemas educacionais e de formação profissional para operarem a transição agropastoril à modernidade industrial não teve a sensibilidade necessária nem a força do poder político nacional. Sem mudar as mentes, os procedimentos e a percepção da realidade, em rápida transformação, a ordem global se tornou uma ficção ou um objetivo de retórica política negativa. Não havia como proceder a uma inserção global positiva pelo grande distanciamento cultural, técnico, científico entre os países sul-americanos e países ou blocos de países em ritmos acelerados de desenvolvimento no conhecimento, na informação e, consequentemente, nas práticas produtivas.

Como lógica de evolução, no longo cenário colonial e mesmo pós-colonial, o tempo-rítmico de desenvolvimento teria de ser lento, sem uma grande inflexão para a aceleração via processo de transformação das mentes e estruturas. A transterritorialização das economias da América do Sul viria de maneira subalterna, com processos equivocados de privatização, perdas de comandos estratégicos e de ajudas internacionais, quer diretamente pela via monetária, quer por captações de recursos via emissão de títulos da dívida pública, complementada na antiga prática de exportação de matérias-primas sem valor agregado. O pouco de conhecimento exportado, mais pelas corporações globais do que pelas unidades de produção nacionalmente formadas e evoluídas, não chega a pesar suficientemente no comércio internacional. Não cria, portanto, equanimidade de interesses e resultados, mesmo considerando as diferenças regionais e continentais.

### Geoestratégia global, territorialidade e desterritorialização

No presente trabalho, a geoestratégia dos espaços econômicos é estudada no âmbito das novas articulações da economia global. As estratégias territoriais em contexto de multipolaridade produtiva são relevantes às relações e operacionalizações que se estabelecem entre as diferentes dimensões dos mercados. A dimensão geoestratégica dos espaços econômicos incorpora as redefinições espaciais em função das novas estratégias globais das grandes corporações transnacionais. Trata-se, portanto, de uma configuração tempo-espacial formadora de cenários próprios à articulação entre a importância do lugar, o local da ação e a manifestação de poder.

No atual estágio tecnológico comandado pela rapidez da realidade virtual, o paradigma tempo-espaco é a expressão de um mundo em transformação, no qual as distâncias não contam mais e os centros e as sedes das ações formam as conexões lógicas no ato de produzir, de comandar e exercer poder. A gestão do território assume novos contornos, compartilhamentos e se vincula à logística dos interesses de mercado.

Na nova configuração de interesses da economia global, as barreiras espaciais cedem e se criam os lugares globais, que são fragmentações do espaço territorializado. A territorialização dos espaços produtivos globais representa desterritorialização de espaços nacionais (Vieira e Vieira, 2003). A geografia dos lugares, nacionais, transnacionais, regionais e continentais, é um tempo-espaco de realidades físicas e virtuais. Delas se projetam em todas as direções formas de poder e influência de poder. O poder e a gestão do território nos grandes e complexos organismos econômicos e políticos - blocos regionais - enfrentam a realidade histórica de cada membro, as desigualdades dos ritmos de desenvolvimento, de cultura e de níveis sociais. São realidades difíceis de harmonizar e que acabam por categorizar centros dominantes-de poder e uma orla nacional secundária. A geoestratégia global, portanto, apropria, redefine e reordena espaços produtivos e



de circulação produtiva, estabelecendo novas relações de poder e de gestão dos territórios. Em consequência, a ação e o poder se materializam sobre um objeto físico que é o lugar global, transformando-o em um objeto geográfico global onde se concretizam as práticas econômicas e se produzem as manifestações do poder transterritorial.

Os acordos multilaterais estabelecidos no novo contexto visam a assegurar benefícios e vantagens comparativas entre países e grupos de países. Contudo, Bauman (2000, p.36) se refere a um recente Acordo Multilateral de Investimentos, “que para todos os efeitos amarra as mãos dos governos nacionais e desamarra as das empresas extraterritoriais”. Mas essa é uma realidade da nova dimensão tempo-espaço econômico transterritorial, na qual se assinala o principal marco de enfraquecimento das soberanias nacionais situadas à margem do círculo de decisões dos grandes centros de ação econômica global.

O tempo-espaço cibernético, a partir da década de 1970 do século XX, introduzido pelos avanços da tecnologia microeletrônica, mudou os padrões da produção, organização e da gestão do território. O conhecimento e a informação assumiram o comando da vida econômica, com condicionamentos, de certa forma, nos costumes, procedimentos e tendências. A localidade passa a ter importância maior na instalação de grandes complexos produtivos e, particularmente, de alta tecnologia em diversas partes do mundo. O capitalismo torna-se global à medida que produz, monta, distribui e se organiza em redes por todos os quadrantes do mundo. A grande produção é global; os bens de consumo têm vários componentes produzidos em diversos lugares do mundo. A economia é global e de velocidade. A informação e as decisões fluem instantaneamente entre os centros e a sede da ação econômica. A mudança e a inovação são palavras-chaves no novo cenário mundial, definindo o paradigma pós-moderno.

Os novos modelos de gestão do território, principalmente os de compartilhamento entre o poder público e o privado evoluem com as novas estratégias territoriais de produção. A questão do poder e a gestão do território só serão entendidas sob as luzes dessa nova realidade. Os Estados nacionais perderam poder com a economia global e vêm sofrendo vários arranhões em suas soberanias. Os grandes blocos econômicos e os inúmeros organismos internacionais que controlam o setor financeiro e o comércio mundial formam como que uma governança global à qual os estados nacionais à orla principal são obrigados a se submeter no contexto de uma histórica posição subalterna. Particularizando, a América do Sul, historicamente uma continentalidade de alinhamentos desvantajosos, se fragmenta em conformações de espaços transterritoriais, em acordos bilaterais e em adesões de fundamentos mais políticos do que econômicos, projetando incertezas e perdas.

As incertezas sul-americanas dominam os países do Pacífico e do Atlântico. Os acordos do Pacto Andino perderam impulso: de um lado, pelos acordos bilaterais do Chile, Peru, Equador e Bolívia e o grupo do norte NAFTA e a UE; ao mesmo tempo, procuram estabelecer acordos de adesão com o MERCOSUL. A Venezuela, pelo poder do petróleo, é um livre atirador, forçando uma inclusão fundamentalmente política ao MERCOSUL. A Associação individualizada de países da América do Sul com o grupo NAFTA, projetando uma união dos países da América do Norte e do Sul (complementada pela América Central e Caribe), permite especular, numa progressiva formulação política e econômica da ALCA, avançando por partes, em acordos menos conflitantes.

No espaço econômico mundial vai se configurando a formação de blocos e alianças estratégicas. É a sociedade para o terceiro milênio. Inovações tecnológicas rápidas, transformações

políticas de grande repercussão mundial, a ordem econômica global e seus desequilíbrios e os caminhos virtuais formam o grande espectro da nova época. Tudo acontecendo no tempo-espaço contraído, num mundo sem fronteiras, do global e do local, das redes e das técnicas. É a sociedade da riqueza, do luxo, do conforto, mas, igualmente, a sociedade da pobreza, da miséria e da fome. A chamada era informacional (Castells, 1999), de brilho sem igual no aparato das técnicas e da inteligência, é, também, a era das desigualdades sociais, da exclusão social e da má qualidade de vida para milhões de pessoas.

A visão de nova configuração tempo-espaço produtivo, as estratégias globais de ação e as articulações das macrorregiões definem a geoestratégia dos espaços econômicos, o poder global e a gestão transterritorial na presente atualidade. A geoestratégia dos espaços econômicos globais é uma configuração tempo-espaço em territorialidades logísticas de interesse das grandes corporações mundiais. Por outro lado, a formação de regiões-estado, com parlamento próprio, moeda comum e estratégias globais, poderá dominar os meios de produção, de circulação e consumo nos próximos anos. Serão, também, e naturalmente, os centros do poder global irradiado pelas multipolaridades locais e regionais. As transformações profundas e os impactos da nova ordem global sobre os Estados nacionais com menor ritmo de desenvolvimento, como os sul-americanos, são fontes de incertezas para os cenários futuros, projetando a necessidade de novas formas de pensamento, organização e redefinição do território.

As civilizações se organizaram e evoluíram por meio de sistemas de fluxos de demandas e decisões. Ao longo do tempo variaram a dimensão e a forma do espaço construído, mudando também a natureza dos fluxos. Na atualidade, as práticas econômicas seguem o processo de aprimoramento e de evolução tecnológica, aumentando gradativamente a velocidade do conhecimento e da informação. A evolução da tecnologia influenciou as revoluções sociais e econômicas em diversos momentos da história, definindo e redefinindo atualidades. As novas tecnologias sempre impuseram mudanças e, essas, reestruturaram, transpondo os tempos de cada modernidade.

A revolução tecnológica introduzida pela microeletrônica, a economia global, a internacionalização do Estado-nação e a emergência de poderosos Estados-região produziram transformações substanciais nas formas espaciais. Em termos de economia global, os lugares assumiram novas categorias organizacionais, definidas e funcionalizadas segundo os atributos logísticos e a geoestratégia dos espaços econômicos. A queda das barreiras espaciais, os lugares globais, as regiões transnacionais, os fluxos cruzados da produção e circulação de bens em regiões de consumo compartilhadas formam o espectro do chamado pós-modernismo territorial (transterritorialidade). A organização e o funcionamento dos territórios compartilhados por acordos multilaterais, originando as regiões transnacionais de interesses entre países – blocos e megablocos econômicos –, constituem macrocategorias territoriais. Formam-se, dessa forma, Estados-região, nos quais se estabelecem princípios de organização e funcionalidade que atendam interesses recíprocos. A observância de procedimentos contratuais implica o estabelecimento de uma ordem política e jurídica específica capaz de assegurar o fortalecimento dos Estados-região.

A policentralidade dos fluxos econômicos identifica mais intimamente a atual fase do capitalismo, cujos pressupostos maiores são: a alta tecnologia, a informação, o conhecimento e os mercados globais. Todos esses fatores indicam uma situação histórica de convergência e fragmentação ao mesmo tempo. Convergem para as novas formas espaciais investimentos em unidades de produção parcial, representando fragmentações tecnológicas que irão formar fluxos para os espaços de montagem. Há uma interconexão global entre a produção acabada, a produção de



componentes, as linhas de montagem, os mercados consumidores, a informação, o conhecimento, a inovação tecnológica e o poder de caráter transterritorial.

Os espaços de fluxos deixaram rapidamente de ser nacionais. O tempo-espaço para as estratégias de produção, circulação e consumo passa a ser transterritorial, sem barreiras, sem fronteiras e muitas vezes sem soberania. A decisão de onde, como e quanto investir em unidades de produção ou complementares é exclusivamente da empresa. A proximidade de blocos de grande consumo garante, a custos reduzidos, em contextos de produção privilegiada, o domínio dos mercados. A perda de identidade produtiva nacional é um risco que começa a ser avaliado. Há o temor de perder-se o tempo do desenvolvimento sustentado, o que pode representar um custo nacional muito alto.

Certamente, no processo de abertura à inserção global, não foi considerado devidamente o princípio fundamental de que a dialética da globalização é a dialética do poder transterritorial. Poder quase ilimitado do capital e, dele, como consequência imediata, os poderes de manipulação dos mercados, de enfraquecimento das estruturas sociais, de sujeição a valores e significados impostos. O capitalismo é um sistema econômico orientado para o crescimento. O desenvolvimento agrega conteúdo social e depende de políticas públicas. À medida que cresce o poder econômico transterritorial, diminui, em contraposição, o poder político das identidades nacionais.

A crescente intensidade dos fluxos globais se faz sem as antigas restrições nacionais, mostrando que a queda das barreiras espaciais é uma realidade. Nas regiões de grandes fluxos de produção e de consumo, o grande poder que emerge é o das corporações transnacionais. Consagra-se uma lógica global de realidades transterritoriais que se sobrepõe esmagadoramente às realidades nacionais. A desnacionalização da economia assumiu proporções que ultrapassaram os limites do controle mínimo das riquezas nacionais, tanto naturais como as geradas pela atividade econômica. Furtado (2000) defende um novo procedimento econômico, no qual as prioridades sejam o fortalecimento dos mercados internos, o investimento maciço em formação de mão de obra especializada, reforma da estrutura rural, menor dependência a financiamentos externos, maior preocupação com os problemas sociais e o retorno às políticas de planejamento.

No Brasil, os grandes planos nacionais de desenvolvimento que permitiram a construção de sistemas de infraestrutura, energético, de telecomunicação, de transporte e de desenvolvimento regional foram substituídos por políticas de desnacionalização e subordinação. A gestão externa dos segmentos estratégicos da economia brasileira irá conduzir, conforme Furtado (2000), a um crescimento do fluxo permanente de recursos internos para o exterior. Essa conformação de estratégias globais não deve permanecer diante das novas categorias do espaço global vinculadas aos interesses e identidades nacionais.

A geoestratégia dos espaços econômicos, na visão global, configura novas categorias de regiões, para além das antigas fronteiras geográficas; são cenários do pós-modernismo territorial. Não mais se trata como acentuou Boisier (1996), de uma territorialidade autárquica, mas de caráter interativo, multipolar na produção, nos objetivos de assegurar mercados de consumo, cooperação mútua e fortalecimento das identidades nacionais. A organização, redefinição e gestão do território produtivo global – lugares globais – evidenciam a importância dos lugares. São espaços econômicos com outra formulação; trata-se de espaço produtivo fragmentado, interativo, multipolarizado em insumos, componentes e montagens, assegurando, contudo, o caráter global.

Em tempos de nova ordem econômica internacional, os lugares passaram a desempenhar um importante papel na definição das estratégias globais. Os lugares são disputados pela posição

estratégica, pelas vantagens oferecidas, pela logística instalada e pela infraestrutura que permitem realizar, com eficiência e custos reduzidos, as operações produtivas e circulatórias no processo de globalização. Dentro da nova categorização de lugar, destacam-se os lugares locais e os lugares globais e neles, os poderes correspondentes. Para o melhor entendimento das duas categorias, torna-se necessária uma análise conceitual.

O lugar local é o espaço da herança histórica. Dele se projeta a percepção de realidades construídas no passado, modernizadas de acordo com os ritmos econômicos e renovadas com os avanços culturais. O lugar local é base de sustentação do território organizado (Vieira e Vieira, 2002). Os processos demográficos, econômicos e culturais têm caráter histórico e fazem parte do contexto da formação econômica e social da região de inserção. O lugar global é a conformação do espaço em função do impulso globalizante da economia. Pode ser parte do lugar local onde a razão global desterritorializa o espaço produtivo, no sentido de separar o centro da ação da sede da ação, conforme Santos (1996). Assim, o lugar global é a sede da ação, onde se operacionalizam as práticas produtivas e circulatórias; o centro da ação, contudo, pode estar muito distante, virtual em operações de comando. A gestão do território, na nova dimensão dos lugares, depende das forças que sobre ele atuam. A intensidade das forças está na razão imediata do poder que emana dos interesses econômicos. Quanto maior o poder das corporações transnacionais, maior a influência sobre a apropriação e a gestão do território.

A realidade de poder e gestão de territórios produtivos na América do Sul colocam para cada Estado-nação mais a condição de objeto do que propriamente a de inserção como agente ativo, ou seja, sujeito de um processo global. Por força de desentendimentos, de fragmentações do interesse geral e, principalmente, por disputas de hegemonia regional, os espaços supranacionais sul-americanos, particularmente, são mais divergentes do que convergentes. Essa realidade enfraquece os acordos com outros blocos econômicos já consolidados e o desenho de poderosa macrorregião de conformação sul-americana.

A caracterização dos lugares para a ação e o poder são os novos componentes na organização, redefinição e gestão dos territórios no âmbito da economia global. A análise desses componentes constitui a temática que se insere nas considerações do pós-modernismo territorial. A análise de categorias espaciais das estratégias econômicas globais - o lugar, a região, a macrorregião - estabelece a geometria da transterritorialidade. A territorialização de espaços produtivos mundiais caracteriza os lugares globais que podem representar desterritorialização de espaços nacionais sob o ponto de vista da operacionalização das atividades de produção e circulação de produtos. Nessas áreas de ação das grandes corporações transnacionais se manifestam formas de influência diferenciada sobre a gestão do território.

A fragmentação do espaço (socioeconômico) define a realidade emergente do processo de globalização econômica: o lugar onde se realizam as práticas produtivas globais. São estabelecidas, desta maneira, no espaço construído ou em redefinição, conexões entre a ação de produção e a manifestação de poder na gestão do território.

A natureza do lugar, sua representatividade produtiva, sua inserção em estratégias globais, a conexão em redes mundiais e a internacionalização dos fluxos representam a dimensão econômica tempo-espaço da atualidade. O pós-modernismo territorial rompe as barreiras espaciais (nacionais), redefine e reordena o conceito de região, produzindo os lugares transterritoriais na economia global. A transformação dos cenários onde se articulam a importância do lugar, o local da ação econômica e a manifestação do poder, a partir de atributos logísticos, assume a catego-



ria geoestratégica transterritorial em função da integração econômica global e regional (Vieira e Vieira, 2007).

A regionalização, do ponto de vista econômico, tem um sentido mais amplo que a clássica região geográfica. A integração econômica em blocos é identificada numa região econômica cujos limites, e interesses, vão além da região geográfica tradicional. Recentemente (2003), o Japão e a ASEAN lançaram um grande projeto regional com vista à criação da Comunidade da Ásia Oriental; pouco depois (2004), seis nações asiáticas estabeleceram as bases para uma zona de livre comércio e grande abrangência geográfica lideradas pela Índia e Tailândia. A UE, a ASEAN e a ALCA expandirão o regionalismo econômico a novas escalas espaciais. Os acordos entre o grupo NAFTA e os países da América Central, incluso o Caribe, podem significar uma expansão em direção à ALCA. O agrupamento nessas comunidades menos sensíveis a conflitos de interesses geoestratégicos, muito em função da dependência histórica, tem sido um esforço bem-sucedido. No âmbito do MERCOSUL, novas iniciativas vêm sendo tomadas, configurando, contudo, um espectro de adesão mais por impulsos políticos surrealistas do que por racionalidade regional. Assim entendida, a regionalização econômica, em seus múltiplos formatos, multilaterais, associativos, comunidades, blocos, zoneamentos, é, na verdade, um trânsito conceitual, pois seus limites são indefinidos e os interesses nela contidos podem variar no tempo. Boudeville (1961), no trabalho “Espaços Econômicos”, projetou uma atualidade ao afirmar que “o espaço geográfico constitui uma das dimensões de um espaço mais complexo: o espaço econômico”.

As novas regiões econômicas, e nelas os lugares, emergem como elementos importantes no reordenamento, na gestão e na integração dos territórios às redes mundiais. O estabelecimento de estratégias transterritoriais promove ações políticas e pressões econômicas que determinam redefinições e reordenamentos, criando espacialidades específicas à produção, à concentração e à movimentação de bens econômicos. Dos territórios secundários aos centros principais da economia mundial, as negociações para abertura de espaços privilegiados à prática de estratégias competitivas, por grandes corporações transnacionais, configuram o cenário da economia global. As novas estratégias mundiais estabelecem novas relações entre as empresas e os governos dos países onde se instalam. Na prática, os governos se limitam a atender os interesses das empresas de ação transnacional, concedendo-lhes benefícios que as tornam competitivas no mercado internacional.

O paradigma tempo-espaço torna-se, portanto, o fundamento da economia global. Produzir rapidamente, transportar rapidamente e consumir rapidamente proporcionam, através das tecnologias apropriadas, uma forte compressão do tempo-espaço. As distâncias passam a ser um produto social cuja magnitude e custos variam em função da velocidade empregada para superá-las seguindo o pensamento de Bauman (1999).

Os espaços nacionais de interesse à produção e ao consumo são reordenados e se inserem no tráfego global da economia. A apropriação, a construção ou a transformação do espaço podem caracterizar conformações territoriais determinadas, em função dos objetos e das ações que nele se desenvolvem. Nessa concepção, o espaço tem um sentido dialético que conduz ao entendimento do movimento, da dinâmica das ações e dos objetos. A espacialidade logística, definida nos lugares centros da ação econômica, produz a dialética dos espaços fragmentados. A dialética do espaço é, também, a dialética do tempo, pois todas as ações que conduzem à produção do espaço têm um sentido temporal. As acelerações do tempo nos processos econômicos conduzem ao aniquilamento do espaço, configurando a conceituação de compressão do espaço-tempo (Harvey, 1993).

Há uma razão global com poder sobre o território. A razão econômica global introduziu novas manifestações de poder. Para Bauman (2000, p. 80), “uma tendência marcante de nosso tempo é a crescente separação entre poder e política: o verdadeiro poder, capaz de determinar a extensão das opções práticas, flui e, graças à sua mobilidade cada vez menos restringida, tornou-se virtualmente global, ou melhor, extraterritorial”. A razão econômica global introduz a forma de poder transcendente à política; é um poder determinante quanto à territorialidade da ação com participação apenas secundária ou complementar da representatividade política nacional, particularmente na orla subordinada. Na pós-modernidade, o poder tornou-se uma manifestação de virtualidades estratégicas e comandos vinculados e sugeridos, assumindo a realidade imaterial projetada no ciberespaço-tempo.

A dialética do poder político/poder econômico condiciona quase sempre a vida social. Há como que uma imposição de condutas e formas comportamentais a partir de imagens e signos simbólicos. O poder simbólico, para Bourdieu (2001, p.9), “é um poder de construção da realidade”. A globalização chegou carregada de símbolos que deram passagem a novas formas de poder, seja pela realidade concreta, seja pela realidade virtual.

O poder global, transterritorial, poder de fluxo cibernético, induzido e instantâneo a partir dos centros da ação econômica configura, indubitavelmente, a realidade pós-moderna. Como acentua Bauman (1999, p.77), vivemos “um mundo onde o capital não tem domicílio estabelecido e os movimentos financeiros em grande parte estão fora do controle dos governos nacionais”, e acrescenta que a transnacionalidade das forças que enfraquecem os Estados são as mesmas que os excluem do terreno da ação deliberada, o que resulta numa condição potencialmente racional de dependência.

O poder político está dominado pelo poder “invisível” introduzido pela globalização. As forças do mercado, evidentemente, exercem poder sem identificação nominal. É o poder anônimo que se faz sentir e atua acima das soberanias nacionais. O novo cenário do poder é alimentado pelo fato de serem os centros de significados e valores transterritoriais comandados pelo poder “invisível”, como sugeriu Bauman.

Na atualidade global, a partir da dialética do poder econômico, o espaço produtivo construído libera forças de poder. Os lugares globais são territorializados, nacionalmente, para a produção e desterritorializados para efeito de fluxos e manifestações de poder. Se não existe poder, mas práticas de poder como afirma Foucault (1996), pode-se considerar que a globalização é responsável por práticas e relações de poder congruentes; o poder passa a ser algo que se exerce, que se efetiva, que funciona, conforme o autor. Ora, se a economia global e as tecnologias da informação produziram uma sociedade em rede, é consensual que o poder está igualmente em rede, ou seja, há uma rede de poder que flui pelas mesmas vias das redes que produzem relações econômicas. Concretamente, há um poder latente nas relações políticas, econômicas e sociais cuja manifestação tem uma dependência circunstancial. Como o poder não é uma entidade real, ele se torna um atributo de quem representa uma situação concreta.

A economia global oferece outra característica do poder, resultado da multipolaridade dos centros e das sedes da ação econômica: o poder sem centro (Touraine, 1999). Os centros da ação econômica geram fluxos de poder pelas redes que interligam os diferentes interesses empresariais. No mundo econômico, o poder forma-se, como estrutura relacional, em ambientes de grande complexidade, principalmente na dimensão ciberespaço-tempo. O que flui pelas cibernervias é uma forma de poder, impessoal e horizontal, racional e sem normas inflexíveis; é o



poder virtual, distante e instantâneo ao mesmo tempo. O poder na economia global se exerce sem confronto pessoal, sem determinação direta entre pessoas; são, na verdade, fluxos de informação que geram ações práticas, carregadas de poder intrínseco.

A globalização (mesmo em sua formulação abstrata) é um poder econômico amplo, indezado, ideológico e armado; poder dialético real e imposto. O equilíbrio entre o poder transterritorial e o poder nacional só será mantido se cada Estado-nação desenvolver sua capacidade de gerar conhecimento, implantar mudanças institucionais, formular novas condutas públicas em relação aos planos nacionais de desenvolvimento. O processo educacional e o desenvolvimento de programas avançados de ciência e tecnologia estarão, sempre, na base da transformação de Estados secundários em estados fortes, de primeira linha, guardadas as diferenças culturais de cada um. Esse o grande dilema histórico da América do Sul. O equilíbrio, pelos paradigmas invocados, não ocorreu e, pior, não está ocorrendo,

As economias de mercado sempre tiveram um comportamento dúbio em relação ao poder no Estado-nação. Lebrun (1999, p.80) lembra que, “ao tornar-se predominante, a economia de mercado precisa de um poder capaz de manter as condições do seu funcionamento natural”. O poder do Estado-nação, o controle que exercia sobre as economias nacionais não mais resiste aos ímpetus dos fluxos externos, tanto de capitais como de serviços, tecnologias e informação. Perdendo o controle dos comandos estratégicos nacionais, cada Estado-nação passa, apenas, a administrar as decisões e influências do poder econômico global.

Nos espaços econômicos globais emerge também o poder compartilhado. Os lugares sedes da ação econômica global incorporam formas de poder que se refletem na gestão do território. Os centros do poder político concedem à fragmentação dos territórios os espaços globais, incentivando a articulação em termos de gestão do território. Isso significa que, ao se formarem círculos de poder nas formas espaciais propostas pela globalização, cada um deles teria sua parcela de participação na gestão do território. Essa articulação entre o global e o local pressupõe uma concepção de poder compartilhado entre as diversas categorias jurídico-administrativas dos espaços econômicos construídos ou dos espaços em processo de redefinição. O avanço tecnológico - ciberespaço-tempo - criou a interatividade virtual e a consequente teia global, estabelecendo, assim, a articulação entre as duas categorias do espaço econômico.

A tecnologia microeletrônica, tomada como singularidade no impulso do conhecimento, projetou um horizonte de eventos sociais, um tempo-espaço configurado à nova forma de realidade: a virtual. As cibervias criadas são caminhos virtuais pelos quais circulam os símbolos, as representações das idéias, das intenções e das informações, tudo carregado de pontos, subjetividades e imaterialidades. Esse novo mundo, o da realidade virtual, passou, particularmente após os anos 1990 do século XX, a ser a própria imagem da realidade concreta, objetiva e material da economia global. Ambas as realidades se confundem, se fundem na verdade em única via de cumplicidade delimitada pelo ciberespaço-tempo. A delimitação tem um sentido expansivo, pois os avanços tecnológicos ampliam rapidamente os horizontes dos eventos econômicos, sociais e culturais de atualidades cada vez mais transitórias. Pelas vias do ciberespaço-tempo fluem os impulsos da interatividade em sistema de rede, uma teia interconectiva de eventos produzidos em ambientes geoestratégicos dos espaços de produção e dos fluxos de demandas e decisões. O campo organizacional formado pelas tecnologias informáticas ampliou as possibilidades de interconexão de fluxos e reduziu as distâncias a pontos virtuais.

Há uma percepção da realidade concreta e virtual desconcertante. De uma visão geoestratégica dos espaços produtivos fragmentados – lugares globais – passa-se a outra, a da interconexão virtual por meio de redes de informação e decisão. Se há uma estratégia territorial à produção, igualmente, e com a mesma intensidade, há outra para os fluxos que se estabelecem entre os centros e as sedes da ação. Desses dois pontos ou nós de subjetividades lógicas virtuais se desdobram, em cascata, outros direcionados às dimensões do comércio e do consumo. São na verdade dois mundos em paralelo compondo um único campo de sentido amplo, o das organizações econômicas. A interatividade perpassa as duas realidades, compondo, entre elas, um complexo de relações nas quais se identificam e superpõem interesses imediatos de natureza econômica, de manifestação de poder e de influências sobre a gestão do território.

A caracterização do ciberespaço-tempo e todas as implicações de natureza prática na sociedade atual preconizam o entendimento da mudança, da inovação e da diferenciação de comportamento que orienta as relações do tempo pós-moderno. As interações entre os centros e as sedes da ação econômica, em diversos níveis e escalas de atribuições, caracterizam muito mais comandos estratégicos do que propriamente subordinação. A especificação de atribuições caracteriza, no sistema de interatividade ciberespacial, a operacionalização de atividades estratégicas. O poder é mais implícito e passa a ser um atributo do desempenho, contrapondo-se ao poder explícito da hierarquização personalizada. O poder torna-se uma manifestação de valor agregado ao conhecimento e à informação de quem os detém.

A teia global é uma forma de manifestação interativa de poder. O ciberespaço-tempo é a materialização imaterial dessa nova forma de poder. Ela é uma forma abstrata e subjetiva, mas sempre uma forma de poder induzida pela ação. A ação que flui pelas cibervias gera poder sugerido, interpretado e acatado de acordo com a intensidade energética da qual é portadora. Nesse caso, a impessoalidade é dominante, como quando são identificados comportamentos oscilatórios de mercado face aos eventos que lhes são favoráveis ou não.

O ciberespaço-tempo, a interatividade e as teias transterritoriais caracterizam claramente a nova época. A era cibernética deixou para trás um tempo de modernidade e instalou outro, o tempo da pós-modernidade.

Particularmente, o século XX foi marcado por acontecimentos que aceleraram as inovações científicas e tecnológicas e, portanto, as mudanças como, paradoxalmente, as guerras mundiais, a revolução soviética e o confronto ideológico que se seguiu.

O tempo da última modernidade foi o da sociedade industrial e da ordem social que ela desenvolveu. A pós-modernidade é um tempo novo no domínio tecnológico, na reestruturação do sistema capitalista, na policentralidade produtiva, na sociedade do conhecimento, nas teias estratégicas à interconexão dos fluxos e nas transterritorialidades principais e subordinadas. É um tempo pós-industrial com referência ao perfil das industriais e a todo contexto social, econômico, político e cultural criado durante revolução industrial; o conhecimento e a informação passam a ser o foco principal da nova sociedade.

A pós-modernidade representa uma redefinição, um reordenamento e um redimensionamento da sociedade global a partir, principalmente, da última década do século XX (1990). São factuais os eventos determinantes à passagem da modernidade industrial à pós-modernidade informacional: a revolução cibernética, a economia globalizada, a queda do modelo político-ideológico revolucionário, as mudanças organizacionais e de gestão, o poder transterritorial, os avanços no conhecimento e na informação. Nessa breve decorrência de tempo ficaram para trás,



rapidamente, os padrões e os significados da era moderna estabelecidos durante a longa duração da revolução industrial. As transformações que ocorreram na sociedade foram marcantes, particularmente nas três últimas décadas do século XX. A análise mais acurada dos acontecimentos dos últimos 50 anos mostra, claramente, que a pós-modernidade não é um exercício mental, um tempo impreciso e indefinido quanto aos eventos que assinalaram a modernidade industrial. Modernidade e pós-modernidade retratam o conjunto de transformações na sociedade, alicerçadas por signos importantes que determinam as novas fases da evolução humana. Assim, o ciclo das grandes navegações transpôs o ordenamento da sociedade medieval, produzindo movimentos sociais de mudança e renovação do pensamento. Cada modernidade, portanto, não é senão uma profunda mudança nos modos de manifestação do ordenamento social e das capacidades individuais e coletivas, comandadas ou desencadeadas por um signo que se torna referencial na evolução da sociedade. A máquina a vapor e o computador são signos de época que produziram transformações radicais na evolução da sociedade. O sujeito indivíduo e o sujeito social reagiram às inovações com novas formas de comportamento que não representaram apenas conformidades ou adaptações à evolução natural da tecnologia e do pensamento, mas, bem ao contrário, radicalizaram suas próprias ações como atores na sociedade. Essa realidade imposta pela radicalização do tempo de mudança, e alimentada por novos modelos mentais, estabelece os ciclos de modernidade e de pós-modernidade.

Para Vieira e Vieira (2004, p.95:96), “o que diferencia a época cibernética das anteriores é a imaterialidade dos principais objetos da vida econômica e organizacional [...] um mundo de virtualidades passa a dominar as objetividades e subjetividades da nova realidade”. Nos próximos anos, com maior velocidade, a mudança, a inovação e o comportamento caracterizarão mais claramente a pós-modernidade. Outras pós-modernidades serão introduzidas ao tempo de novas modernidades tecnológicas, científicas e de informação. É para elas que os países sul-americanos devem se voltar, preparando-se não só para receber os novos conhecimentos e tecnologias como, principalmente, para participar de suas gerações. Para tanto, com muito atraso, devem orientar suas políticas públicas para fundamentos essenciais: educação, ciência e tecnologia.

#### Planos nacionais de desenvolvimento

Os planos de desenvolvimento em países sul-americanos não tiveram a extensão e a perenidade suficientes para garantir uma inserção vantajosa na economia global. Entenda-se por plano de desenvolvimento um conjunto de ações públicas programadas, sistêmicas, orçadas para determinado período. O plano nacional de desenvolvimento visa a estabelecer as bases de construção e evolução da infraestrutura produtiva, do processo educacional, da criação de novos conhecimentos em ciência e tecnologia, da qualificação social e do fortalecimento do patrimônio estratégico nacional. A formação de fundos nacionais para garantir o suporte financeiro de aplicação das metas dos planos nacionais de desenvolvimento é uma estratégia de gestão sem comprometimento no mercado das dívidas públicas. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1969) fazia parte dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento (PND I e II), abrindo grandes possibilidades para projetos de ciência e tecnologia, principalmente nas universidades federais do Brasil.

A política de planos nacionais de desenvolvimento significa o fortalecimento econômico interno, elevando a qualificação da produção e da população, o que asseguraria uma inserção

positiva no ordenamento global. Um plano nacional de desenvolvimento tem como suporte uma estrutura cognitiva voltada para a mudança, a inovação, a transformação. É uma política de governo, mas é também uma política de Estado; é um objetivo, uma meta para a elevação econômica e social do Estado-nação. Os acordos de Cartagena (1969) previam, para um desenvolvimento integrado da América andina, a aplicação de Programas Setoriais de Desenvolvimento Industrial. A tentativa era romper o domínio agrário e, pela mudança e inovação, criar planos nacionais de desenvolvimento industrial para a área andina.

Os planos nacionais de desenvolvimento não significam fechamento ao conhecimento e à cooperação externa. Com o conhecimento global, mercados definidos em alianças estratégicas ou blocos econômicos, a cooperação externa pode complementar as insuficiências nacionais. O importante é que em algumas áreas o País tenha poder econômico, patrimônio estratégico, conhecimento e informação, com contexto definidor de um mercado de consumo suficiente ao fortalecimento da produção nacional. Nesse caso, a inserção global, bem regulamentada, trará condições compensatórias nas trocas internacionais.

A América do Sul ficou, nas três últimas décadas, deslocada dos grandes investimentos produtivos globais. Enquanto isso, um novo polo, econômico, financeiro e tecnológico, instalou-se na Ásia. Sem um bloco econômico forte, sem alianças estratégicas relevantes e sem planos de desenvolvimento interno expressivos, a América do Sul subordina-se, apenas, à realidade global.

A economia global é uma realidade. Pode ser um primeiro passo para início de uma sociedade global no sentido de gestão compartilhada de interesses e de problemas comuns. Isso não significa necessariamente dependências, subordinações, perdas de identidade, de soberania e de territórios. As tecnologias da informação encurtam gradativamente o tempo-espço ao redor do mundo. As tecnologias de ponta proporcionam acontecimentos em tempo real, de interesses comuns a todos os países com potencial para induzir à ascensão de solidariedades mais claramente definidas.

Os caminhos da sociedade do futuro são imprevisíveis. A América do Sul, com suas diversidades étnicas, raciais e culturais, precisa de uma visão política que lhe permita uma aproximação de ideais capazes de fortalecê-la perante o mundo. A globalização não é uma temática em si mesma. Ela é uma significação semântica de processos econômicos, sociais e culturais que se desenvolve, se efetiva e concretiza como realidade do tempo-espço atual na dimensão transnacional. As geoestratégias de produção, circulação e consumo é que são globais; conformação de lugares globais a configurar o mapa dos espaços econômicos, de produção, de distribuição, de poder e de gestão de territórios em nível mundial.

A geoestratégia e a gestão nos formatos dinâmicos atuais avançam o conhecimento, a produção e as relações internacionais. A América do Sul não está bem enquadrada nesse novo cenário. Os países sul-americanos, agindo isoladamente, ficam sujeitos aos fluxos de demandas e decisões de estruturas coletivas transterritoriais com poder de supremacia econômica e tecnológica. A dialética global precisa ser entendida como uma etapa na evolução das atividades produtivas, na geração de conhecimento e na solidariedade entre as nações.

Presentemente, ainda sob os efeitos da crise global (2008), há uma condição econômica favorável ao desenvolvimento, à estabilidade e às trocas internacionais. Alguns países, em outros continentes, ao renovarem suas estruturas, aprimoraram suas instituições básicas, principalmente, a educação, os programas de ciência e tecnologia, a infraestrutura física e a logística transterritorial, produzindo cenários de desenvolvimento em níveis surpreendentes. No conjunto, a América do



Sul tem índices de desenvolvimento incompatíveis, comparativamente, com outras regiões de atividades globais. Países sul-americanos apresentam dados de crescimento como bons sinais vitais das economias nacionais. Mas esses dados quase sempre se referenciam ao mundo financeiro, sem correspondência na área social.

A retomada de planos nacionais de desenvolvimento, com destaque para a educação, ciência, tecnologia e infraestrutura, o fortalecimento de alianças estratégicas transterritoriais e a consolidação de um bloco regional são algumas indispensabilidades geoestratégicas e de gestão para a América do Sul assumir nova postura frente ao mundo global.

O advento da economia global projetou mudanças substanciais nos costumes, na cultura e nas identidades nacionais. Saber até onde o fenômeno tecnológico-econômico global irá produzir uma sociedade global, e particularmente quando, é imprevisível. Contudo a tendência é para a sociedade econômica nacional se inserir continuamente na sociedade global, já delineada, incorporando uma ampla faixa de costumes, ações políticas, valores e significados globalmente aceitos e praticados. No novo espectro, destacam-se as questões fundamentais do poder, do território e da territorialidade.

A questão do território e da territorialidade foi bem posta por Sassen (1999, p.100): “impacto da globalização econômica na jurisdição territorial, ou, mais teoricamente, a da territorialidade exclusiva do Estado-nação”. Sassen coloca uma questão importante e que pode ser vista como uma percepção clara da realidade atual: “estamos testemunhando processos incipientes de desnacionalização da soberania; o deslocamento parcial da soberania do Estado Nacional”. Ainda, seguindo o pensamento da autora (p.101): “minha hipótese é a de que enquanto a globalização deixa o território nacional basicamente inalterado, ela está tendo efeitos pronunciados na territorialidade exclusiva do estado nacional, isto é, seus efeitos não são tanto no território em si como no encasular institucional do fato geográfico do território nacional. A globalização econômica implica um conjunto de práticas que desestabilizam outro conjunto de práticas, por exemplo, práticas que vieram a constituir a soberania do Estado nacional”.

As sociedades nacionais partilham cada vez mais a ideia do global, uma estreita interação da dualidade nacional-global, especialmente quando os fluxos da vida pós-moderna se movimentam pela nova dimensão do espaço, o ciberespaço. Os limites que a modernidade industrial impunha à sociedade através dos aparelhos ideológicos de Estado são superados pelas novas concepções da organização econômica e social da pós-modernidade. A interação entre os processos globais de ação social configura uma realidade interdependente. É precisamente essa realidade interdependente um dos traços mais marcantes da sociedade pós-moderna, tão incompleta, ainda imperfeita e consequentemente injusta; mas global, sem dúvida!

A afirmação da América do Sul no complexo estrutural e organizacional da globalização põe em relevo o modo de participação de cada Estado-nação na nova ordem econômica mundial. Participar como sujeito da ação econômica global é uma vantagem competitiva, sem dúvida. Para tanto, porém, é necessário estabelecer políticas de desenvolvimento para cada Estado-nação e políticas de participação em blocos econômicos que assegurem os benefícios da produção e trocas internacionais. A gestão compartilhada do território, nesse caso, é um instrumento de afirmação nacional e regional diante da realidade da economia global.

## Geoestratégia e transterritorialidade global na América do Sul

Há uma nova ordem econômica mundial. Conquanto a grave crise que se iniciou na segunda metade de 2008, a realidade global não irá mudar. Mudarão alguns pressupostos liberais e neoliberais. Emergirá a necessidade de maior presença e interferência do Estado na economia como salvaguarda para o equilíbrio socioeconômico e para evitar momentos de crises profundas. A economia de mercado, livre no jogo das trocas internacionais e na especulação financeira será submetida a novas regras e regulação mais rígidas. O capitalismo, como livre processo cumulativo, já não estará sozinho. A seu lado, um Estado forte e atuante fará a contraposição necessária ao equilíbrio das forças que atuam nos mercados. As atividades econômicas terão uma duplicidade mais efetiva e visível. A iniciativa privada de gerar produção, serviços e movimentação financeira terá a parceria, em marcos de regulação, de Estados fortes, blocos econômicos fortes, incentivos programados e controles efetivos.

Em diversas oportunidades, a América do Sul tentou se fortalecer por meio de blocos, alianças e mercados comuns regionais. Desde a criação da ALALC – Associação Latino-americana de Livre Comércio (1960), mais tarde ALADI (1980) – Associação Latinoamericana de Integração, ao acordo de Cartagena (Grupo Andino, 1969), ao Tratado de Cooperação e Desenvolvimento (1988) e ao MERCOSUL (1991), os países sul-americanos buscam em parciaisidades regionais a integração visando ao fortalecimento de suas relações comerciais e a partir delas uma maior e mais eficiente inserção na economia mundial. Contudo, sem se chegar a um fortalecimento suficiente e esperado, essas tentativas induziram à perspectiva de um acordo mais amplo, de todas as Américas, com a proposta de criação da ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas –, cujo protocolo previa o início de implantação dos acordos em 2005, o que não se efetivou.

As tentativas de integração se perderam nas dissensões internas e em alternativas mais amplas e fortes como o MERCOSUL e a própria ideia da ALCA. O MERCOSUL, particularmente, por ser formado pelas economias mais pujantes e geograficamente centralizado na região platina, se constituiu numa “trajetória mais chamativa”, na expressão de Salgado Peñaherrera (2007, p.111). Em momentos de iniciativas ao fortalecimento do MERCOSUL, outros países não ligados diretamente à região platina se associaram em busca de bases mais sólidas em suas trocas regionais e, especialmente, globais. Para Gragea (2005, p. 19), o enfoque neorrealista, se tomado do ponto de vista da teoria sistêmica, “apresenta um vazio quando não incorpora em toda sua plenitude o novo marco da globalização, no qual se articulam os sistemas que formam a ordem global que começou a surgir nos anos 1970”, e acrescenta: “o novo regionalismo nasceu no marco da globalização e sem dúvida está condicionado e caracterizado por ela”. Na nova realidade global, as estratégias das unidades de produção impactaram fortemente o regionalismo.

O regionalismo global tem características próprias, além dos acordos regionais entre países que visam a interesses em áreas restritas geograficamente. A região global representa “a expansão dos mercados capitalistas em redes de trocas e comunicação, inseridas num processo histórico dominado por grandes corporações industriais” (Senarclens, 2005, p. 93). Para o autor (p.93), a globalização está imbricada numa teia de relações de forças econômicas, sociais e políticas convergentes em algumas metrópoles do Norte e do Sul. O autor lembra ainda que a globalização, paradoxalmente, corresponde a uma concentração de atividades econômicas nos centros de negócios das megalópoles, tais como Nova Iorque, Los Angeles, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt, Zurique, São Paulo, Hong Kong, México e Sydney. Para Senarclens (2005, p.91), “elas são o cora-



ção das redes de comunicação e informação [...] e dispõem dos principais centros de educação, de formação e de pesquisa; suas infraestruturas nesses domínios lhes permitem controlar a evolução da ciência e da tecnologia”. Nesse cenário de regionalismo global, os acordos e estratégias entre países que formam parcialidades regionais, tipo MERCOSUL, Grupo Andino, Nafta, UE, ASEAN, etc., ao se fortalecerem internamente têm chances de competir com vantagens no imbricativo das teias globais.

O MERCOSUL, que deveria ser uma parcialidade regional de peso na região do Cone Sul, não conseguiu se firmar e fortalecer a ponto de disputar vantagens competitivas com outros blocos de maior poder econômico, financeiro e político. Disputas políticas e a falta de uma boa base de ciência e tecnologia inferiorizaram o MERCOSUL no jogo de forças que disputam os grandes mercados mundiais. Há que reconhecer as diferenças entre países, como assinala Ghemawat (2008). O autor destaca duas opiniões de autores em intervalo de 20 anos (p. 21 e p. 207). Para um, Ted Levitt (*The Globalization of Markets*, 1983), a “globalização dos mercados está próxima”; para outro, Sam Palmisano (*The globally Integrated Enterprise*, 2006), a organização empresarial evolui para o empreendimento global. Contudo, ainda assim, cada país ou bloco regional parcializado tem de melhorar seu desempenho, eficiência e eficácia naquilo que melhor pode produzir e se fortalecer em uniões estratégicas regionais. Adaptar-se e agregar valor a seus produtos de origem primária é um fundamento essencial, acrescido, na atualidade, de geração de conhecimento e informação. Trate-se de mercados globais ou de empreendimentos globais, há, sem dúvida, uma realidade global que, se favorável, beneficia todos ou, se contrário, ao mergulhar em crise, essa é de todos. Os efeitos, maiores ou menores, dependem do fortalecimento interno e dos blocos aos quais estão ligados os países.

Antes de a economia se tornar um empreendimento global, os países sul-americanos se caracterizavam por uma dualidade: produtores de matérias-primas e produção industrial por multinacionais de alta tecnologia. A base do desenvolvimento, do ponto de vista industrial, para vencer o atraso rural eram as estratégias das empresas multinacionais. Como assinala Porter (1993, p.756), “uma estratégia de desenvolvimento baseada exclusivamente nas multinacionais estrangeiras pode condenar o país a permanecer como economia impulsionada por fatores”, e acrescenta: “se a dependência das multinacionais estrangeiras é demasiado grande, o país não será a base nacional de nenhuma indústria”. Ainda Porter: “nalguma fase do processo de desenvolvimento, o enfoque dever passar para as companhias nacionais”. Isso não aconteceu. A base do desenvolvimento industrial das economias mais evoluídas da América do Sul não tinha uma base nacional sólida. As mais fortes eram empresas estatais, as que estabeleceram as bases para a passagem de economias agrárias para economias industriais. Os planos nacionais de desenvolvimento tiveram êxito a partir de grandes investimentos públicos em empresas estatais.

A partir da década de 1950, tanto o Brasil como a Argentina iniciam a implantação de planos nacionais de desenvolvimento. Em 1949, em Havana, conforme Altamirano (2006, p.169), Raúl Prebisch, economista argentino, lança “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, seguindo a linha do desenvolvimento que formaria o pensamento crítico da CEPAL. A idéia de desenvolvimento nacional a partir de planos de infraestrutura para a industrialização deu, na verdade, outra configuração aos países platinos, ampliando a região geográfica para o Cone Sul, incluindo o Chile. O Brasil foi o que se fortaleceu mais com os planos nacionais de desenvolvimento (1950-1980). Foram os anos de maiores índices de desen-

volvimento econômico e social. A base que se formou iria desencadear a cobiça pelos ativos de maior significação estratégica pelo poder da transterritorialidade em rápido avanço.

A passagem, principalmente a partir dos anos 1990, à idéia de abertura e à onda de privatizações que se seguiu, essa base se dissolveu com a venda de ativos estratégicos às empresas globais. Embora estratégicas, as empresas nacionais estatais tiveram os comandos transferidos para o exterior, desterritorializando o poder de decisão sobre os investimentos futuros e, notadamente, os interesses em fazê-los e como efetivá-los. Isso se deu principalmente no Brasil e na Argentina, onde foram desmontadas as estruturas nacionais da base industrial/estatal. Seguiu-se, então, o processo de empreendimento geoestratégico e transterritorial sob a metáfora da globalização.

Esse processo foi forçado, atropelado pelas mudanças na política internacional no início dos anos 1990, motivado pela queda da bipolaridade ideológica, pelas novas tecnologias da informação e pela introdução da prática de fronteiras abertas para a economia. Conforme Garretón e outros (2007, p.39), “a industrialização contemporânea está definida por um sistema integrado de comércio e de produção globais, que apresenta deslocamentos dinâmicos na localização geográfica dos processos, cada vez mais fragmentados, de fabricação”. Essa dinâmica é processada a partir da geoestratégia dos espaços econômicos, ou seja, estratégias globais de produção aplicadas em diversas partes do mundo. A geoestratégia dos espaços econômicos é, por definição, “o conjunto de estratégias aplicadas às conformações transterritoriais; nelas se articulando a importância do lugar, o local da ação, a manifestação de poder e as formas de gestão” (Vieira e Vieira, 2003). Nesse sentido, o fenômeno econômico passa a ser transnacional, regional, de alianças estratégicas em blocos, uniões ou associações.

O comércio no Cone Sul, no conjunto a região platina mais o Chile, se intensificou com o MERCOSUL e, também, por ser uma região global promissora de consumo. As unidades estratégicas de produção para diversos insumos, as montadoras automotivas e os bens primários com alguma agregação de valor passaram a transitar pelas vias favoráveis de benefícios fiscais, o que, de certo modo, fortaleceu a economia da região. O porto do Rio Grande (RS) e o porto de Valparaíso (Chile) se tornaram vias bioceânicas para os mercados globais a partir de empresas globais. Esses mesmos portos são portas de entrada de componentes para montagens e distribuição de produtos na região. Os portos de Buenos Aires e Montevidéu complementam o tráfego global de mercadorias dos lugares globais na região.

A região transterritorial do Cone Sul mantém atividade econômica com o próprio bloco, MERCOSUL, como também com a Comunidade Andina, o NAFTA, a UE e a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico); nessa última aliança estratégica entram o Chile e o Peru. Contudo o maior volume de trocas se dá por meio da exportação de matérias-primas, com pouco ou sem valor agregado. Conhecimento, informação, ciência e tecnologia são carências que dificultam uma inserção mais adequada e forte da região e da América do Sul no processo global da economia.

Nas regiões transterritoriais, os fluxos cruzados de cada unidade de produção, independente da base física – lugar global –, se desterritorializam e passam a fazer parte do sistema de redes globais de complementação de componentes, montagens, insumos, matéria-prima e tecnologia. Para Vieira e Vieira (2007, p.15), “a ordem econômica transterritorial se realiza em configurações territoriais logísticas, produzindo cenários geoestratégicos nos quais se articulam a importância do lugar, o regionalismo, o local da ação e as manifestações de poder”. Assim, a regionalização, independente da escala, torna-se um reordenamento dos territórios, uma transterritorialidade



onde se processam os componentes da produção industrial e desencadeiam os fluxos cruzados em lugares globais de diversos continentes. Um exemplo de regionalismo transnacional são os fluxos cruzados automotivos entre Brasil e Argentina, utilizando no sistema de cabotagem oceânica os portos de Buenos Aires e Rio Grande (RS), notadamente. Esses produtos de montagem automotiva, assim como em outras áreas de produção, ganham certificação nacional no sistema de trocas, porém caracterizam, e bem, uma conformação transterritorial de produção.

Um fato relevante é que a produção mais sofisticada tecnologicamente na América do Sul representa apenas, na visão global, uma conformação transterritorial – lugar global – como sede produtiva ou de montagem. O centro de comando, as patentes, o conhecimento, a informação e a alta tecnologia estão distantes, localizados nos centros avançados da economia global. Há uma fragilidade nas estruturas econômicas nacionais sul-americanas favoráveis a grandes inundações de produtos oriundos de polos globais em coordenadas muitas vezes opostas; favoráveis, também, a investimentos vultosos em infraestrutura, o que, naturalmente, cria um ambiente de desterritorialização na operacionalidade, no comando e nas ações estratégicas dos investimentos.

Particularmente, o polo chinês de desenvolvimento aumentou consideravelmente suas importações de produtos primários em praticamente todos os países sul-americanos; mas, sobretudo, foram os países sul-americanos que elevaram suas importações da China em mais de 700% (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Ministério do Comércio da China). Os investimentos em infraestrutura atestam, contudo, mais significativamente, a fragilidade das economias sul-americanas. No Brasil, serão grandes investimentos nos próximos anos (da ordem de mais de 12 bilhões de dólares) em infraestrutura básica, como telecomunicações, mineração, siderurgia, indústria farmacêutica e eletroeletrônica. No Uruguai, os investimentos já se concretizaram na indústria automotiva. Na América andina, os investimentos também se dirigem à infraestrutura, pescado e oleodutos (Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul). Há ainda um fato relevante a pôr em risco o patrimônio estratégico nacional dos Estados-nação da América do Sul. É a compra de grandes extensões de terras agriculturáveis por países e investidores privados para efeito de produção de alimentos para atendimento de seus mercados internos (grandes contingentes populacionais e restritas fronteiras agrícolas). Nesse caso, o Brasil, por suas amplas fronteiras agrícolas, particularmente no centro-oeste, sofreria, com a desterritorialização da propriedade e da produção, com impactos de vulto em sua soberania.

A gestão compartilhada de um possível bloco econômico sul-americano, guardadas as proporções e diferenças, tendo como referência a União Européia, seria uma maneira de se promover o desenvolvimento interno e regional sem a interferência demasiada da banca global. Essa possibilidade pode se concretizar à medida que os acordos estratégicos forem contemplando não só a troca de produtos, mas, notadamente, o desenvolvimento da ciência e tecnologia, a partir de um novo modelo de formação educacional e profissional. Um bloco econômico sul-americano fortalecido pelos paradigmas da mudança e inovação teria um poder maior no jogo das vantagens competitivas globais.

## Conclusão

A análise, neste ensaio, do paradigma tempo-espaço, da geoestratégia dos espaços econômicos, das especialidades estratégicas nacionais e das grandes corporações multinacionais procurou

estabelecer uma base teórica para o conceito de tempo-rítmico de desenvolvimento referenciado à América do Sul. Estabeleceu-se, no procedimento analítico, uma interdisciplinaridade necessária para se obter uma visão mais ampla e instrumental do paradigma tempo-espço nas realidades histórico-estruturais do continente sul-americano.

Sob esse ângulo metodológico foi possível atender às inter-relações entre a forma de colonialidade inicial, o contexto demográfico cultural nativo, a utilização e fragmentações do espaço, as imigrações de sentido colonizador e as estratégias econômicas globais. O longo tempo histórico de estruturas conservadoras, sem inflexões capazes de redirecionar o desenvolvimento a partir de processos de mudança e inovação, retardou o tempo-rítmico de desenvolvimento da América do Sul.

Na atualidade, os amplos espaços de fluxos, que dos lugares globais se transmitem, em redes, para todo o mundo, são territorializações e desterritorializações que se impõem no cenário de produção da economia globalizada. A compressão do tempo-espço, ao se concretizar no domínio da economia informacional, por meio das avançadas e sempre renovadas tecnologias, torna-se um produto nobre dos novos cenários geoeconômicos. A disputa de mercados nacionais e, particularmente, os megamercados regionais interconectados às redes globais de produção, circulação e consumo, utilizando-se dos atributos logísticos dos lugares globais, configuram a espacialidade da geoestratégia dos espaços econômicos. A contribuição teórica que possa ser identificada neste estudo precisa ser aprofundada em novas formulações analíticas. A geoestratégia dos espaços econômicos e o paradigma tempo-espço constituem áreas em aberto para novas investidas teóricas.

O estudo visou, por outro lado, a identificar algumas variáveis do processo de desenvolvimento da América do Sul e o posicionamento geoestratégico atual na ordem econômica global. Foi estabelecida a conceituação de tempo-rítmico de desenvolvimento como o movimento das atividades econômicas, sociais e culturais formadoras, em escalas diferenciadas, do impulso pela evolução das sociedades sul-americanas. A dinâmica dos tempos-rítmicos de desenvolvimento em cada nacionalidade depende do esforço pela mudança, da intensidade das inovações e das conformações cognitivas capazes de vencer a estagnação, a subordinação e o conformismo.

O estudo tratou, ainda, de aspectos relevantes da região da bacia do rio da Prata, particularmente na dimensão Cone Sul. Essa região, por particularidades abordadas no estudo, teve um tempo-rítmico de desenvolvimento mais acelerado que a conformação andina e uma inserção mais forte na economia global. Ainda assim, é clara a insuficiência de fatores paradigmáticos, tão fundamentais num mundo regido pela alta tecnologia, pelo conhecimento e pela informação.

No mundo global, as oportunidades “podem ser vistas como um conjunto de estratégias para realizar a hegemonia de macroempresas industriais e corporações financeiras”, conforme Canclini (2005, p.31). No novo modelo de produção em redes conectadas em vários lugares globais, e ainda segundo o mesmo autor, será necessário negociar as diversidades. Dongui e outros (2002, p.399) destacam que, quando as oportunidades de trocas mais eficazes e qualitativas se abriam com a nova ordem econômica mundial, ao contrário de alguns países asiáticos, os sul-americanos se mostraram vacilantes e lentos em se adaptar aos novos modelos geoestratégicos globais. As diferenças negociadas, mesmo na região do Cone Sul, não tinham o necessário valor agregado aos produtos primários, nem bens intangíveis de alto valor de troca (conhecimento e tecnologia) capazes de garantir uma entrada competitiva nos territórios econômicos abertos.



A ordem transterritorial, no tempo-espaço global, traz para o lugar sede da atividade econômica ação e poder a partir dos fluxos decisórios dos centros de comando. Essa ordem se ancora na queda das barreiras espaciais, na livre operacionalização dos lugares globais, na liberdade de movimentação dos capitais e nos fluxos cruzados de produção. Cria-se, portanto, uma interatividade sistêmica nos diversos ambientes geoestratégicos globais, por onde circulam, em enlances interativos, os interesses econômicos, as manifestações de poder, a gestão do território e o multiculturalismo. Nos cenários dos espaços globais se estabelecem, conforme Giddens (1989, p.12), as novas conexões lógicas entre ação e poder. Como ação e poder se manifestam em áreas transnacionais onde a desterritorialização de ativos nacionais foi mais forte, o Estado nacional se enfraquece diante de uma ordem econômica sem fronteiras. O âmbito econômico platino e o Chile, por terem economias mais fortes e industrializadas, foram objetos de interesses globais nos processos internos de privatização de unidades estratégicas de produção e infraestrutura.

A grande aspiração na região passou a ser a atração de investimentos externos, ou seja, estimular por necessidades fiscais o crescimento econômico baseado na implantação de unidades globais externas. Essa visão equivocada retirou do cenário nacional os planos nacionais de desenvolvimento capazes de gerar centros de alta tecnologia e de novos conhecimentos, suficientes à criação de ambientes de negócios internos qualitativamente fortes ao estabelecimento de vantagens competitivas entre as diferenças no mercado global. Assim, o que deveria ser complementação na atividade econômica global passou a ser o principal, ou seja, a instalação de unidades de produção e montagem globais transterritoriais, o que significou perda de comandos internos e fragilidade nacional frente às crises externas e, principalmente, aos problemas crônicos no campo do desenvolvimento social.

A economia global se converteu num mosaico de regiões econômicas que se dimensionam em várias jurisdições políticas. Como afirma Vieira (2001, 136), “essa tendência conduzirá cada vez mais a novas formas de colaboração entre nações, estados e cidades. Essas considerações remetem ao que atualmente começa a ganhar forma entre o Estado do Rio Grande do Sul e as cidades de Córdoba, Rosário e a Grande Buenos Aires”. O autor acrescenta: “o Cone Sul representa um macromercado com amplas possibilidades de desenvolvimento industrial, um sistema intermodal de transporte interconectado a saídas bioceânicas e uma capacidade potencial de consumo proporcional a 200 milhões de habitantes”. Passada uma década, as cadeias produtivas da região platina e Cone Sul se interconectaram tendo como pontos modais os portos citados (Rio Grande e Valparaíso) e o sistema modal rodoviário. O complexo portuário e retroportuário do Rio Grande (RS) mudou sua condição estratégica e logística (regional/nacional), passando a uma condição geoestratégica global. Falta, ainda, a interconexão do modal ferroviário para que a integração da região possa ganhar mais competitividade e desenvolvimento compartilhado.

A geoestratégia do macromercado regional da região platina, tomando o Rio Grande do Sul como referencial geográfico, tem as seguintes bases logísticas e de regionalismo contíguo: 1) ampla zona de fronteira com a Argentina e o Uruguai, fronteira com o Paraguai, a Bolívia e proximidade com o Chile; 2) Porto do Rio Grande como uma das saídas bioceânicas (atlântica) para os produtos da macrorregião do Cone Sul; 3) espaços de fluxo de produção, montagem e distribuição de bens de consumo entre os países que integram o MERCOSUL; 4) redes estratégicas multidirecionais para a interconexão de fluxos; 5) zona retroportuária (Rio Grande) para empresas de produção industrial e apoio portuário; 6) identidade cultural. Com esses pressupostos, a

tendência é para a ampliação dos espaços econômicos globais na região platina, evolução do processo de transterritorialidade, gestão compartilhada e fortalecimento do bloco regional. A mesma geoestratégia pode evoluir para a região andina, em conformações espaciais específicas e, após, a integração continental. A partir desse marco de desenvolvimento, a América do Sul, integrada em suas próprias diferenças, se conectaria, em alianças estratégicas, com outras macrorregiões. Nesse espectro mais amplo, as diferenças são maiores, porém carregadas de simbolismos e valores que as tornam complementares entre si na competição global.

#### Bibliografia referenciada

ALTAMIRANO, C. A. **América Latina no espelho argentino**. In: Oito visões da América Latina. NOVAIS Adauto (Org.), p. 169. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

ARRIGUI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: UNESP, 1996.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. **La globalización: consecuencias humanas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1999.

BOISIER, S. **¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización?** Santiago: Revista da Cepal, 86, p.47-62, 2005.

\_\_\_\_\_. **Modernidad y territorio**. Santiago de Chile: Cuadernos del ILPES, n.42, 1996.

BOXER, C. R. **A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOUDEVILLE, J. R. **Los espacios económicos**. Buenos Aires: Eudebra, 1961.

CANABRAVA, A. P. **O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada, 1984.

CANCLINI, N. G. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 2008.

\_\_\_\_\_. **La globalización imaginada**. Buenos Aires: Paidós, 2005.



CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v.1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHER, A. **Geomercados y políticas transregionales**. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 6, 1997, Anais, Buenos Aires: Editora Universidad de Buenos Aires, 1997.

DE BEM, J. S. **Estado & economia na América Latina**: a construção do pensamento neo-estruturalista cepalino. Passo Fundo (RS): Clio Livros, 2003.

DONGHI, T. H. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

DONGUI, T. H et al.. **História económica de América Latina**: desde la independencia a nuestros dias. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3a edição, 8a impressão, São Paulo: Editora Globo, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GARRETÓN, M. A.; Cavarozzi, M.; Cleaves, P. S.; Gereffi, G.; Hartlyn, J. **América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

GIDDENS, A. **A construção da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GRAGEA, A. M. C. **Integración regional y desarrollo em los países andinos**. Quito: Universidad Andina Simon Bolívar – Corporación Editora Nacional, 2005.

GHEMAWAT, P. **Redefinindo estratégias globais**: cruzando fronteiras em um mundo de diferenças que ainda importam. Porto Alegre: Bookman, 2008.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. 2a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IGLESIAS, E. V. **El papel del Estado y los paradigmas económicos en América Latina**. Santiago: Revista de la Cepal, 90, p.7-15, 2006.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

KARNAL, L.; PURDY, S.; FERNANDES, L. E.; MORAIS, M. V. de. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

KUCZYNSKI, P. P.; WILLIAMSON, J. **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: 2004.

LAS CASAS, Frei B. **O paraíso perdido: a sangrenta história da conquista da América**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

LEBRUN, G. **O que é poder**. São Paulo. Brasiliense, 1999.

LESSER, R. **Los orígenes de la Argentina: historias del Reino del Rio de la Plata**. Buenos Aires, 2003.

MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS. **Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1748)**. Rio de Janeiro: Biblioteca nacional, 1970.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Madri: antecedentes-Colônia do Sacramento (1669-1749)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NOVAIS, A. (Org.) **Oito visões da América Latina**. São Paulo: SENAC, 2006.

OHMAE, K. **O Fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

PEÑAHERRERA, S. G. **El grupo andino: eslabón hacia la integración de sudamérica**. Quito: Universidad Andina Simon Bolívar - Corporación Editora Nacional, 2007.

PERROUX, F. **Note sur la notion de pole de croissance: économie applique**. Paris: Puf, 1955.

PORTER, M. **Estratégia competitiva**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1993.

PRADO Jr. C. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.



RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ROJAS, C. A. A. **América Latina**: história e presente. Campinas (SP): Papirus Editora, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARLO, B. **Escenas de la vida posmoderna**. Buenos Aires: Seix Barral, 2006.

SASSEN, S. **Território e territorialidade na economia global**. In: BARROSO, J. R. (Coord.) **Globalização e identidade nacional**. São Paulo. Atlas, 1999.

SENARCLEANS, P. de. **La mondialisation**: theories, enjeux et débats. Paris: Armand Colin, 2005.

SILVA, B. **Lugares e regiões em um contexto de dinâmica global**, In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 6, 1997, Anais, Separata, p.1-11. Buenos Aires: Editora da Universidade de Buenos Aires, 1997.

SILVEIRA, M. L. **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, M. A. de. **Razão global; razão local; razão clandestina; razão migrante**. Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre: no 20, p.65-67, 1995.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade**. Rio de Janeiro. Vozes, 1999.

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul**: espacialidade/temporalidade na organização econômica rio-grandense. Porto Alegre: Sagra – D C Luzzatto Editores, 1993.

VIEIRA, M. M. F.; VIEIRA, E. F. **Geoestratégia Global**: economia, poder e gestão de territórios. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

VIEIRA, E. F.; VIEIRA, M. M. F. **A Dialética da pós-Modernidade**: a sociedade em transformação. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Nova modernidade: transterritorialidade e poder global**. Porto Alegre: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano 86, no 141, p.20-36, 2007.

\_\_\_\_\_. **Espaços econômicos**: geoestratégia, poder e gestão do território. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2003.

VIEIRA, M. M. F. **Poder, objetivos e instituições como determinantes da definição de qualidade em organizações brasileiras e escocesas**. Revista de Administração Contemporânea, v.1, n.1, 1997.

VIEIRA, E. F. Geoestratégia de los espacios económicos: el lugar-global, el lugar-local y la gestión del territorio em el sitio portuário-retroportuario de Rio Grande. Tesis de doctorado em Geografia, Universidad del Salvador, Facultad de filosofía, história y letras. Buenos Aires: 2001.

VELHINHO, M. **Capitania d'El Rei**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Madri: antecedentes – Colônia do Sacramento**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954.

WALSH, C.; Mignolo, D. et al. **Pensamiento crítico y matriz (de) colonial**: reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simon Bolívar Quito: ABYA YALA, 2005.



# **Discursos e Conferências**

---

# Posse no Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul

Fausto José Leitão Domingues<sup>1</sup>

Senhoras e Senhores:

Este momento, ao mesmo tempo, surpreende e comove. Voltado, nos últimos tempos, para o estudo da vida e da obra de João Simões Lopes Neto e para a literatura rio-grandense de feição regionalista, não imaginei e nem esperei participar deste que é o mais importante cenáculo dos estudos históricos e geográficos no Rio Grande do Sul. Não desconheço e não desconhecem as senhoras e os senhores que, no conjunto da obra do escritor pelotense, são expressivas as contribuições de caráter histórico, tanto quando se debruça, especificamente, sobre o passado da sua terra natal e do seu Estado, como quando, no âmbito dos seus contos e lendas, insere circunstâncias, episódios e personagens de indiscutível historicidade. De qualquer forma, tal aspecto não constitui o motivo determinante da sua consagração póstuma. Sabemos todos que a circunstância decisiva a projetar seu nome para a glória da posteridade foi seu momento regionalista, aquele da sua inconfundível e insuperável ficção literária. Portanto, minhas inquietações e pesquisas em torno do nosso mais representativo escritor, ou mesmo a iniciativa e a coordenação que exerci na publicação de um dos seus livros em espanhol, não poderiam determinar a razão para esta honrosa escolha. Andei, é verdade, em passado próximo, colaborando com um escritor uruguaio, descendente de Aparício Saravia, que se propôs divulgar a bibliografia e a medalhística concernente àquele caudilho nacionalista. Acedendo ao convite, coube-me efetuar o inventário bibliográfico, relativo à participação daquele irmão de Gumerindo Saraiva na Revolução Federalista e naquele inter-relacionamento político estabelecido entre facções dos dois países durante o ciclo revolucionário que se estendeu de 1893 até a morte do herói uruguaio ocorrida em 1904. Foi um simples subsídio a uma obra de maior porte que se encontra praticamente esgotada. Também não outorgariam peso para legitimar esta distinção algumas outras tímidas, modestas e ocasionais intromissões no campo da história. Há algo, contudo, que embora não justifique honrarias, tem me ocupado com pertinaz e obstinada insistência, tornando-se companhia inseparável e inerente ao meu espírito: o amor aos livros. Com um acervo de obras raras, centrado, fundamentalmente, em assuntos do Rio Grande do Sul, tornei-me, mais do que um bibliófilo, um verdadeiro colecionador. Para ser mais exato e não fugir à sinceridade que me é peculiar, devo confidenciar que, desde a infância, coleciono livros, ávido de leitura e conhecimento. Atualmente, devido ao vulto assumido e em virtude da exiguidade de espaço, minha biblioteca, prestes a expulsar-me de casa, concede-me um acanhado recanto para pernoitar e residir.

Senhoras e Senhores:

Não posso esquecer, e comovidamente reconheço e admito, até por tratar-se de sentimento puro e recíproco, que, neste reduto de abalizados conhecedores da nossa historiografia, tenho amigos e a amizade é capaz de produzir efeitos sem causa determinante ou aparente. São os velhos motivos do coração a quem não se deve questionar ou buscar explicações. Só assim consigo entender a bondade do gesto. Ao agradecer, também com o coração a descoberto, esperando jamais

---

<sup>1</sup>Membro efetivo do IHGRGS. Discurso proferido em 05 de agosto de 2011.



desapontá-los, permitam-me, como já fizeram outros, utilizar o Livro dos Salmos para almejar **que não falte óleo para nossas lâmpadas, nem luz para nossos caminhos!**

Foram muitos os impulsos e instigações para definir o assunto a ser tratado nesta ocasião. O Instituto Histórico e Geográfico, pela riqueza e diversidade de sua atuação, oferece ensino aos mais variados estudos. Suas origens, sua trajetória, suas finalidades, os nomes que, através dos tempos, ilustraram sua galeria de sócios, as inúmeras questões que aqui foram debatidas, despertam e suscitam temática ampla para exame e discussão. Entendi que, analisando, ainda que brevemente, a vida e a obra de um dos insígnies associados desta casa, estaria homenageando a todos os sócios atuais e a todos aqueles que por aqui passaram, deixando um rastro de sabedoria e de ensinamentos. Por tudo que construiu, em sua passagem luminosa pela existência e pelos exemplos de generosidade que assinalaram sua vida, o nome escolhido é o do escritor MANOELITO DE ORNELLAS a quem, nesta simples biobibliografia, denominei de

### UM CAMPEADOR DE ESTRELAS

Em 1928, MANOELITO GUGLIELMI DE ORNELLAS, com 25 anos de idade, confiante e esperançoso, já havia deixado a sua Itaqui, às margens do rio Uruguai, onde nasceu. Lugar que, muitos anos depois, designaria como **terra xucra**, expressão que, em sua sonoridade, ao expor sentimentos de apego, de afago e de saudade, sugeria todo um universo de evocações. Pois, ao partir, deixara, ao longo dos caminhos, a poeira doirada de muitos sonhos juvenis. Homem das coxilhas, cavalheiresco e romântico, trazia na alma, fundamente enraizada, a boa cepa crioula que só a vida interiorana sabe transmitir. São estigmas de que não se pode fugir e que não se apagam com o tempo. Assim também acontece com os registros indelévels das primeiras impressões. A **terra xucra**, como a boeira dos tropeiros, força telúrica imarcescível, iria acompanhá-lo na peregrinação da vida e pela existência afora. Arrebanhada no rodeio da infância, foi a estrela da alvorada, a estrela-guia, eclosão de lembranças, a direcionar-lhe os passos e a iluminar-lhe as sendas.

Mas aquele ano de 1928, festivo e emblemático, seria o da sua estréia literária: um pequeno livro de ternos poemas, com o sugestivo título de **Rodeio de Estrellas**. Levado pelas mãos presentes de Raul Bopp, foi editado em São Paulo. E o editor, para prefaciá-lo, elegeu nada menos do que Plínio Salgado, já respeitado nome das letras, de quem outro grande literato brasileiro, Augusto Frederico Schmidt, afirmou ter “... *uma vocação irresistível de profeta e de homem público*”. Profeta ou não, a verdade é que não se equivocou ao vaticinar, naquele preâmbulo ao livro inicial de MANOELITO, que “... *suas poesias, antes de tudo, revelavam um poeta com todas as qualidades para vencer e popularizar-se*”. Obra de iniciante, revolucionária porque concebida sob o influxo das idéias modernistas que, no nosso país, embalavam e seduziam as mentes dos novos escritores, não era um monumento literário nem iria perpetuar-se através dos tempos. Porém, exibía um primeiro indício da sua aptidão poética, filha legítima do seu incomparável lirismo. Previra bem o futuro mentor do integralismo no Brasil. Na cintilante constelação, em que se converteria o conjunto de sua obra, toda ela impregnada de poesia, esta foi a estrela reveladora e, mesmo que tímida e fugaz, constituir-se-ia em autêntico grito de reponte para um grande rodeio. Viria logo depois, fruto de mais amadurecida e refinada sensibilidade, outro livro de poesias. E, como a prenunciar tempo bom no firmamento, “*quando o sol brinca de se molhar na chuva*”, trouxe o título de “*Arco-íris*”.

Na chamada região serrana, chantada sobre a Coxilha Grande, entre matos e campos, estava a então pequena e bucólica Tupanciretã, a “Terra da Mãe de Deus”, que, segundo Souza Docca, outro luminar deste Instituto, “*era uma espécie de oásis no majestoso deserto verde de nosso planalto...*”. O pequeno e simpático burgo, cuja conformação obedecia ao traçado primitivo, elaborado pelo fundador João Antonio da Silveira, contava com uns 800 prédios. Foi ali que, antes de residir em Porto Alegre, chegou o jovem MANOELITO. Ali viveu, de acordo com seu próprio depoimento, com algum **mormaço** interior. Afável e humano, logo fez amizades, casou, oficiou em pequenos jornais, conheceu o Raul Bopp das serenatas, Érico Veríssimo na vizinha Cruz Alta, João Belém em Santa Maria, mas o espírito, embevecido de entusiasmo, sempre demandou horizontes mais largos. Antes, porém, o necessário preito de gratidão e de bem-querer. Aliou-se à campanha pela emancipação do município, laborou pelo seu progresso e entregou-se à divulgação da sua história, resultando aquele **Tupan-cy-retan**, rico em informações, grafado à antiga, que Eduardo Duarte, secretário perpétuo deste Instituto, considerou modelo de monografia municipal, rendendo ao autor o seu ingresso neste sodalício. Era a obra inaugural do seu currículo historiográfico. Ao versar sobre assuntos históricos, era orientado pela lição de Leão XIII: “a primeira lei da história consiste em não dizer cousa falsa; a segunda, em ter a coragem de dizer a verdade inteira!”

Em Porto Alegre, junto ao estuário, foi jornalista, pertencendo, inicialmente, aos quadros do “Jornal da Manhã” e de “A Federação”, de quem foi redator-chefe. Mais adiante, fez parte do “Correio do Povo”, tornando-se famosa sua coluna intitulada “Prosa das Terças”. A leitura incessante, o exercício do jornalismo e a refrega de opiniões que a imprensa propicia despertaram-lhe a energia intelectual e o necessário equilíbrio mental para enfrentar as ásperas veredas da crítica literária e dos ensaios biográficos. Fugindo dos formalismos estéticos, mergulhou nestes caminhos sem prevenções, preconceitos ou demasias. Trazia consigo, apenas, o cunho da sua autenticidade interior, em que abundavam humanismo e generosidade. Não poderia ser mais apropriado o título do seu livro de crítica: **Vozes de Ariel**. Bem ao contrário do materialismo transitório de Caliban, que angustia, fragiliza e refreia, Ariel é a força espiritual positiva que eterniza, liberta e voa. Estrela cristalina e cintilante que vagueia, certamente, na invernada do coração. Flexível sem perder a austeridade, condescendente mas responsável, MANOELITO soube acatar a individualidade, as peculiaridades e os sentimentos de cada um, não lhes rotulando segundo sua vontade ou para seu exclusivo prazer pessoal. Não foi sem razão que o eminente Carlos Drumond de Andrade, a respeito deste livro, escreveu: “*Vozes de Ariel constitui um belo livro em que a amizade dá as mãos à crítica e uma não corrompe a outra, antes se completam harmoniosamente*”. Não se imagine, entretanto, que, na análise literária ou na nobre arte de Plutarco, o mestre itaquienense oferecesse sempre a bênção da conformidade ou o elogio que adula. Não. A honestidade no julgamento consiste, fundamentalmente, em mostrar o equívoco, apontando o rumo certo e o sentido adequado. Sobre o já então renomado escritor Erico Veríssimo, seu amigo e por quem jamais ocultou uma profunda simpatia, não deixou por menos, ao registrar que “*... trouxe inicialmente para a literatura alguns bonecos inteligentes e indiscretos e, só depois, a figura humana, integral, viva e palpitante...*”. Direto, humano e elegante, assim também procedeu ao investigar a vida de algumas célebres figuras do passado rio-grandense. São conhecidos e sobejamente louvados os seus judiciosos estudos sobre João Simões Lopes Neto, a quem alcunhou de *rapsodo bárbaro* e sobre Gaspar Silveira Martins, insigne político e tribuno gaúcho. Ao lado de Augusto Meyer e de Carlos Reverbel, com redobrado entusiasmo, esteve na linha de frente dos que pugnaram pela ressurreição literária do regionalista nascido às margens do Arroio Pelotas.



Já respeitado nos meios culturais da capital, não demorou a ser levado, por insistência de diversos intelectuais, ao cargo de diretor da Biblioteca Pública do Estado e à presidência da Associação Rio-Grandense de Imprensa. Naquela sucedeu a Augusto Meyer e nesta ao já citado Erico Veríssimo.

O amor à terra foi constante estímulo na vida de MANOELITO DE ORNELLAS, idéia e compulsão íntimas a impelir os sentidos. Em meio ao bulício das redações dos jornais, dos inúmeros compromissos públicos e da própria ebulição das atividades sociais e culturais, não lhe faltaram impulso e tempo para o culto reverente das tradições. Sentimento natural que surgia sem esforços ou alquimias, puro como o cantar do pássaro da manhã, cristalino como a água da sanga, espontâneo como o abrir das asas da garça campeira. Mal acordara para os grandes vôos literários e a estrela luminosa e caminhante estava ao seu lado. Eram o atavismo da raça e o sangue ancestral a correrem livres nas artérias como potros em disparada irrefreável. No Instituto de Educação de Porto Alegre, em 1940, movido por tal ardor, pronunciou conferência que marcaria época. Sob o título de **Tradições e Símbolos**, lançava um grito de alerta para o descaso com os valores do nosso passado. Comparava-nos com o Uruguai. Salientava, arrebataadamente, que “...lá até o culto pela árvore crioula é um rito que se cumpre há meio século... . Nas grandes vitrinas das grandes casas de livros, os livros que sobressaem são os livros uruguaios, revestidos do couro dos gados uruguaios ... . Aqui esquecemos as lendas, apagamos os livros que falaram dos nossos primeiros anseios espirituais, relegamos os nomes que fizeram e embelezaram um dos mais ricos patrimônios da inteligência brasileira... . Nesta mesma palestra, lembra que, em 1916, o Uruguai, pela pena magistral de José Enrique Rodó, ao examinar a situação americana, em face das correntes humanas adventícias, já advertira que assistíamos ao “*naufrágio das tradições*”. É verdade que o desvelo e a admiração pela pátria uruguaia tinham suas razões. Sua genitora, Ana Guglielmi de Ornellas, nascera na cidade de Salto e obtivera educação colegial em Montevideú. Foi ela quem lhe ensinou a ler em espanhol nas páginas do “*Tabaré*”, de José Zorrilla de San Martín que MANOELITO, alguns anos mais tarde, traduziria para o português. Em muitas outras ocasiões e circunstâncias, nosso homenageado revelou sua preocupação com o desleixo pela memória cultural, devendo ser considerado um dos precursores daquele movimento tradicionalista que, nos últimos anos da década de quarenta, convulsionou mentes e consciências na nossa terra. Com seu ardor, acordava o entusiasmo de uma geração de jovens que, provindos do interior do Rio Grande, ansiavam pela revivescência de uma cultura autóctone.

Ocupava o cargo de Diretor da Imprensa Oficial quando, por designação pessoal do Presidente Getúlio Vargas, assumiu a direção da Imprensa e Propaganda em nosso Estado, notabilizando-se, apesar das ingerências naturais da época, por pugnar pela liberdade de opinião e de pensamento. No Arquivo Público do Estado, que também dirigiu e onde se aposentou, sua atuação foi profícua, modernizando os serviços, dotando-lhes de tecnologia mais avançada que permitia o exame, a cópia e a recuperação de velhos documentos.

Em 1945, incursiona pelos labirintos, tão sinuosos quanto arriscados, da ficção. Influenciado, certamente, pela leitura de Zorrilla de San Martín, elege a temática indianista para a sua novela histórica. Sepé Tiaraju, índio guerreiro e legendário, que se opôs ao cumprimento das disposições estabelecidas pelo Tratado de Madri, firmado entre Portugal e Espanha, em 1750, é, na obra do gaúcho, o Tabaré heróico e ficcional do grande poeta urguiaio. Sobre Sepé criou-se, no Rio Grande, fruto do fabulário e da crença popular, uma verdadeira aura de santidade. Não penetrarei nas profundezas da gesta missioneira e da guerra guaranítica pela limitação de tempo que me impõe esta ocasião e também pelo acatamento que merecem os renomados escritores aqui

presentes e que as conhecem profundamente. Não deixarei de mencionar, entretanto, a favorável impressão que o **Tiaraju**, de MANOELITO DE ORNELLAS, causou, à época da sua publicação, entre leitores e críticos, embora não sendo, em minha modesta opinião, obra para permanecer no tempo nem sua principal contribuição às letras do Rio Grande do Sul. Assim como o romântico “Tabaré” de Zorrilla de San Martin não poderá ser comparado à sua magistral “Epopéya de Artigas”. Concebida com a simplicidade própria de quem conhece o assunto versado, nesta história romanceada, MANOELITO como que derrama aquela sua ternura inconfundível, com um entusiasmo quase infantil. Apesar da complexidade do tema, é obra que se lê com gosto e facilidade. Acima de tudo, pela clareza e lirismo empregados, pela honestidade do seu conteúdo e pelo seu recomendável aspecto didático.

Enquanto a Europa incendiava, sob o fragor da Segunda Guerra, no Brasil a conclamação para participar do conflito como que reacendia o sentimento de devoção à pátria e de exaltação aos valores nacionais. Impregnado de um patriotismo singular, MANOELITO profere duas elogiadas conferências. Na primeira, em 1943, em Uruguaiana, com o título de **O Brasil nos Destinos da América**, proclama o esforço brasileiro para a defesa de todo o continente. Na segunda, intitulada Caminhos **Originais do Brasil**, depois de examinar as concepções filosóficas de liberdade, defende, para o nosso país, orientada pelo espírito brasileiro, uma democracia social própria e avançada.

Ainda naquela década, fruto de prolongados estudos, chegaria ao público a mais festejada obra do escritor. Entre tantos astros brilhantes que, ao longo dos anos, foram despontando no seu firmamento histórico-literário, em 1948, seria exposto, nas vitrinas das grandes casas do ramo, o livro **Gaúchos e Beduínos**, impresso pela José Olympio Editora, prestigiada casa impressora do Rio de Janeiro e de São Paulo e inserido na sua preciosa “Coleção Documentos Brasileiros”. A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul, como o subtítulo indica, ali merecem abordagem austera e percuciente. O escritor transpõe em plena maturidade e o ensaísta cede lugar ao pensador erudito. Prospectando sua pesquisa até os místicos, densos e tortuosos subterrâneos da civilização árabe, passando por sua penetração na península ibérica e, através dela, na América espanhola, até chegar nestas plagas, assinala a decisiva influência da herança mourisca na construção da sociedade e da própria biotipologia do gaúcho. Causando impacto entre os estudiosos, o livro alcançou notoriedade, havendo mesmo quem o considerasse “best-seller” naquele ano. Apesar da sua originalidade, constituindo-se em algo inovador no cenário das nossas letras históricas, a tese de MANOELITO, talvez por isso mesmo, merecesse séria refutação. Afinal, realizava incursão sobre os tumultuários meandros da formação social do Rio Grande, contrariando toda uma inflexível historiografia. Foi como mexer num vespeiro de ferozes ferrões. Entre os eminentes cultores da história do nosso passado, saltou em defesa da tese oposta, o historiador Moysés Vellinho. estampando, desde logo, os contrastes existentes entre o Rio Grande e o Prata e o legado luso-brasileiro no processo gerador dos alicerces da nossa edificação social. Os jornais, principalmente, o nosso velho e respeitável Correio do Povo, serviriam de arena para a polêmica salutar e altamente instrutiva. MANOELITO DE ORNELLAS, sem vaidades ou soberba, cultivando, em todos os momentos, a polidez nas palavras e a elegância nos argumentos, foi arrebatado defensor do seu posicionamento, não deixando escapar oportunidade para retornar ao assunto. Assim, sempre objetivando recheiar com recursos e idéias o substrato da tese, divulgaria ainda **A Filigrana Árabe nas Tradições Gaúchas** (em 1952), **A Gênese do Gaúcho Brasileiro** (em 1956) e **A Cruz e o Alfange** (1960).



Depois de ter exercido o magistério superior, na nossa capital e em Santa Catarina, entre tantas e tão fecundas realizações, iria levar sua contribuição ao país em que nascera sua mãe. Acredito mesmo que, para seu espírito vibrátil e generoso, para sua têmpera de lutador, aquele foi um momento de prazer e orgulho pessoal. Chegou a Montevideú na condição de Adido Cultural do Brasil junto ao vizinho país. No *Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño* prestou meritórios serviços, buscando a consecução da sua finalidade precípua que era e é a de promover o intercâmbio cultural entre nossos países. A conturbação social e política, em nosso país, nos idos de 1964, obistou a continuação do seu trabalho e abreviou sua permanência na capital uruguaia.

Aproximava-se o fim da jornada. Havia *parado* o rodeio geral da existência. Florão de tropa. Restava, entretanto, um retorno sentimental e obrigatório às origens, um *tourito* alçado e arisco que, nos campos muito dobrados, extravia-se por *repechos* e *canhadas*, escapando ao grito de rodeio. Campeador precatado, que viveu em toda a plenitude espiritual, soube, com jeito e cuidado, encetar o reencontro com remotas recordações, aquela estrela do anoitecer que surge e desaparece entre brumas e sombras, esfumada no tempo. Canhenhos à mão, memória ativada, iniciou sua emocionada aventura evocativa, em 1966, no livro **Máscaras e Murais da Minha Terra**. Com os olhos da alma, foi como ver de novo: a cidade criança, o rio amigo, o missioneiro Rincão da Cruz, a paisagem de sonho e de ilusão. Não convinha, entretanto, esgotar o encantamento. Depois da primeira espiada, quando a visão turvou, era necessário conter-se. Teria que ser aos poucos, *com alma forte e coração sereno*, como ensinara Blau Nunes, o vaqueano do “rapsodo bárbaro”. Lembram-se da **terra xucra**, a estrela da existência amanhecida, companheira do caminhante, a marcar, com ferro em brasa, toda uma vida? Pois, ao entreabrir a arca das lembranças, ela ali estava em toda a sua intensidade e deslumbramento. Por isso, em 1969, ao chegar nas livrarias, o primeiro livro de memórias de MANOELITO DE ORNELLAS trazia na capa, com as tintas vermelhas da hora crepuscular, o título de Terra Xucra. Feliz e realizado é o homem que, no final da passagem terrena – ele morreria naquele mesmo ano – permite-se, como ele, de sã consciência, registrar “... *se estabelecesse um balanço, talvez que pudesse dizer, aqui, sem a vacilação da dúvida, que a mais de quinhentas pessoas pude dar um caminho, um destino, a orientação que salva, que conduz, às vezes, a um nobre objetivo na vida. ... A alguns, o meu pão. A muitos, as sobras da minha bolsa que nunca foram sobras e sim pedaços do meu necessário; a vários, as minhas próprias vestes e, a uma legião de moços, a palavra que anima, que ensina, que auxilia a desbrutalizar o homem, que o chama ao mundo da eterna beleza, o convite, enfim, para a descoberta do que existe além da vil matéria; a disciplina do vôo aos espaços do espírito, nas asas de Ariel.*”

O segundo volume de suas memórias chamou-se **Mormaço**. E o terceiro, que não chegou a concluir, intitular-se-ia **Estuário**.

MANOELITO DE ORNELAS, filantropo e altruísta, foi uma figura estelar e luzidia que, espargindo bondade, transitou entre nós.

Afável e cordial, viandante lírico e generoso, fez sua última viagem nas asas bondosas de Ariel. E, conduzido à região das luzes, é mais um astro a cintilar. Na sua luminosidade, pronto ao acolhimento caloroso, de braços abertos, como aquela constelação em forma de cruz que, simbolizando a própria fé humana, inspira, orienta e guia.

Obrigado a todos.

# Documentação



# CARTAS DO GOVERNADOR JOSÉ MARCELINO DE FIGUEIREDO PARA O VICE-REI MARQUÊS DO LAVRADIO (1774)<sup>1</sup>

Rio Pardo, 01.01.1774

“Meu Senhor: chegou-me agora cinco cartas de V. Ex<sup>a</sup>, de 27 de novembro e seis e nove de dezembro passado, e desejo a V. Ex<sup>a</sup> boas entradas de ano novo, e que se persuada do contentamento, e bom anúncio que tenho com a vinda de tal socorro como V. Ex<sup>a</sup> promete, que acaba de chegar-me hoje esta notícia.

Por tudo beijo a V. Ex<sup>a</sup> a mão, e espero em Deus que V. Ex<sup>a</sup> tenha o gosto de ver restituído neste Continente o crédito das armas Portuguesas, e o espírito de fidelidade e conhecimento da obrigação que todos temos de sacrificar-nos pelo Rei e pela Pátria.

Se eu tivera tempo tomaria a confiança de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que quanto aos cavalos do seu Esquadrão, seria melhor deixá-los aí ficar, porque o custo que eles fazem no transporte queria eu que V. Ex<sup>a</sup> se servisse aplicá-lo em dinheiro para eu gastar no mais preciso, pela razão que os ditos cavalos não poderão aqui servir, e para jornadas não há comodidade de palhas, cevadas, e ferragens, e consequentemente agoarão, mas sempre aviso, e ordeno se recolham palhas de alguns trigos que ainda haja.

Também me chegou o plano da defesa para este Continente, datado a 8 de julho passado, e tudo está como cousa de V. Ex<sup>a</sup>, que incomparavelmente se tem dedicado a conhecer estes países, e por-lhe as defensas necessárias.

A coragem e brio de Gaspar José e Camilo Maria chegou ao mais que podia ser, que é sofrerem a saudade que V. Ex<sup>a</sup> merece a todos os que tem a honra de conhecê-lo e respeitá-lo, mas quanto aos Dragões me não fala V. Ex<sup>a</sup> na vinda de Oficiais Maiores, nem no Coronel, e está corpo sem cabeça.

Eu tenho avisado a V. Ex<sup>a</sup> do que tem ocorrido, e da Revolução e ameaço destas Fronteiras, pelo que tenho formado um Companhia de Caçadores de pé de Paulistas, para no mato defendem alguns passos, que é para que tem naturalidade.

Repito-me no serviço de V. Ex<sup>a</sup>, que Deus guarde muitos anos.”

Rio Pardo, 20.01.1774

“Meu Senhor: tenho dado conta a V. Ex<sup>a</sup> da campanha desta Fronteira e em a deixando prevenida, passo em seguida ver a do Rio Grande, porque talvez se encaminhe lá o General.

---

<sup>1</sup>Na seção de “Documentação”, estamos publicando trinta e três cartas redigidas pelo governador José Marcelino de Figueiredo e dirigidas ao seu superior hierárquico, o Vice-Rei Marquês do Lavradio, residente no Rio de Janeiro. O referido governador administrou a capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro entre 1769 e 1771, retornando ao poder em 1773 e permanecendo no cargo até 1780. Este epistolário faz parte do Códice 10854 da Divisão de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa. Neste número da Revista do IHGRGS, publicamos – em ortografia atualizada – a correspondência referente ao ano de 1774 (no nº 144 foram publicadas as cartas do ano de 1773). As missivas tratam principalmente de assuntos administrativos, políticos e militares, trazendo informações sobre diversos aspectos da sociedade setecentista sul-riograndense. (FK)

Com estes movimentos e com a chegada do socorro que julgo já em caminho da Ilha, me parecia muito conveniente que V. Ex<sup>a</sup> mandasse algumas embarcações à Barra ou Lagamar do Norte, porque além de nos trazerem alguma Artilharia de 18 e 24 para defesa da mesma Barra, e farinha e gêneros que necessito, e tenho avisado a V. Ex<sup>a</sup> ficava corrente aquela navegação, e se podia estipular ou fazer alguma concordata, ou melhor era tomarmos aquele terreno ulterior que nos pertence.

Dos Oficiais que tem havido comigo e com o General Espanhol, verá V. Ex<sup>a</sup> que se pode prosseguir qualquer diferente idéia que seja conveniente, e dos mesmo há de V. Ex<sup>a</sup> ver a pouca cautela com que se carteavam os meus antecessores e Comandantes com os Castelhanos.

Mandei seguir o Exército que vai passar o passo do meio de Camaquã, e se tivesse ordem havia carregá-lo naquela distância, de sorte que não pudesse sair, porém a matéria é delicada, e V. Ex<sup>a</sup> não se tem declarado muito comigo. Desejo que V. Ex<sup>a</sup> tenha sempre saúde e grandes felicidades e que se persuada que eu me interesso seriamente pela glória de V. Ex<sup>a</sup>, e pelo serviço do nosso Augustíssimo Soberano.

As guardas que tínhamos nos campos ulteriores destes rios já estão nos seus lugares, e bem se podia agora adiantar algumas, dividindo pelo Camaquã, e V. Ex<sup>a</sup> se servirá dizer-me o que devo obrar em tudo.

Também me parecia útil mandar V. Ex<sup>a</sup> sustar a vinda dos Auxiliares de SP, porque quando cheguem para o ano não são necessários, comem muito e arruinam as suas casas, e fazem uma considerável despesa a estas Provedorias a sua condução.

Os Auxiliares desta Fronteira mandei recolher às suas casas para fabricarem os trigos e o mais.

Formei com pressa duas Companhias de pardos e brancos Paulistas, a que dei o título de Caçadores, porque não perdem tiro, e creio intimidou esta notícia aos Castelhanos que a tiveram, e V. Ex<sup>a</sup> me dirá se quer a sua conservação, e eu avisarei mais exatamente a V. Ex<sup>a</sup>.

Repito a minha obediência aos pés de V. Ex<sup>a</sup> e rogo a Deus guarde a sua importante vida muitos anos."

Porto Alegre, 26.01.1774

"Com a acelerada marcha que o General de Buenos Aires segue com a sua coluna à Vila de São Pedro, sigo eu à Fronteira do Norte, a encontrar o Corpo do Comandamento do Coronel Sebastião Xavier, que me há de acompanhar, e já o suponho em caminho da Laguna, sem embargo de haver-lhe ordenado seguisse ao Rio Pardo, como avisei a V. Ex<sup>a</sup>.

As pequenas partidas que mandei de observação em seguimento do dito General tem tido alguns encontros com as suas guardas, e sempre com vantagem nossa, e perda deles, e creio teremos três mil cavalos que temos apanhado com pouco mais de trezentos.

Sirva-se V. Ex<sup>a</sup> mandar-me dizer se hei de remeter os prisioneiros para a Ilha, e dali para esta Capital, porque não tenho resolvido, nem o General me tem falado neles.

Do que mais ocorrer avisarei, pois fico de marcha havendo chegado aqui do Rio Pardo, e espero em Deus dar sempre a V. Ex<sup>a</sup> felizes notícias, e não tem sido mais convenientes porque me não posso afastar da defensiva que V. Ex<sup>a</sup> me tem ordenado na forma das Reais ordens.



Acabo de receber as cartas de V. Ex<sup>a</sup> de dois do corrente mês, em cuja inteligência fico, e de que ninguém tem socorrido e providenciado esta Capitania e Fronteiras com tanta presteza e atividade como V. Ex<sup>a</sup>, mas isto mesmo havia ser a fim para mostrar V. Ex<sup>a</sup> sempre a grandeza da sua alma, e o seu incomparável zelo do serviço do Nosso Augustíssimo Rei, e Senhor Soberano.

Repito-me no serviço de V. Ex<sup>a</sup>, e peço a Deus guarde a importante vida e saúde de V. Ex<sup>a</sup> para crédito de Portugal, honra de Lisboa, e gosto dos que temos a felicidade de servir debaixo das ordens e da proteção de V. Ex<sup>a</sup>.

P.S.: A Carta para o Espanhol mandei entregar, e respeito a lancha que trouxeram não se avaliou em mais de oito doblas, que receberam os oito desertores, e todos os que vierem tratarci como V. Ex<sup>a</sup> determina.”

Fronteira do Norte, 10.02.1774

“Meu Senhor: depois que escrevi a V.Ex<sup>a</sup> do Porto Alegre com a data de \_\_ do mês passado, me pus em marcha a encontrar o Coronel Comandante Geral com a tropa do primeiro socorro que ultimamente mandei seguir para esta Fronteira, e com eles falei e acompanhei um dia no Quintão e Charqueada, de donde me adiantei para prevenir o que aqui há para fazer, e aonde o espero até a primeira semana da Quaresma.

O dito Comandante Geral me entregou a carta de V.Ex<sup>a</sup> de 26 de Dezembro, e me comunicou tudo o mais que V.Ex<sup>a</sup> determina, e pode V.Ex<sup>a</sup> estar certo que todos desejamos cumprir exatissimamente as acertadas e respeitadíssimas ordens de V.Ex<sup>a</sup>, e como eu espero resposta a algumas cartas minhas, verá V.Ex<sup>a</sup> o que eu propunha e noticiava a V.Ex<sup>a</sup> para V.Ex<sup>a</sup> poder adiantar as suas idéias como for servido e lhe parecer mais conveniente, e a respeito das Lanchas que pedi, embarcações com farinha, e munições a este Lagamar.

O General Espanhol creio chegou à Vila aqui defronte no mesmo dia e hora em que eu cheguei a estes Fortes, pelas bandeiras de mar e terra, e pelos toques de Caixas que se ouviram, e já ao mesmo tempo havia ele chegado à Fronteira do Rio Pardo quando eu daqui acudi à mesma Fronteira.

Os fardamentos dos Dragões, Infantaria e tropa ligeira desta Capitania que V. Ex<sup>a</sup> manda ainda não são chegados, e por isso a maior parte da tropa está rota, e alguns nus, mas todos contentes e constantes, porque sabem que esta falta não procede que da Ilha e da Laguna, de donde se remete com uma trapalhação tal que ainda que tenham chegado alguns fardos, faltam outros, faltam os botões, faltam os modelos, e faltam outras cousas indispensáveis.

Eu mandei para transporte das seis Companhias que acompanham o Comandante Geral trinta e tantas carretas, trezentos cavalos, e cento e tantas reses, por me dizerem as necessitavam, e mandei mais outras tantas carretas para os fardamentos e gêneros que se acham na Laguna, e para a conduta das quatro Companhias do Major Manuel Mexia e do Parque que o acompanha, e cento e tantas reses, e oitenta cavalos, e de tudo isto darei miúda conta a V.Ex<sup>a</sup>, em eles ma dando a mim.

O tenente Coronel mestre Manuel Mendes entregou a carta de V. Ex<sup>a</sup> de 25 de dezembro que trás os conhecimentos com dinheiro que V. Ex<sup>a</sup> remete, e recebi também no caminho uma parada com as cartas de V. Ex<sup>a</sup> de 6 de Janeiro deste ano, a que ainda farei resposta.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que nunca me persuadi que os cavalos do esquadrão da sua guarda viessem em tão bom estado como eu os vi no Quintão, porém tudo isto se deve ao grande cui-

dado e capacidade do Major Comandante do mesmo Esquadrão, Gaspar José, que esquecido das comodidades da Corte, tem sofrido os maiores trabalhos da campanha, e os não tem estranhado, eu lhe mandei ao caminho trinta índios com um inferior dos Dragões para lhe cortarem capim para os cavalos.

Depois que acompanhei a tropa um dia como acima digo, e me adiantei, tive por grande fortuna não ficar espedaçado com um laço entre duas mulas xucas na estância dos povos guaranis, porém sempre fiquei tão mal tratado das pernas e corpo todo, cheio de nódoas, que não sei se escaparei de maior doença com as sangrias que principiei a tomar.

Comigo mandei adiantar o Capitão Engenheiro Francisco João Rocio, a quem já mandei tratasse uma Fortaleza nesta barra, para defender as nossas embarcações ao Lagamar, e ofender as inimigas sempre que seja necessário, e se eu tivesse a mais tempo com este Oficial estaria este Continente em mais segurança e adiantamento, porque ele trabalha com gosto no seu ofício, e se acomoda ao tempo, ao lugar e às possibilidades.

Nos Espanhóis aqui vizinhos não há maior novidade que o terem se fortificado deveras com muito trabalho e custo, principalmente na boca da barra aonde fizeram construir uma Fortaleza com Gu.es, para dentro recolherem numerosa guarnição, e como as prevenções deles são muitas, e me consta esperam várias embarcações, e não tratam de entregarem a nossa, eu estou resolvido embarçar-lhes a entrada das suas, como lhes tenho feito saber.

Repito-me na obediência de V. Ex<sup>a</sup>, e lhe desejo saúde perfeita e as maiores felicidades, e que Deus guarde a importante vida de V.Ex<sup>a</sup> muitos anos.”

Fronteira do Rio Grande, 20.02.1774

“Chegou com efeito o Coronel Comandante Sebastião Xavier com o Esquadrão da Guarda de V.Ex<sup>a</sup>, a Companhia de Voluntários e a de granadeiros a este Quartel no dia quarta-feira de cinza, e as duas Companhias Ligeiras estão a chegar.

Eu lhes não pude dar melhores Quartéis porque nas vésperas que eles chegaram veio uma tal trovoadade de vento que lançou inteiramente abaixo o Hospital Real (sem maior perigo dos doentes), a Igreja e outros Quartéis das tropas, e dos particulares, pelo que ficam acampados, e brevemente se recolherão, o que já se faria se não fosse necessário tomar-se para Hospital outro quartel dos Dragões, mas quanto aos primeiros Oficiais e plana ficam recolhidos.

Não há maior novidade nos Castelhanos que continuarem a fortificar-se, e como é necessário aproveitarmos esta ocasião de podermos falar alto com a razão que nos assiste, seria preciso continuarem desde logo embarcações nossas a este Lagamar, para desta sorte ficar o comércio livre.

A falta que estas Companhias novas tem de subalternos faz impossibilitá-las de estarem disciplinadas, e como o Comandante Geral me diz V.Ex<sup>a</sup> espera por informação minha para fazê-los, eu remeto a V.Ex<sup>a</sup> a relação inclusa daqueles que me parecem melhores, e proponho a V.Ex<sup>a</sup> sendo mais útil ordenar V.Ex<sup>a</sup> os nomearem os respectivos Capitães, os aprovasse o Comandante Geral, e eu lhes mandaria sentar praça. Estas ditas Companhias agora levantadas precisam os melhores subalternos, de moços sizudos, desembaraçados e aplicados à Artilharia, pelo que rogo a V.Ex<sup>a</sup> convenha no que proponho, e se sirva facultar ao mesmo tempo que para Sargento, Furriel, Porta Bandeira ou Cabo das ditas Companhias possam passar voluntariamente alguns soldados ou Cabos destes destacamentos desta Cidade, porque desta sorte ficarão estas Companhias novas bem



servidas, e todos os que passarem não excederão de dez ou doze pessoas que nada prejudicam os ditos destacamentos.

Para Ajudante do dito corpo se requer um oficial muito capaz e inteligente, e eu peço a V.Exª na mesma forma. O Major Manuel Mexia me escreve da Laguna com data de onze do corrente e me diz que os contratemplos o tem demorado, e ainda lhe falta de chegar ali a metade do seu destacamento.

Mande buscar notícias a Vila de São Pedro há três dias, e até agora ainda não chegou o que as foi buscar, e se trouxer novidade logo participarei a V.Exª.

Eu principio a levantar-me e fico melhor da minha moléstia e pronto para servir e obedecer a V.Exª, cuja importante vida guarde Deus muitos anos.”

Fronteira do Rio Grande, 28.02.1774

“Esta serve só para repetir a V.Exª a atrapalhação em que se acha a Fazenda Real neste Continente pela falta de outro Escrivão da mesma fazenda, porque havendo só um que é preciso conservar-se na Provedoria em Porto Alegre efetivamente para o despacho ordinário, sucede andar eu sempre em uma ou em outra Fronteira aonde o receio de guerra ameaça mais, e aonde chegam as remessas dessa Capital \ como agora sucede com o que veio a cargo do Qu.el Mestre Manuel Mendes e outros \ e aonde é preciso que eu faça despesas ordinárias e extraordinárias que se não podem formalizar sem um escrivão ou Comissário de mostras, e tendo dado conta de tudo isto pelo Tribunal da Junta ainda não tenho resposta alguma das propostas, e apontava eu seria útil autorizar-se o Escriturário contador Manuel Francisco de Sá para escrever nos livros, e formalizar as despesas, e trazer eu comigo sempre um Comissário, porque de outra sorte é prejuízo na Fazenda Real e nas partes, e anda o Governador servindo somente de fiel do Almojarife do Continente; e não pode pagar-se o que V.Exª manda e é conveniente, como por exemplo agora sucedeu que as trinta e nove carretas que transportaram o primeiro socorro com o Esquadrão de V.Exª eu queria aqui pagá-las, para animar seus donos a que voltem a Laguna com elas, e possam pagar aos seus Peões e mais gastos que fazem, e evitar a usura que sucede porque a maior parte dos carreiros por não irem à provedoria, e por evitarem as delongas e gastos que fazem, e porque se lhes não pode lá pagar sem o meu despacho e assistência, dão aos mascates os seus papéis por metade do que valem.

V.Exª determinará o que lhe parecer mais útil, pois eu não me sei explicar melhor, e só dizer que não podem executar-se as ordens de V.Exª como V.Exª justamente quer sem se dar providência ao que pondero. Respeito aos Almojarifes sucede o mesmo que eu assegurava a João Carlos, que é não ter eu resposta e estar o caso afeto a Junta, e não poder eu executar a ordem de V.Exª tão útil à Real Fazenda e aos povos deste Continente, como expus a V.Exª e ao Tribunal da Junta.

Deus guarde V.Exª muitos anos.”

Fronteira do Norte, 10.03.1774

“Estes dias me chegaram do General Espanhol e do Coronel Molina as cartas cujas cópias remeto a V.Exª, e vai também a cópia da que lhe escrevo mais forte, e na forma das instruções e

ordens de V.Ex<sup>a</sup>. Anteontem mandei uma canoa à barra, e o forte Castelhana lhe tirou com Artilharia, com cuja novidade ordenei baixasse a nossa Fragata a fundear de frente do Forte de S. Francisco Xavier aonde se apartam os canais deste Rio, e dois chavecos e duas lanchas que tenho feito armar para se porem em franquia na mesma paragem, e ontem mandei outra vez a Canoa à barra, para no caso de lhe atirarem, atiramos nós às suas que continuamente saem da Vila de São Pedro, porém eles não atiraram à canoa, e creio lhes não falta susto.

Quando eles viram fazer à vela a nossa Fragata, tocaram rebate e encheram suas praias de Infantaria e Cavalaria, e os barcos seguraram sua Bandeira com peça.

Já disse a V.Ex<sup>a</sup> me parecia útil virem embarcações nossas ao Lagamar para ficar o comércio continuando, e como o Engenheiro Rosio remete agora a V.Ex<sup>a</sup> o plano da Costa e barra, verá V.Ex<sup>a</sup> poderem vir elas sem risco, mas será melhor trazerem alguma pecinha para no caso necessário resistirem a alguma Lancha que as queira abordar, e podem trazer dentro algumas Lanchas desfeitas para aqui se armarem como tenho avisado a V.Ex<sup>a</sup>.

Fico para servir a V.Ex<sup>a</sup>, que Deus guarde muitos anos.

P.S.: O Engenheiro me dá o plano para eu remeter incluso a V.Ex<sup>a</sup>, e o do Forte que se faz na Barra, ele me diz escreve a V.Ex<sup>a</sup>.”

Fronteira do Norte do Rio Grande, 05.03.1774

“Nesta ocasião parte para Viamão, Porto Alegre e Rio Pardo o Capitão Engenheiro Francisco João Rocio para poder ver alguns portos destas Fronteiras que V.Ex<sup>a</sup> manda fortificar, e poder dar a V.Ex<sup>a</sup> conta exata, e creio que V.Ex<sup>a</sup> ficará satisfeito, e que ele por todo o mês corrente poderá estar em meio caminho dessa Capital.

Remeto a V.Ex<sup>a</sup> o mapa das tropas que presentemente guarnecem esta Capitania, e com ele vão as notícias que tem trazido dos Espanhóis o explorador que vai a estas diligências.

Vai também cópia da carta que os Espanhóis presos escreveram ao General de Buenos Aires que se acha na Vila de São Pedro aqui de frente desde o dia sete de fevereiro, e vai também cópia da carta do Comandante Alexandre Cardoso que eu fiz, e a resposta do Comandante Espanhol, e até agora ainda não veio a resposta do dito General, e quanto aos Prisioneiros resolverá V.Ex<sup>a</sup> o que deles se deve fazer, e verá V.Ex<sup>a</sup> que dos Índios presos não fazem menção a tropa prisioneira. Deus guarde a importante vida e saúde de V.Ex<sup>a</sup> muitos anos.”

Fronteira do Norte do Rio Grande, 09.03.1774

“Recebo três cartas de V.Ex<sup>a</sup> datadas uma a catorze, e duas a quinze de Fevereiro próximo passado, estas últimas traziam o conhecimento do dinheiro que vem pelo Alferes José Ferreira, à ordem do Tenente Coronel Gregório de Moraes, que me avisam da Ilha de Santa Catarina. A de 14 é resposta às minhas, com uma instrução do que devo obrar, e sobre o que for executando irei dando conta a V.Ex<sup>a</sup>, e julgo que V.Ex<sup>a</sup> não será obrigado a mandar o Regimento que me avisa, só se for para Conquista, e ainda eu estou em mandar suspender na Ilha os últimos destacamentos, se forem deste parecer alguns homens camaradas que hei de consultar a este respeito. Nada é para mim de tanto gosto como ver tem as minhas disposições agrado a V.Ex<sup>a</sup>, e V.Ex<sup>a</sup> honrar-me



tanto na comissão que me dá a respeito do provimento dos postos militares e Auxiliares desta Capitania, e só me resta agora desempenhar o conceito que mereço a V.Ex<sup>a</sup>, para cujo efeito trabalharei e me aconselharei, e me confessarei sempre reconhecido súdito de V.Ex<sup>a</sup>.

Como com a total volta que houve na invasão passada, e com a mudança de Viamão para Porto Alegre, ficaram as Companhias das Ordenanças atrapalhadas, e os Oficiais delas fora de seus Distritos, e se tem feito várias Povoações e Freguesias na forma das ordens de V.Ex<sup>a</sup>, seria muito conveniente que V.Ex<sup>a</sup> me autorizasse da mesma sorte nas ordenanças, para se poderem ordenar as Companhias delas, e na mesma forma, que V.Ex<sup>a</sup> me dá comissão para Regimento da Cavalaria e Auxiliar. Nosso Sr. guarde a importante vida e saúde de V.Ex<sup>a</sup>, e o conserve governando o Estado mais alguns anos, como tanto necessitam os interesses destes Povos, e o serviço de El Rey nosso Sr.”

Fronteira do Norte do Rio Grande, 20.03.1774

“Ontem mandei à Vila de São Pedro buscar notícias dos Castelhanos, e são as da relação que remeto inclusa a V.Ex<sup>a</sup>, e brevemente hei de tornar a mandar lá para ver se a sua tropa se vai recolhendo. Também ontem chegou a esta Fronteira o Tenente Coronel Gregório de Moraes, Oficial de muita honra e merecimento, e tenho falado com ele respeito ao lugar em que se deve ocupar, e ele me requer que o seu lugar há de ser na guerra em qualquer das Fronteiras aonde continuar, e se resigna em minha vontade em tudo, e eu avisarei V.Ex<sup>a</sup> do que se resolver. No mesmo dia de ontem, festa de São José, fiz por comissão de V.Ex<sup>a</sup> a promoção para estas Companhias novas, e mais tropa que consta da Relação que remeto a V.Ex<sup>a</sup> para merecer a aprovação de V.Ex<sup>a</sup>, tendo-a já dos primeiros Oficiais desta Fronteira com quem aconselhei.

O Alferes José Ferreira da Silva ainda não chegou, e acha-se tenente na dita promoção, e creio que as Companhias ficam bem servidas.

Agora falta um Ajudante, Capelão, Cirurgião Mor e seus Ajudantes, que espero de V.Ex<sup>a</sup> mande, ou se digne facultar-me aquela criação que é muito necessária. O Major Manuel Mexia ainda não é chegado, porém disse-me Gregório de Moraes o encontrara em Bojuru.

Repito-me na obediência de V.Ex<sup>a</sup>, e rogo a Deus guarde a V.Ex<sup>a</sup> muitos anos.

P.S.: O dito Tenente Coronel chegou bastantemente molesto da sua antiga queixa do peito.”

Fronteira do Norte do Rio Grande, 11.04.1774

“Meu Senhor: ontem recebi três cartas de V.Ex<sup>a</sup>, datadas a 28.02 e 14.03 em resposta às minhas de 15 e 20 de janeiro, e fico tão cheio de gosto quanto se pode supor de ver a V.Ex<sup>a</sup> satisfeito com as minhas disposições, seguindo em tudo as instruções e ordens de V.Ex<sup>a</sup>, e espero que V.Ex<sup>a</sup> cada vez mais se persuada da minha obediência e do meu reconhecimento e respeito ao muito que devo a V.Ex<sup>a</sup>.

Com a carta de V.Ex<sup>a</sup> que me mostrou o Sargento Mayor Comandante Gaspar José de Mattos, e com a que tive de V.Ex<sup>a</sup> datada em 26.12 do ano passado, e cuidando em querer acertar com o gosto de V.Ex<sup>a</sup>, me resolvo mandar recolher a guarda de V.Ex<sup>a</sup> e a Companhia de Voluntários que veio com ela, que poderá sair daqui por estes oito dias, por ver se não metam no inverno, que lhes

difficilmente a marcha; eu posso segurar a V.Ex<sup>a</sup> que me satisfizeram inteiramente, e se conduziram de sorte que deixam um perfeito exemplo para as mais Tropas.

V.Ex<sup>a</sup> me diz lhe mande eu Relação do que há acontecido e assim mesmo do número da tropa Castelhana e dos Prisioneiros, desertores, Cavalhada, e armas e munições apanhadas, eu de tudo tenho dado conta exata a V.Ex<sup>a</sup>, e fico com cuidado não me dizer V.Ex<sup>a</sup> haver recebido as minhas cartas de 14, 16 e 17 do dito mês de janeiro nas quais dava a V.Ex<sup>a</sup> as ditas contas, e como me consta a demora que teve uma embarcação que topou na altura da Ilha Grande o Tenente Coronel Gregório de Moraes, me persuado seria a que levou as cartas a que me refiro, e só espero a primeira parada para remeter a V.Ex<sup>a</sup> por cópia aquelas ditas cartas e relações, se não houverem chegado as originais à presença de V.Ex<sup>a</sup>.

Também estou na resolução de mandar recolher o Tenente Coronel Gregório, em atenção aos seus anos e achaques, e a falta que me diz sofre a sua casa, visto não haver guerra. Em tudo mais que V.Ex<sup>a</sup> me fala eu tenho trabalhado, e agora mando o Capitão Engenheiro Francisco João Rosio a Porto Alegre e Rio Pardo, só para que ele dê a V.Ex<sup>a</sup> uma exata notícia do que vir a respeito dos portos que V.Ex<sup>a</sup> manda guarnecer e fortificar, e suponho alcançará ainda o Esquadrão para se recolher com ele, e creia V.Ex<sup>a</sup> que se se faltar em alguma cousa respeito de detalhe que V.Ex<sup>a</sup> ordena, é fundado na mesma ordem de V.Ex<sup>a</sup> segundo tempo e circunstâncias e de nenhuma sorte prevenção minha, com cuja expressão V.Ex<sup>a</sup> me castigou nas cartas antecedentes a que já dei resposta. Respeito ao trato dos desertores que V.Ex<sup>a</sup> me recomenda, eu o tenho feito prático, porém a remessa deles não me tem sido possível fazer junta, porque depois que em Novembro do ano passado se principiou a inqueitação com os Castelhanos ainda não estive no Porto Alegre três dias, e sempre nas Fronteiras, porém agora me disponho recolher-me àquela Capital, para ali fazer o que falta na execução das ordens de V.Ex<sup>a</sup>, e no Governo Económico do Continente. Também me tenho persuadido ser mui útil conservar alguns dos desertores para eles verem se não constringem, nem vão como dizem, presos.

Também resolvo com o Comandante geral aproveitar a ocasião de poder juntar este Regimento de Dragões no Porto Alegre, para se disciplinar junto e fardar-se, da mesma sorte que faço juntar as quatro Companhias de Infantaria novas nesta Fronteira.

Eu já disse a V.Ex<sup>a</sup> que se este Continente, ou a gente que o habita tiver a fortuna de que V.Ex<sup>a</sup> governe o Estado mais alguns anos, todos seremos venturosos como a experiência o vai mostrando sucessivamente, na criação e disciplina das tropas, na ereção das Vilas e Freguesias, na arrumação dos Povos Guaranis, e no aumento do comércio, e que eu tenho a particular satisfação de ser o instrumento que V.Ex<sup>a</sup> escolheu para executar as suas providentes e sábias determinações. Deus Nosso Sr. me ajude, e guarde a importante vida de V.Ex<sup>a</sup> com saúde muitos anos.

P.S.: Fico de acordo de mandar a V.Ex<sup>a</sup> por diário o que ocorrer, e de evitar o que puder a contestação por cartas aos Castelhanos como V.Ex<sup>a</sup> me avisa, e nesta ocasião remeto por cópia a relação que já remeti a V.Ex<sup>a</sup> do número dos prisioneiros e das presas.”

Fronteira do Norte do Rio Grande, 16.04.1774

“Meu Senhor: hoje se põem em marcha desta Fronteira para essa Capital o Esquadrão de Cavalaria da Guarda de V.Ex<sup>a</sup>, e a Companhia de Voluntários de Infantaria comandados pelo Sargento Major Gaspar José de Mattos, Ajudante das Ordens de V.Ex<sup>a</sup>.



Eu já disse a V.Ex<sup>a</sup> o quanto todos me satisfizeram pelo zelo que mostraram no serviço e sincera obediência com que executaram as minhas ordens, e assim mesmo pela disciplina Economia que observaram, o que tudo se deve principalmente ao dito Major Comandante, assim como no bom trato dos Cavalos teve grande parte o Tenente Francisco Pereira. Francisco de Paula Freire e Andrada me deve uma grande saudade, eram bem os mais camaradas, e eles contarão a V.Ex<sup>a</sup> o que passaram com o seu Governador interino, mas só Francisco de Paula me dizia: há Senhor, não durma.

Em consequência da ordem de V.Ex<sup>a</sup> mandei comprar 120 cavalos bons para remonte do dito Esquadrão, de que só leva cinco o Major Gaspar José, e assentou comigo \ por conta do difícil transporte por mar \ de eu mandar por São Paulo para o verão, e hei de também mandar algumas Éguas para as fazendas de El Rey, como V.Ex<sup>a</sup> aí me disse, e algumas mulas para o mesmo serviço nessa Cidade se V.Ex<sup>a</sup> me não ordenar o contrário, pois há tempo de esperar resposta de V.Ex<sup>a</sup>.

Eu também parto para Porto Alegre a arrumar o que ali há de fazer como tenho avisado a V.Ex<sup>a</sup>, e aqui fica o Comandante Geral, até eu ver quando poderá visitar os diferentes Quartéis desta capitania, na diligência da sua inspeção e comandamento.

Eu assentei com o dito Comandante em que as espadas dos Oficiais de Dragões fossem como as do Esquadrão de V.Ex<sup>a</sup>, e se ficam fazendo, mas quanto aos soldados aqui as não há, pelo que peço a V.Ex<sup>a</sup> queira mandar 400 espadas como as do dito Esquadrão para este Regimento, e outros tantos capacetes, e assim mesmo as fivelas para os corriões, e para talabartes, molas, e cartucheiros, e armamento competente, e fardamento com a brevidade que o necessitam. O Ajudante do Regimento Velho com uma junta de Cirurgiões me fez certa a sua moléstia, e o evidente perigo da sua vida por falta de remédios para o seu curativo, eu ainda assim lhe deferi recorresse a V.Ex<sup>a</sup>, porém de tal hipocondria se deixou possuir, que o Comandante Geral, e os seus Oficiais superiores me obrigaram a condescender na sua ida, na certeza de que isto será do agrado de V.Ex<sup>a</sup>, aliás morreria aqui sem o remédio.

Desejo a continuação da preciosa vida e saúde de V.Ex<sup>a</sup>, e peço a Deus guarde a V.Ex<sup>a</sup> muitos e felizes anos.

P.S.: Nesta ocasião volta também o Cabo José Fragoso com os carpinteiros na ocupação em que veio com o Engenheiro Rocio.”

Porto Alegre, 30.04.1774

“Meu Senhor: depois que pus em marcha para essa Capital o Esquadrão da Guarda de V.Ex<sup>a</sup> e a Companhia de Voluntários, saí eu também para esta Vila a ver se descanso no trabalho que principio, do despacho da Provedoria, do adiantamento destas obras, e das Vilas e Freguesias que V.Ex<sup>a</sup> mandou criar, e principalmente em dar na subsistência da tropa, porque o ano é estéril de farinhas, pelo que tenho pedido à Ilha, ou V.Ex<sup>a</sup> se lhe parecesse mandar pela barra algumas embarcações com ela.

O dito Esquadrão há de passar hoje em Tramandaí, e ao Governador da Ilha aviso por parada demore as duas Corvetas e sumaca que chegaram àquele Continente para conduzi-los.

V.Ex<sup>a</sup> me tinha avisado mandar suspender a vinda dos Auxiliares e tropa de S. Paulo, e eu o tinha escrito assim ao Sr. General daquela capitania, porém agora tenho notícia haverem chegado à Ilha duas Companhias de Infantaria paga com alguns Artilheiros, e Artilharia, e quatro Compa-

nhas de Cavalaria Auxiliar, para o que me pedem transporte, porém eu os mando parar até nova ordem, porque aqui me hão de acrescentar a fome, e como espero cartas de V.Exª que me faltam há muito tempo, verei com elas o que V.Exª resolve para assim se executar.

A Artilharia grossa topei no Quintão, e deixei determinado no Norte os sítios para que devia destinar-se, que são na barra e Patrão-Mor.

O Sr. General de SP me diz que quando lhe mandar recolher aquele socorro, lhe devo mandar também toda a Artilharia de montanha e campanha que tem vindo, para ali se conservar na forma das Reais ordens; V.Exª se servirá dizer-me o que devo fazer, pois aqui é sumamente necessária aquela dita Artilharia e indispensável, e ele tem lá a maior parte, pois aqui se acham duas peças de três e duas de uma libra, e ainda eu queria mais quatro de quatro.

Mais devagar darei a V.Exª mais larga conta, pois agora me é preciso responder já ao Governador da Ilha e a Laguna. Repito-me na obediência de V.Exª e rogo a Deus guarde V.Exª muitos anos.”

Porto Alegre, 13.05.1774

“Ponho na presença de V.Exª por cópia o que se resolveu no Norte respeito à entrada das embarcações castelhanas, pelo que ordenei se embarcasse a entrada delas, como eles fazem às nossas, e havendo antes dado conta a V.Exª desta resolução, ainda espero a resposta de V.Exª nesta matéria.

Nesta mesma ocasião remeto a V.Exª a conta do que importan os soldos e ordenados para V.Exª se servir mandar os pagamentos, pois tem acrescido as Companhias Ligeiras que V.Exª mandou criar, e os Oficiais do corpo de Infantaria, o Tenente Coronel Alexandre Cardoso e o Coronel Comandante Geral.

O Capitão Engenheiro Francisco João Rocio se recolheu nesta ocasião, e ele poderá dar a V.Exª individual conta do que viu, pois eu o mandei ver as Fronteiras e passos principais desta Capitania, e persuado-me posso dizer a V.Exª que ele fez mais em menos de três meses aqui do que outros oficiais da sua profissão tem feito em muitos anos, e se eu o tivera comigo ao menos um ano, seria de muita utilidade para esta Capitania, porém nem ele se atreve, nem eu a ter demora na execução das ordens de V.Exª.

Eu fui com ele à nova Vila de N. Srª dos Anjos para mostrar-lhe que as ordens de V.Exª vão fazendo felizes aqueles miseráveis.

Da Fronteira do Norte me chegam agora os mapas do mês passado e notícias as quais ponho também por cópia na presença de V.Exª, pois as dão três soldados Infantes e um marinheiro, desertores de Espanha, os quais espero no Barquinho para juntos com outros os remeter a V.Exª e lhes mando assistir como V.Exª ordena.

Quando cheguei da Fronteira achei haverem fugido a maior parte dos Índios prisioneiros, sem que a diligência por eles tenha tido efeito que em sete.

Os soldados e oficiais santafecinos e correntinos, esses não tem fugido, e estão fazendo bastante gasto, e tomara eu a resolução que espero de V.Exª sobre as contas a este respeito, pois o General Espanhol me não tem respondido a este particular sobre troca.

O Sr. General de São Paulo me escreve, que caso haja câmbio de prisioneiros lhe inclua nele o seu Capitão Silveira e companheiros.



Eu na carta ao General Vertiz lhe pedia a nossa embarcação apreendida, a guarda e lancha em que foi a bordo.

Agora se me faz preciso tornar à Fronteira do Rio Pardo para compor muitas cousas precisas, enquanto se recolhe a esta Capital o Regimento de Dragões, e alguma tropa para disciplina dela, e ao mesmo tempo dar execução às ordens de V.Exª fazendo aqui um corpo central, para acudir a qualquer das Fronteiras.

Persuada-se V.Exª da minha pronta e sincera obediência, e dos desejos que tenho de que V.Exª seja feliz, e que guarde Deus a importante vida de V.Exª muitos anos.”

Porto Alegre, 20.05.1774

“Acabo de receber as cartas de V.Exª datadas em 13 e 25 de abril, em cuja execução faço resposta.

Logo expedi parada para o Norte com ordem de se entregar o comando do primeiro Regimento ao Sargento Maior Manuel Mexia, e quanto ao Tenente Coronel comandará uma das Fronteiras como V.Exª manda, sendo certo que eu nisto não tive mais culpa que o consenti-lo.

Pelo que pertence a retroceder o socorro da Capitania de SP, eu o mandei dilatar na Ilha de SC até que V.Exª resolvesse, pois não posso saber se a guerra se declarará ou não nestas fronteiras, e com a vinda de alguma embarcação à barra do Rio Grande, avisarei ao Governador da Ilha àquele respeito.

V.Exª me acusa a falta de eu ter dado conta mais exata respeito ao número da Tropa dos Espanhóis confinantes, porém eu não alcanço outra da que tenho dado a V.Exª, que se reduz a terem na Vila de São Pedro 13 Companhias pagas de Infantaria e Cavalaria, com mil e tantos homens, e em Santa Tecla \ aonde estão formando uma Fortaleza \ trezentos e tantos homens e muita indiada, e me dizem tem quatro peças de Artilharia ali, e que mandarão vir outras de Montevidéu. Soube estes dias por um Desertor que na coluna que veio sobre o Rio Pardo, viera também o General de Corrientes.

As quatro Companhias novas de Infantaria regular hão de sair fardadas no primeiro dia de anos de El Rey Nosso Senhor.

As duas Companhias de Cavalaria Ligeira, e uma de Infantaria de caçadores já se acham fardadas e a quarta ainda não pude formar.

O Regimento de Dragões já está roto o fardamento, e não se lhe deram sapatos quando há 26 meses o receberam, e rogo a V.Exª queira fazer adiantar dito fardamento com a brevidade que necessitam.

Repito a minha obediência aos pés de V.Exª e rogo a Deus guarde a importante vida e saúde de V.Exª muitos anos.”

Porto Alegre, 23.05.1774

“Nesta ocasião remeto para a Ilha de SC os presos que constam da Relação inclusa que declara as suas culpas, que o Juiz Ordinário manda ao Ouvidor, e quanto ao Dragão eu remeto o seu processo pelo Capitão Miguel Gonçalves que se recolhe à Ilha, e escrevo a V.Exª deste respeito.

Vão também oito desertores Espanhóis assistidos como V.Ex<sup>a</sup> ordena, e irão os mais que se acham espalhados e aconchavados (como aqui se diz) se bem que eles se desgostam muito de irem ao Rio de Janeiro, e V.Ex<sup>a</sup> se servirá dizer-me se hei de mandar todos, ou só os que quiserem.

Deus guarde a importante vida e saúde de V.Ex<sup>a</sup> muitos anos.”

Porto Alegre, 13.06.1774

“O Barquinho único que há neste Continente para prover de mantimentos a Fronteira do Norte e assim mesmo para mudar os destacamentos, chegou estes dias da mesma Fronteira com água aberta, e mandando eu se consertasse com a brevidade que pede tanta necessidade, me disseram não admitir conserto, nem ser capaz para as mesmas conduções, do que mandei fazer o termo que remeto incluso a presença de V.Ex<sup>a</sup>, e refletindo em tanta falta, e em que V.Ex<sup>a</sup> me mandou algum dinheiro para fortificação e defesa destas Fronteiras, resolvi com o parecer do Provedor e principais oficiais militares, mandar construir com a maior brevidade uma embarcação que leve a carga de dois mil alqueires de farinha, e ao mesmo tempo possa montar 10 peças de Artilharia até calibre de seis, na forma que melhor consta das condições a que se obrigou o construtor e também remeto a V.Ex<sup>a</sup>.

Parece-me muito barata e muito necessária, e que se as cousas se compuserem aqui poderá servir com a Fragata para o Rio da Prata, porém se V.Ex<sup>a</sup> julgar pare a obra, poderá a madeira que se fica cortando servir para uma barca de passagem ou para qualquer outra coisa necessária. Se porém V.Ex<sup>a</sup> for servido aprovar a dita obra e ajuste, rogo a V.Ex<sup>a</sup> mande se remeta com a brevidade possível o que consta da relação que vai inclusa, a fim de que daqui a oito meses possa servir o dito Pengue para o que for necessário.

V.Ex<sup>a</sup> sabe pelos mapas mensais a tropa que guarnece este Continente, e o dinheiro que se faz preciso para o seu regular pagamento, e acresce a isto os gastos dos Hospitais com muitos doentes, as compras de farinha de trigo e de cavalos, e o gasto indispensável que estão fazendo 80 e tantos soldados com seus Oficiais Espanhóis presos, sobre o que estou esperando resolução de V.Ex<sup>a</sup>, e que se sirva ordenar as remessas necessárias a tempo que se não demore o pagamento às ditas tropas.

Por não haver neste País Cavalos e termos tanta necessidade deles, mandei dar da Provedoria dinheiro para se irem comprar fora até mil, e encarregou-se desta diligência o Capitão Rafael Pinto Bandeira, e até agora ainda não chegaram. É o que se me oferece por na presença de V.Ex<sup>a</sup>, em cuja obediência me repito, pedindo a Deus guarde a importante vida de V.Ex<sup>a</sup> muitos anos.”

Porto Alegre, 17.06.1774

“Pelas cartas de V.Ex<sup>a</sup> de 11 e 16 de Maio, recebo a notícia de virem ao Lagamar da barra do Rio Grande duas embarcações Portuguesas, e ordem de V.Ex<sup>a</sup> para se recolher a essa Capital o Tenente Coronel Gregório de Moraes de Castro em atenção às suas moléstias, em cuja consequência lhe escrevi, que ou se demorasse algum tempo, enquanto o Coronel Comandante geral dava vista a todas as tropas deste Continente, ou se pusesse logo em marcha pois V.Ex<sup>a</sup> lhe permite, e como ele agora me escreve escolhendo recolher-se logo, eu resolvo entregar interinamente o Comando



daquela Fronteira ao Major Manuel Mexia Leite enquanto não posso dar outra providência, ou houver novidade, de que tudo avisarei a V.Exª.

Repito-me no serviço de V.Exª, e rogo a Deus guarde a V.Exª muitos anos."

Porto Alegre, 27.06.1774

"Meu Senhor: ponho na presença de V.Exª a lista de promoção que por comissão de V.Exª fiz hoje nas tropas deste Continente, e estimarei seja do agrado de V.Exª, e que V.Exª se sirva ouvir os motivos porque fiz a passada em que V.Exª repara escolher eu os transmoutanos do Regimento de Bragança.

No Alferes Antônio José Feijó tinha eu falado a V.Exª nessa Cidade, dizendo-lhe me parecia capaz, os dois Tenentes Antônio de Castro Morais e João Batista de Carvalho mos apresentou o Comandante geral abonando as suas capacidades, pois eu só conhecia que aquele era moço Fidalgo da Casa de Sua Majestade, e este, filho e neto de Oficiais maiores de distinção na guerra passada; os Tenentes José Ferreira e Manuel da Cunha são naturais do Rio de Janeiro, e serviam no Regimento novo e no de Artilharia dessa Capital; os dois Alferes Antônio José de Freitas e Antônio Guerreiro de Aboim eram sargentos destas mesmas Companhias, aquele natural das Ilhas e este da Província do Alentejo; e o Alferes Antônio Ignácio proveu V.Exª do mesmo Regimento de Bragança.

Aos Inferiores tirei um soldado do Regimento de Bragança, e outro do Regimento primeiro dessa Capital, e os mais foram de cá todos.

Não tirei do Regimento velho porque ao tempo da promoção ainda se não achavam neste Continente as quatro companhias do Major Manuel Mexia, e nas três a uns não fazia conta ficarem cá, e a outros não achava merecimento.

Do que levo exposto espero se persuadirá V.Exª que eu só cuidei em agradar a V.Exª, escolhendo os melhores como a ordem de V.Exª manda, e seu eu tivesse alguma outra razão particular não seria capaz de ocultar a V.Exª, conhecendo o favor que lhe devo, e a honra com que me trata, pelo que me confessarei sempre obrigadíssimo criado de V.Exª, e rogarei a Deus lhe deixe contar muitos e felizes anos.

P.S.: No dia 22 do corrente mês chegou a esta Vila o Coronel Comandante geral. Vai também a lista de promoção que fiz no dia seis do corrente, porque tenho dúvida havia já remetido a V.Exª."

Porto Alegre, 29.07.1774

"Os dias passados fui à Vila nova de Índios de Nossa Srª de Anjos, e fiz dar um balanço geral aos rendimentos daqueles povos que já presumem o que V.Exª verá da conta corrente que remeto a V.Exª.

Também lhes tirei os seus Caciques, Corregedores e Secretários, criando seis Companhias de Ordenanças de Infantaria e Cavalaria como V.Exª verá do mapa incluso, os Caciques ficaram em Capitães e os mais em subalternos, o Narciso da Costa Flores se V.Exª o aprovar a votos dos principais deles em Capitão-Mor, e outro bom Índio na mesma forma em Sargento Mayor, como

V.Exª verá da lista de promoção; ficaram muito satisfeitos, e estão a maior parte deles fazendo suas lavouras, pois lhes tenho encarecido muitas vezes o quanto útil e preciso se faz a agricultura neste Continente, como V.Exª tanto recomenda.

Fico para servir a V.Exª cuja importante vida guarde Deus muitos anos.”

Porto Alegre, 01.08.1774

“Recebi a carta de V. Exª de 13.06, e fico muito desvanecido por V. Exª louvar o que fiz praticar com o Esquadrão da guarda de V. Exª e mais tropa que o acompanhava.

Pelo que toca ao cuidado na povoação deste Continente, eu me emprego com efeito na execução das ordens de V. Exª, permitindo e facilitando os casamentos como V. Exª determina, e cuidando sempre nas Fronteiras, pois estes maus vizinhos não descansam, nem deixam descansar.

Ao Sargento Mayor Luiz Severo mandei a ordem de V. Exª para se recolher a essa Capital, permitindo-lhe leve um soldado seu camarada para lhe assistir.

Mandei também que o Major Roberto deixando na Fronteira do Norte um bom destacamento do seu Corpo, se recolhesse com o resto a esta praça para daqui destacar para Rio Pardo e mais partes daquela Fronteira, como V. Exª melhor verá dos primeiros mapas que forem à presença de V. Exª, e ser este o único meio de haver regulamento de tropa neste Continente.

Estou esperando várias resoluções de V. Exª para meu governo, principalmente sobre a ordem que existe de disparar sobre as embarcações Espanholas que entrarem a barra do Rio Grande, enquanto eles nos fazem o mesmo às nossas, e sobre estes prisioneiros Castelhanos, que além do incômodo que estão dando em Viamão, fazem uma grande despesa à Fazenda Real como tenho avisado a V. Exª.

Agora me chegam do Rio Pardo as cartas Espanholas que remeto a V. Exª inclusas com as notícias que V. Exª verá, e acresce somente a dizer que fazem ao pé do Monte grande cinco Aldeias novas e que em Santa Tecla estão quinhentos índios e cem soldados pagos.

Já chegaram alguns cavalos de fora, e estou a esperar mais para comprá-los para remonte das Tropas, e de tudo irei avisando a V. Exª, cuja importante vida Nosso Senhor guarde muitos anos.”

Rio Pardo, 14.08.1774

“Os dias passados cheguei a esta Fronteira do Rio Pardo para arrumar o muito que ficou atrapalhado pela pressa com que saí para a do Norte do Rio Grande em janeiro passado.

Mandei reyunar a cavallhada que se tomou aos Espanhóis, fazendo primeiro separar o quinto das mulas e dos cavalos orelhanos, para se satisfazer aos soldados e paisanos a parte que lhes toca na forma das Reais ordens, e com a conta de tudo avisarei a V. Exª.

Os cavalos reyunos de Espanha mandei tronchar todos para a Fazenda Real na forma da prática.

Dos cavalos que se tomaram da primeira partida, se tem furtado mais de 400, e os melhores, e não obstante o ter eu mandado se marcassem com a marca = O =, e publicado um Edital em janeiro passado para que os entregassem e delatassem, não tem até agora saído ninguém a isto, por



onde V. Exª pode julgar que a maior parte destas gentes uns são ladrões, e outros consentidores, e não sabendo como hei de evitar tanto furto, estou a mandar que o Provedor da Fazenda Real venha devassar, o que já teria ordenado senão reparasse na perdição de tanta gente, de sorte que eu queria fazer exemplo em alguns para emenda de todos.

O Coronel Comandante geral veio comigo a ver estas tropas, esta Costa e Fronteira. Deus guarde a importante vida e saúde de V. Exª muitos anos.”

Rio Pardo, 25.08.1774

“Acabo de receber nesta Fronteira as cartas de V. Exª de 22 e 25.07, em cuja inteligência fico, e na diligência de saber quanta farinha se pode tirar a estes moradores sem prejuízo seu, e de tudo avisarei a V. Exª, mas já lhe posso dizer que se o ano é bom de farinhas de mandioca, se podem tirar até oito mil alqueires, e nenhuma sai nunca desta Capitania.

Também fico a mandar conduzir os vinte contos de réis para pagamento das tropas.

Como a tropa é mais que dobrada presentemente nesta Capitania, faz-se quase impossível que pela estrada da Laguna por terra se forneça a necessária, mas como V. Exª facultou virem algumas embarcações com ela à Barra, tudo ficará cheio e satisfeito.

O Coronel Barreto chegou a tal estado que eu julguei não convinha a sua assistência neste Quartel, por conta de que a sua família inquietava qualquer Comandante com peditórios, que se se faziam eram injustiças, e se não eram desgostos, pelo que e pelas dissensões que há entre várias famílias que tanto inquietam este Quartel, estimei muito que ele me pedisse e deixasse recolher ao Porto Alegre, aonde há boticas e algum Cirurgião que o ajude a viver menos mortificado.

Ainda não sei quem poderá ficar governando aqui, pois que pelas dissensões da Fronteira do Norte e outras circunstâncias que não refiro a V. Exª pelo não mortificar, e pela importância da mesma Fronteira, sou obrigado a mandar voltar a ela o Tenente Coronel Alexandre Cardoso de Menezes, que no governo de uma e outra tem dado provas do seu zelo e atividade no serviço de S. M., e tem enchido as suas obrigações como Oficial de préstimo, qualidade e honra.

É o que por ora se me oferece por na presença de V. Exª, cuja importante vida guarde Deus muitos anos.”

Porto Alegre, 05.09.1774

“Depois que estes dias escrevia a V. Exª do Rio Pardo e me recolhi a esta Vila, chegaram do Norte sete desertores marinhheiros Espanhóis que trouxeram uma canoa preparada e duas Lanchas boas, que tudo melhor consta da relação que inclusa remeto a V. Exª.

Fico a gratificar ditas embarcações aos desertores na forma do costume, e a remetê-los a essa Capital a presença de V. Exª.

Eles não dizem mais do que tenho avisado a V. Exª, porém da Colônia me avisa o Major Francisco Vaz \ pelo não poder fazer o Governador \ prepara-se o General Vértiz para vir segunda vez sobre estas Fronteiras, e me diz avisa o mesmo a V. Exª.

Eu me não descuido de preparar e armar as tropas deste Continente como me é possível, e de comprar cavalos e tudo o mais que V. Ex<sup>a</sup> me tem ordenado.

Na trincheira da barra se trabalha incessantemente, porque o mar a tem arrasado três vezes como me avisa aquele Comandante.

Deus guarde a importante vida de V. Ex<sup>a</sup> com saúde muitos anos.”

Porto Alegre, 06.09.1774

“Recebo a carta de V. Ex<sup>a</sup> de 21 de julho, em que V. Ex<sup>a</sup> me remete a representação que lhe fez o Provedor da Fazenda Real deste Continente a respeito de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que pretendo e não desisto de fazer por em praça os Couros e as Mulas pertencentes à Fazenda Real a troco de papéis correntes, o que ele duvidava, por lhe parecer trato usurário que faziam os lançantes, e não dever concorrer para isso.

Sobre o deduzido não cheguei a determinar por Portaria, nem ele a duvidar; porém dizendo-lhe eu muitas vezes que as Mulas do confisco as fizesse rematar, nunca isto teve efeito, por não haver quem lançasse nelas a dinheiro mais de 5000 réis por cada uma; e vendo eu que a Fazenda Real estava há mais de um ano gastando com peões que as costeavam, com ruína de muitos cavalos, e o mais era morrerem continuamente, de sorte que sendo o ano passado 166, só restavam 151, por haverem morrido 15; disse ao Provedor que as fizesse rematar a papéis correntes, porque haviam dar por cada Mula uma dobra, e este era o meio eficaz de se desempenhar esta Provedoria, livre do escrúpulo da usura; porque ainda que El Rey pagasse por a metade ou menos as dívidas, julgo o podia fazer sem usura, pois foram feitas quase todas as dívidas como eram antigamente V. Ex<sup>a</sup>, sem conta, sem peso, e sem medida.

O Provedor da Fazenda Real deste Continente não me põe dúvidas a benefício da Real Fazenda, e sim para mostrar que só com gosto seu se podem fazer despesas, e isto bem sabe V. Ex<sup>a</sup> que é o sistema de todos os antigos Provedores, de sorte que se cria um processo infinito narrar eu a V. Ex<sup>a</sup> tudo a este respeito, pelo que concluo que se V. Ex<sup>a</sup> se persuade que eu zelo a Fazenda Real como devo, me permita determinar debaixo das ordens de S. M., e das de V. Ex<sup>a</sup>, o que entender; e se lhe parece que este Provedor a zelará melhor, pode V. Ex<sup>a</sup> ordenar-me me não meta em despesas senão os soldos das tropas, ou nem isso; pois assim viverei livre de tanta inquietação de espírito que continuamente tenho por semelhantes dúvidas.

O Provedor, no caso que representa a V. Ex<sup>a</sup>, me disse que seu eu queria se rematassem as Mulas, se fizesse correndo o lance a dinheiro, e depois se aceitariam papéis como eu quisesse, ao que respondi que isso não podia ser, pois era correr de uma sorte, e rematar-se de outra, e nesse caso não havia haver quem cobrisse o lance cuidando ser dinheiro de contado, e não ter a Fazenda Real o lucro que com verdade e lisura podia ter; e ultimamente correu como ele quis, e eu me acomodei, porque tendo dado conta a V. Ex<sup>a</sup> em carta de 31.08 do ano passado a respeito das desobediências do Provedor com prejuízo da Real Fazenda, V. Ex<sup>a</sup> me não respondeu, e ele teve carta em que o avisavam de que V. Ex<sup>a</sup> não recebera bem aquela conta, e eu tive por insinuação outra carta que não andasse mal com o Provedor, porque V. Ex<sup>a</sup> não gostara daquela conta; e com isto ficou o dito Provedor mais ufano, e eu mais humilde.

Quando eu estive na Fronteira do Norte, rematou o Provedor, só por autoridade sua, os couros que havia, e pagou uma fêria de doze doblas antiga, antes do meu governo, e depois que



vim fui obrigado a estar por tudo, e nem ainda assim deixou ele de duvidar a 22 mil réis que mandei gastar com os carpinteiros da Igreja nova de S. Luiz do Norte: tudo isto prova bem que ele quer mais autoridade do que eu, e que não põe dúvida se não por efeito do seu gosto, e não da sua obrigação.

A respeito de pagar dívidas atrasadas, eu o não faço senão por efeito de remediar alguma necessidade quase extrema, e uma pequena soma, como por exemplo, dous ou três meses, ou ainda menos, a alguma viúva dos soldos que El Rey ficou devendo a seus maridos, marinheiros, soldados, peões, oficiais, etc.

Nesta terra há muita pobreza, e muito pouco dinheiro, e se se fechar a porta totalmente aos pagamentos de mais de 300 mil cruzados que a Fazenda Real deve a particulares, certamente terão um grande atraso estas Colônias, e ficarão desanimados os colonos delas. Enfim Senhor Exm<sup>o</sup>, V. Ex<sup>a</sup> há de ver pelas contas mensais que faço remeter ao Tribunal da Junta, todas as despesas que eu faço, e se lhe parecerem demasiadas, sirva-se V. Ex<sup>a</sup> dizer-me, e ordenar-me o que devo fazer, pois a minha obediência está sacrificada às ordens de V. Ex<sup>a</sup> por obrigação e por vontade.

Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup> muitos e felizes anos.”

Porto Alegre, 08.09.1774

“Depois que haverá três anos se erigiu a nova Freguesia de Santa Anna ao pé de Viamão, principiou sucessivamente a infeccionar-se aquela terra com uma praga de formigas, que absolutamente põem aqueles moradores na maior pobreza e impossibilidade de poderem ali existir, e me pedem os deixem mudar para qualquer outra parte, o que julgo muito conveniente para serviço de El Rey Nosso Sr. e aumento destas Colônias.

Como no caso de mudança se deve também mudar aquele Vigário com os paramentos e ornamentos daquela Igreja, se necessita também de licença do Sr. Bispo, a qual nesta ocasião peço, e a V. Ex<sup>a</sup> se sirva resolver o que for servido, pois nesta mudança se não acrescenta gasto algum à Real Fazenda.

Fico para em tudo obedecer a V. Ex<sup>a</sup>, cuja vida Deus guarde muitos anos.”

Porto Alegre, 18.09.1774

“Ontem se puseram em marcha desta Vila para essa Capital os sete Espanhóis desertores que constam da relação inclusa, que também declara a repartição que com eles mandei fazer de 134\$400 réis em prêmio de duas lanchas aparelhadas e boas, e uma canoa em que desertaram, por ser este o costume nestas Fronteiras de parte a parte.

Alguns dos ditos desertores se achavam na ocasião em que o Comandante Espanhol mandou supresar uma Sumaca portuguesa fora da barra do Rio Grande, que trouxeram para a Vila de São Pedro aonde se acha, com as circunstâncias que eles podem dizer a V. Ex<sup>a</sup>.

Os dias passados me recolhi do Rio Pardo com ânimo de fazer ir àquela Fronteira o Provedor da Fazenda Real a devassar de tanto furto, porém vendo que o ódio em que vivem muitos daqueles habitantes, e que uma grande parte deles serão compreendidos, e que isto fará uma grande alteração, e produzirá alguma deserção maior, me resolvo a esperar melhor ocasião e tempo, com

notícias e ordens de V. Ex<sup>a</sup> que há tempo me faltam, pois se a campanha continuar, é preciso valer-mo-nos daqueles mesmos contrabandistas, e se cessar, é preciso um Ministro capaz de vir endireitar isto, pois o dito Provedor tem tirado várias outras devassas e nenhum efeito tem surtido.

Com os cavalos que mandei comprar fora por alguns Espanhóis, me consta vem tropas de gado, eu não sei como me hei de haver com isto, pois os novilhos não chegam para a tropa que presentemente há nesta Capitania, e já se vão matando vacas, pelo que V. Ex<sup>a</sup> se servirá declarar se devo ou não consentir que venham ditas tropas de gado bravo, que muitos assentam ser furtado, e eu sou da mesma opinião no tempo da paz, ou quando não tem lugar a represália, porém no tempo presente em que nos conservam uma sumaca surpresa, e nos não restituem os escravos fugidos, e as notícias são de se preparar o General do Rio da Prata para voltar sobre estas Fronteiras, me parece se não deve impedir tais corridas.

As notícias que aqui correm há tempos de vir a este Continente o Sr. Tenente General e Briga-deiro Funch e dous Regimentos, tem posto estes paisanos em total inação respeito às casas e obras que com grande fervor faziam nesta nova Vila, sem embargo de eu os persuadir a que continuem, e enquanto me não chegam de V. Ex<sup>a</sup> não sei a que me hei de aplicar principalmente.

V. Ex<sup>a</sup> determinará o que for servido, e eu executarei tudo o que V. Ex<sup>a</sup> determinar.

Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup> muitos anos.”

Porto Alegre, 20.09.1774

“Meu Senhor: como V. Ex<sup>a</sup> me tem feito a honra prevenir-me para que quando me dissessem que V. Ex<sup>a</sup> não está contente de mim o avise, sou a dizer a V. Ex<sup>a</sup> me consta que V. Ex<sup>a</sup> pouco satisfeito da minha conduta se queixa de eu faltar a execução de algumas ordens suas, e tendo eu executado tudo que me tem sido possível, falta regular o modo das despesas da Fazenda Real desta Capitania como V. Ex<sup>a</sup> tem determinado, porém como V. Ex<sup>a</sup> nestas mesmas ordens declara que eu hei de seguir as instruções da Junta naquela conformidade, estou esperando por elas até agora.

O Escrivão da mesma Junta, João Carlos, me seguiu nessa Cidade virem todas aquelas resoluções até setembro do ano passado, repetindo eu as contas àquele respeito.

Eu dei logo \ como avisei a V. Ex<sup>a</sup> \ todas as ditas contas, e as tenho repetido, e até agora não tem vindo, porque suposto veio ordem do mesmo Tribunal o ano passado para se notificar o Tesoureiro eleito João Pereira Chaves, nada se tem conseguido, e me consta que ele escandalosamente diz não há de ser Almoxarife enquanto tiver que gastar; e enquanto se não fizer, ou este, ou outro Almoxarife não se podem executar as ordens de V. Ex<sup>a</sup>, a respeito de dever nesta Provedoria haver somente um, e que os da Fronteira sejam seus fiéis ou recebedores, eleitos à sua satisfação, pois havendo tantos, e só um Governador, para se fazerem-se as despesas contra as Reais ordens, como largamente tenho exposto.

Também estou esperando mais um Escrivão como V. Ex<sup>a</sup> me avisou, sendo certo que um só não pode satisfazer as muitas ocupações e jornadas dilatadas que é obrigado a fazer.

O Escriurário tem 200 mil réis de ordenado, o seu Ajudante 120, e o Escrevente 120, e todos carne e farinha, e nenhum pode tirar trabalho ao Escrivão, porque o não são, de sorte que se V. Ex<sup>a</sup> for servido sem se acrescentar gastos, poderá pagar-se dos ordenados a mais um Comissário de Mostras que pode ser o mesmo Escriurário e a um Escrivão do Almoxarifado.



Eu me não afastarei nunca das ordens de V. Ex<sup>a</sup>, cuja obediência me repito, desejando que V. Ex<sup>a</sup> passe felizmente. Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup> muitos anos.”

Porto Alegre, 15.10.1774

“A falta de notícias e ordens de V. Ex<sup>a</sup>, que há meses espero, me tem posto em desconolação, mas sempre com os mesmos desejos de servir a V. Ex<sup>a</sup> e obedecer-lhe.

A fortaleza que se tem intentado fazer na barra do Rio Grande tem sido demolida pelo mar quatro vezes, e avisando-me aquele Comandante sobre a impossibilidade, sobre o desgosto de perder-se tanto trabalho, me resolvo mandar o Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha para construí-la de madeira, de sorte que ainda que o mar a lave, a não destrua com facilidade, ainda que o dinheiro é pouco pelos gastos indispensavelmente necessários que V. Ex<sup>a</sup> há de ter visto pelas contas mensais, se fazem.

Nesta ocasião remeto a V. Ex<sup>a</sup> o Conselho de Guerra que me entrega o Coronel Comandante geral feito ao soldado desertor do Regimento de Costa, José Angelo de Campos, e tendo remetido já outros, espero para todos resolução de V. Ex<sup>a</sup>.

Principiam a vir algumas notícias dos movimentos dos Espanhóis, como tenho avisado a V. Ex<sup>a</sup>, e eu vou cuidando em aumentar as tropas, e armá-las, e os seus respectivos Comandantes em discipliná-las.

Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup> muitos anos.”

Vila Nova de Nossa Senhora dos Anjos, 18.10.1774

“Meu Senhor: quando a falta de notícias de V. Ex<sup>a</sup> me tinha feito sentir e pensar não fosse por desgosto de V. Ex<sup>a</sup>, me chegou a carta de V. Ex<sup>a</sup> de 25.09, na qual me honra V. Ex<sup>a</sup> tão distintamente como eu não sei explicar, nem verdadeiramente conhecer, acrescentando-me o gosto ver que tenho servido a contento de V. Ex<sup>a</sup>, por cujo respeito El Rey nosso Senhor dirigiu a V. Ex<sup>a</sup> a carta cuja cópia se serviu V. Ex<sup>a</sup> remeter-me.

Eu não posso cabalmente render as graças a V. Ex<sup>a</sup> por tanto favor, mas posso segurar a V. Ex<sup>a</sup> um eterno reconhecimento, e um desejo grande de ter o honroso título de criado de V. Ex<sup>a</sup>.

A promoção de Sebastião Xavier a Coronel de seu Regimento me foi muito estimável, assim como a de todos os mais que tem a honra de servirem as ordens de V. Ex<sup>a</sup>.

O major Rafael Pinto Bandeira creio continuará a fazer muitos distintos serviços, pois é brioso e valoroso, circunstâncias estas que podem contrapesar algum defeito de criação.

O segredo que V. Ex<sup>a</sup> recomenda estava antes desta parada divulgado, porém eu faço persuadir a vinda do Sr. General Bomh a reduzir estas tropas à uniformidade de disciplina.

Deus Senhor nosso guarde a V. Ex<sup>a</sup> com saúde para continuar os mais relevantes serviços a S. M. e à Pátria.

P. S.: As Companhias Ligeiras em que V. Ex<sup>a</sup> fala, criei na forma da ordem de V. Ex<sup>a</sup>, e quanto às denominações de Voluntários, Clavineiros e Caçadores, era para fazer maior explicação aos vizinhos, sobre o que V. Ex<sup>a</sup> determinará o que for servido.”

“Havendo chegado estes dias da Vila Nova dos Anjos de formar a quarta Companhia de tropa Ligeira, de que remeto a V. Ex<sup>a</sup> relação, me chega parada da Ilha com cartas de 25, 26 e 27 de Setembro em cuja inteligência fico.

Na de 27 me participa V. Ex<sup>a</sup> a vinda do Sr. General Bomh a formar um Exército nesta Capitania, e me ordena faça aprontar o necessário para a sua subsistência, tenha vigilância nas Fronteiras, e possa aproveitar alguma ocasião oportuna de reivindicar o terreno usurpado pelos Espanhóis na injusta guerra de 1762.

Pelo que pertence à subsistência ainda da tropa que aqui está, tenho tido trabalho grande, porque cento e tantas carretas que fiz juntar e aparelhar neste Continente ainda não bastam, pelo que embaçei vir muita fazenda da Laguna, permitindo que tragam somente algum sal e molhados, e tudo o mais farinha, pois sendo o ano passado estéril, cresceu a Campanha do Rio Pardo, o movimento dos Auxiliares às Fronteiras, e a vinda e retirada de outros destacamentos dessa Cidade, que tudo atrasou Boiadas e Cavalhadas, e eu sempre com grande cuidado não haja desolação e atraso nos Povos desta Capitania, e que não sintam consideráveis prejuízos, o que tenho conseguido.

Agora porém com as mesmas atenções cuidarei no que V. Ex<sup>a</sup> ordena, e já tenho feito sair suficientes carretas para o transporte que V. Ex<sup>a</sup> me avisa, e fiz mandar cavalos e reses para sustento das tropas nos diferentes pousos daquela praia, mas é preciso vir farinha pela barra, cuja defesa tenho prevenido com Artilharia grossa, e quando elas chegarem mandarei baixar nossa Fragata até o Canal do Patrão Mor, com os chavecos para embaraçar que as lanchas grandes espanholas possam ir hostilizar as nossas embarcações, mas quanto a embaraçar que os seus Navios vão ao Lagamar não pode ser, porém a nossa Artilharia da barra há de convidá-los bem, se lá forem como já lhe sucedeu.

Respeito a recrutar, verá V. Ex<sup>a</sup> faltarem para a lotação destes Corpos de Dragões, Infantaria e tropa Ligeira, 227 praças, as quais fico a fazer em atenção às Lavouras como V. Ex<sup>a</sup> me ordena, e pelo mesmo motivo não tinha eu entrado nesta diligência, porque da recruta passada não escaparam mais do que 30 capazes, mas necessários a seus Pais e às Lavouras, e o resto que são bastantes, são meninos.

A conta que V. Ex<sup>a</sup> me manda lhe remeta dos gêneros que aqui há para V. Ex<sup>a</sup> fazer seu cálculo, não é nenhuma presentemente, pois o ano foi estéril como acima digo, e os movimentos passados apenas deixaram que comer para o povo, mas se as colheitas de trigo forem boas este ano, poderá haver mais de 20 mil alqueires dele em janeiro primeiro que vier, e também se promete boa colheita de farinhas de mandioca, que sobrarão a estes povos 10 mil alqueires dela que poderão vender, e milho e feijão não é considerável, porém vindo gente pode vir tudo necessário pela barra, porque tudo o mais é miséria em Colônias que principiam a formar-se quando V. Ex<sup>a</sup> principiou a governar o Estado.

Carne para comer a tropa não há de faltar, porém se for muita, e por muito tempo, não deixará de haver grande atraso nestas Fazendas. Cavalos os que haviam não se devem contar por incapazes, e os que tomamos e tenho comprado não passarão de 1300, exceto trezentas e tantas mulas mansas.

Agora me chega a Parada da Fronteira do Norte com a notícia de haver chegado a ela o General Castelhana, porém isto é só pelas salvas de Artilharia que ouviram, e bandeiras no mar e na



terra, como sempre em tais casos praticam. Eu mando saber a certeza disto, e fica a partir para ela o Coronel Comandante Geral e mais algum destacamento.

Como V. Ex<sup>a</sup> em um pós data de sua carta me diz espere pelo Sr. General, fico nesta resolução, exceto que os Espanhóis nos inquietem.

É o que por ora se me oferece por na presença de V. Ex<sup>a</sup>, cuja importante vida guarde Deus muitos anos.”

Porto Alegre, 28.10.1774

“Recebo a carta de V. Ex<sup>a</sup> datada em 09.10, em que V. Ex<sup>a</sup> me ordena haja de prevenir-me para receber pelo Lagamar algumas embarcações com mantimentos, e tenho prevenido o que é possível, e mando ao Governador da Ilha um roteiro de sinais semelhante ao que remeto incluso a V. Ex<sup>a</sup>, para os Mestres das mesmas embarcações se governarem.

Pelo que pertence à vinda do Sr. General, há muitos meses que esta notícia está divulgada e acrescentada, porém eu sempre farei pela ocultar como V. Ex<sup>a</sup> determina.

Ando na diligência de ver se posso adquirir notícias dos Castelhanos por uma e outra Fronteira, e de tudo avisarei a V. Ex<sup>a</sup>.

Repito-me na obediência de V. Ex<sup>a</sup> e rogo a Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup> muitos anos.”

Porto Alegre, 05.12.1774

“Tendo escrito a V. Ex<sup>a</sup> a carta que será com esta, recebo uma de V. Ex<sup>a</sup> com data de 18 do passado em que V. Ex<sup>a</sup> me ordena mande mais bois e mulas para Garupava, para trazerem a Artilharia, em cuja execução fico.

Faço já sair 200 bois mansos e novilhos, e 40 mulas para a Laguna, e mandarei o mais que for possível, e para V. Ex<sup>a</sup> ver que o transporte que tem ido \ se se acomodarem com os usos do País, ouvindo o parecer dos capatazes \ é muito suficiente para dois Regimentos de Infantaria com seu parque, remeto a relação inclusa.

Eu tinha prevenido já mandar comprar ao Rio Pardo 400 bois mansos, e outros à Fronteira do Norte, para ir repartindo aos carreteiros necessitados, pois do contrário já não haveria carreta na praia, pois como se lhes não pagam os transportes por falta de dinheiro, não podem aturar, porque além de na Campanha passada se terem arruinado infinitos bois e cavalos, cresceu o número de conduta de vários gêneros, e toda a farinha necessária para tanta tropa, que há muitos meses estão com quarta para quinze dias.

Eu tenho reservado na Fronteira do Rio Pardo mil e tantos cavalos bons, para podermos ir buscar com eles seis ou oito mil e dobrado número de reses e bois de fora, pois de contrário não poderá subsistir aqui a Coluna de exército sem ruína grande deste Continente, e como eu não sei nada do que se poderá fazer, lanço minhas medidas a fim de que nos achemos sempre de alguma forma prevenidos, para ofensiva e defensiva.

Estimarei agradecer sempre a V. Ex<sup>a</sup> e obedecer-lhe, e desejo que Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup> muitos anos.

P.S.: Todo o mantimento e trem necessário, a meu ver deve vir pela barra, sem trabalho nem gasto considerável, e assim o proponho ao Sr. General, como V. Ex<sup>a</sup> verá da carta [de 04.12] que remeti a V. Ex<sup>a</sup> por cópia.”

# Noticiário



## OFICINA DE RESTAURO LIVRO E ARTE

Sílvia Maria Jansson Breitsameter

Fruto de uma parceria assinada em outubro de 2010 entre a Oficina de Restauro LIVRO E ARTE e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), o primeiro laboratório de conservação-restauração de papéis do instituto trabalha atualmente buscando conservar e restaurar o acervo que está sob a guarda do IHGRGS - de grande importância para a história de nosso Estado e nosso País por conter obras raras da História, Geografia, Cartografia e Fotografias, entre outros, que remontam ao início da colonização e povoamento do Rio Grande do Sul.

Coordenada pela diretora e conservadora-restauradora de bens culturais com suporte em papel, Sílvia Maria Jansson Breitsameter, a Oficina de Restauro LIVRO E ARTE vem trabalhando com as voluntárias Leodarina Pedrozo, supervisora, e as técnicas Rosana Gubert, Maria Angélica Zampieri e Maria José Waquil, buscando conservar a história do Estado.

Já foram restaurados pelas voluntárias 78 edições do jornal *O Debate*, impresso do Bloco Acadêmico Castilhistas que teve Getúlio Vargas como um de seus fundadores, em 1907. Atualmente está sendo restaurada a coleção de jornais, periódicos, panfletos e cartilhas colecionadas pelo coronel Tancredo Fernandes de Mello.

Outra novidade fruto desta importante parceria foi a implementação de cursos de capacitação, dentro das dependências do Instituto, com destaque para o curso de Confecção de Diário de Viagem, amplamente divulgado pela mídia, o que deu um novo foco de visibilidade ao Instituto.

A Oficina de Restauro LIVRO E ARTE tem uma história de mais de 30 anos atuando na área da restauração de livros e documentos, e, desde 2008, tem sua sede em Porto Alegre – RS. Já o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, além de fazer a guarda e curadoria do acervo já mencionado, também é um instituição preocupada com a conservação, restauração, preservação e proteção de suas obras.



---

## OFICINA DE NOÇÕES DE LEITURA E TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

Por Vanessa Gomes de Campos  
Arquivista e Historiógrafa

Aconteceu nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2010 a Oficina Noções de Leitura e Transcrição Paleográfica ministrada por Vanessa Gomes de Campos nas dependências do IHGRGS. Durante os três dias, foram tratadas as técnicas de transcrição paleográfica de documentos manuscritos dos séculos XVI ao XIX. Após introdução sobre a Paleografia, entendida como um dos principais instrumentos fornecedores de mecanismos para ler e decifrar os signos gráficos, todos colocaram em prática as Normas Brasileiras de Transcrição nos diferentes modelos de documentos, épocas e escritas.



## V JORNADA DE ESTUDOS GENEALÓGICOS: GENEALOGIA LUSO-BRASILEIRA

No sábado, 02 de julho de 2011, aconteceu a V Jornada de Estudos Genealógicos: Genealogia Luso-Brasileira no auditório do IHGRGS. Reunindo mais de 50 participantes, realizada pela Oficina das Origens, Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o evento foi um sucesso.

Tendo como pano de fundo os objetivos de compreender o processo histórico e social da ocupação do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XVIII e de contribuir para o entendimento de elementos históricos que facilitem a busca, coleta e organização de pesquisas genealógicas, os palestrantes abrilhantaram as discussões com suas abordagens.

Na ordem das apresentações, o Prof. Fábio Kühn (UFRGS) tratou dos movimentos de colonização do território durante a primeira metade do século XVIII; a Prof<sup>a</sup> Ana Sílvia Volpi Scott (UNISINOS) convidou os presentes a refletirem sobre a importância das práticas de nomeação luso-brasileiras. Ao explicar as técnicas da demografia histórica, que visam a constituição de famílias, a historiadora proporcionou a todos um sentimento de identificação. Na constituição de famílias, o historiador vai atrás de nomes e se vale de inúmeros documentos que permitem identificar o indivíduo com precisão. Ou seja, o *nome* é o *elo* seguro para a recomposição de famílias e parentesco, tal qual o trabalho genealógico.

Prof. Paulo Cesar Possamai (UFPel) abordou a ocupação da Colônia do Sacramento, a partir da diversidade social que o processo histórico lhe proporcionou; a Prof<sup>a</sup> Martha Daisson Hameister (UFPR), por sua vez, valeu-se da figura emblemática de Cristóvão Pereira de Abreu para falar dos “condutores de mulas”.

Prof<sup>a</sup> Véra Barroso (FAPA e Centro Histórico-Cultural da Santa Casa) lembrou dois grandes nomes que valorizaram a genealogia como base histórica: Cel. Moacyr Domingues e Roselys Velloso Roderjan. Rememorou as máximas de ambas as figuras que situaram a genealogia em patamar merecido, além de exporem, em seus trabalhos, a importância de grupos esquecidos para a construção social.

Tivemos, ainda, o Painel “Famílias e História” em que foram tratadas as trajetórias de dois personagens que viveram nos cenários até então discutidos e que remontam às origens de diversas famílias gaúchas: *Francisco de Seixas* e *Antonio Moniz*, apresentadas, respectivamente, pelo Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo e pelo Dr. Gustavo Py Gomes da Silveira.

## II ENCONTRO DE IHG'S DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, LAJEADO NO DIA 8 DE JUNHO DE 2011

Institutos participantes: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico Vale do Taquari – anfitrião; Instituto Histórico de São Leopoldo; Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha; Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas e Instituto Histórico e Geográfico de Santo Ângelo

Nas dependências da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES – os membros dos Institutos presentes foram recepcionados pela Presidente do IHG-Vale do Taquari Prof<sup>a</sup>. Silvana Rossetti Faleiro, iniciando a apresentação com as boas vindas aos presentes e dizendo da razão de nosso encontro, convidando o Presidente Miguel Frederico do Espírito Santo do IHG-RGS a proferir a sua comunicação *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: novos caminhos*, que versou fundamentalmente sobre o relacionamento que a partir de sua posse, imprimiu aos institutos existentes no Estado, visando a interligação entre eles, quando promoveu o I Encontro de IHG's em Novembro em Porto Alegre, tendo na oportunidade lançado a idéia para que anualmente fosse efetuado um encontro nas diferentes cidades-sedes; que essa orientação foi transmitida ao Presidente do IHG do Brasil, prof. Doutor Arno Wehling, merecendo, dele, os mais entusiásticos aplausos. porquanto o nosso Estado.

Em seguida falaram os representantes do IH Visconde de São Leopoldo, Pres. Prof<sup>a</sup> Eloisa Capovilla da Luz Ramos e Vice-Pres. Prof. Marcos Antônio Witt, que discorreram sobre a *Organização e Pesquisa no IH de São Leopoldo*.

Após a Diretora de Patrimônio do IHG-Vale do Taquari, Dra. Neli Galarce Machado, abordou o tema *Patrimônio Cultural, IHGVT e as Pesquisas Históricas no Vale do Taquari*.

O IHG-Santo Antônio da Patrulha, por seu Presidente Luciano Gomes Peixoto, dissertou sobre o *Baile de Masquê nas Cavalhadas em Santo Antônio da Patrulha*, expondo farto material ilustrativo, que compõe o livro de sua autoria que brevemente será lançado.

O Vice-Presidente do IHG-Santo Antônio da Patrulha e coordenador do Forum dos Institutos Históricos e Geográficos do estado, Renato José Lopes, discorreu sobre o livro de Jaime Nestor Müller *Capela Curada*.

A comunicação seguinte coube ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas Prof. Neivo Angelo Fabris com o tema *Comunidade anarquista do Campo Erechim*. Encerrando a primeira parte do Encontro o Presidente do IHG-Santo Ângelo Leo Petersen Fett fez precioso relato sobre a sua trajetória, iniciada em Lajeado, revelando aspectos já esquecidos da navegação fluvial.

O Presidente do IHG-Santo Antônio da Patrulha ofereceu para a Biblioteca do IHG-Vale do Taquari na pessoa da Presidente Silvana, os livros *Santo Antônio da Patrulha-Reconhecendo sua História*; *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*; *Mulheres fazendo História* editados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha e *A Grande Nação* de autoria do Professor Luiz Antônio Alves e dois exemplares do livro *Capela Curada*. O Presidente Miguel Frederico do Espírito Santo do IHG-RGS e o Presidente Leo Petersen Fett, do IHG-Santo Ângelo, ofereceram exemplares do livro *Memórias Vivas* aos Presidentes dos IHG's presentes sendo, na oportunidade, realizado o lançamento do livro.



A segunda parte do evento foi direcionada, além de para os representantes do IHGs, aos professores e alunos do Curso de História da UNIVATES com a conferência proferida pelo Prof. Doutor Martin Norberto Dreher do IH-São Leopoldo versando sobre *Instituto Histórico e Geográfico - abrigando diferentes saberes*. Após a aplaudida conferência do Prof. Doutor Martin Norberto Dreher, a Presidente Silvana Rossetti Faleiro encerrou o II Encontro de Institutos Históricos e Geográficos que congregou os colegas historiadores e pesquisadores do estado, que seguindo a orientação do Presidente Miguel estão cada vez mais se acercando para ampliarem as suas relações, na defesa de nossa memória histórica.



Foto do encerramento do II Encontro de Institutos Histórico –Lajeado

## EVENTO COMEMORATIVO AO SESQUICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO PADRE ROBERTO LANDELL DE MOURA

Thaís Nunes Feijó<sup>1</sup>

No dia 21 de janeiro de 2011 o Instituto realizou ato comemorativo ao sesquicentenário de nascimento do Padre Roberto Landell de Moura. O evento contou com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e com o apoio dos seguintes parceiros: INOVAPOA/Prefeitura de Porto Alegre; FABICO/UFRGS; Escola Técnica Parobé; Colégio Militar de Porto Alegre; Correios, Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa – Regional Porto Alegre (ADCE) e do Museu do Rádio.

As atividades iniciaram-se com a celebração de uma Missa em Ação de Graças e seguiram com o lançamento do Selo Comemorativo do Sesquicentenário de nascimento do Padre Landell de Moura, pela Seção de Filatelia dos Correios do Rio Grande do Sul. Houve, após, a apresentação de painéis temáticos com os Professores Hamilton Almeida, Ten. Gentil César Bruscatto e Gervásio Rodrigo Neves. O encerramento foi marcado pela instituição pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, do ano de 2011 como o Ano da Inovação Padre Roberto Landell de Moura.

As homenagens ao Padre Landell se estenderão de 2011 até o primeiro semestre de 2012, com a realização do projeto “*A Memória Científica do Padre Roberto Landell de Moura*”. O Projeto está em fase de realização e conta com o patrocínio da empresa Oi Futuro, incentivado através da Lei Estadual do Rio Grande do Sul 10.846 de 19/08/1996 (LIC).



## **POSSE DE MEMBROS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**

Tomaram posse, no dia 04 de julho de 2011 como membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, na categoria de membro efetivo, os professores: Núncia Santoro de Constantino e Maria Elizabeth Lucas, e na categoria de membro correspondente, Luiz Antônio Alves e D. Marcus de Noronha da Costa (posse à distância).

O Prof. Walter Rela, tomou posse como membro correspondente do IHGRGS, no dia 8 de julho, em cerimônia realizada em Montevidéu.

No dia 05 de agosto de 2011, em cerimônia em que foi celebrado o 91º aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tomou posse o Dr. Fausto José Leitão Domingues, na categoria de membro efetivo.

## JORNADA DE ESTUDOS: CRISTÃOS-NOVOS E INQUISIÇÃO NA AMÉRICA MERIDIONAL

Nos dias 3, 4 e 5 de maio de 2011 realizou-se no Auditório do IHGRGS a Jornada de Estudos “Cristãos-Novos e Inquisição na América Meridional”. O evento foi uma realização conjunta do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, tendo contado com o patrocínio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Sul e com o apoio do Centro Hebraico Riograndense. Além da apresentação dos resultados das investigações dos membros do Grupo de Pesquisa/Cnpq liderado pelo prof. Fábio Kühn, o evento contou com a participação de renomadas pesquisadoras, especialistas na temática, como as professoras Anita Novinsky e Lina Gorenstein. As conferências e palestras realizadas durante o evento serão publicadas em forma de livro, com previsão de lançamento em novembro de 2011, durante a Feira do Livro de Porto Alegre.



## OS CINQUENTA ANOS DA LEGALIDADE

O IHGRGS associou-se às comemorações do quinquagésimo aniversário do Movimento da Legalidade e em parceria com o Memorial da Câmara dos Vereadores e com o Museu da Brigada Militar realizou, em 16 de agosto de 2011, em sua sede, os eventos EXPOSIÇÃO JANGO – retrospectiva fotográfica e fotobiográfica do Presidente João Goulart e A BRIGADA MILITAR NO MOVIMENTO DA LEGALIDADE, com palestras do Cel. Bento Mathuzalém – *O recruta na trincheira*; Cel Jerônimo Braga – *Um soldado do batalhão de operações*; Tte. Cel. Moacir Almeida Simões – *O perfil do Cel. Diomário Moojen*, o Comandante e Dr. Vitor Douglas Nuñez – *A resistência no Mata Borrão e a homenagem popular à Brigada Militar*. Abrindo as celebrações, a banda da Brigada Militar, na área fronteira à sede do IHGRGS tocou o Hino da Legalidade, o Hino do Rio Grande do Sul e outras músicas de seu repertório.

## COLÓQUIO SOBRE CONHECIMENTOS E FORMAÇÃO MORAL EM LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL - 1850-1950.

Em 24 de agosto de 2011 foi realizado na sede do IHGRGS o colóquio em epígrafe. Centrado no tema foram apresentados livros didáticos - verdadeiros clássicos na matéria e de largo uso - e seus respectivos autores, listados a seguir, acompanhados de seus apresentadores.

Professor e membro do IHGRGS Antonio Hohlfeldt - *Selecta Brasileira* de Inácio de V. Ferreira, de 1869.

Professor e membro do IHGRGS Earle Diniz Macarthy Moreira - *Seleção em Prosa e Verso* de Alfredo Clemente Pinto, de 1884.

Professora Cristina Maria Rosa - *Histórias de Têê*<sup>1</sup> (trilogia), 1936-1941 de Pedro Wayne<sup>2</sup>.

Professor Gervásio Rodrigo Neves - Livro Didático: Rio Grande do Sul de Polo à Margem

Professor e membro do IHGRGS Sérgio Alves Teixeira - *Sei Ler* de Thodoro de Moraes, 1937.

Jornalista e historiador Sérgio da Costa Franco - Elementos de História Natural (1º, 2º e 3º), 1933-1935, 1936 - de Pe. Balduino Rambo. S.J.<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup>Manuscrito e com ilustrações do autor, editado pelo IHGRGS em reprodução Xerox?, em 2009.

<sup>2</sup>Sobre o qual ela escreveu o livro: 'UM ALFABETO A PARTE': BIBLIOGRAFIA DE PEDRO RUBENS DE FREITAS WAYNE. Editora Universitária UFPel, 2009.

<sup>3</sup>Do qual apresentador foi aluno, no ginásio e na universidade



# PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

## O BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

## Econômico e Social -

## APÓIA A RECUPERAÇÃO

## E CONSERVAÇÃO

## DO ACERVO DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E

## GEOGRÁFICO DO

## RIO GRANDE DO SUL

REALIZAÇÃO:



APOIO FINANCEIRO:



BNDES

